

Março 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Publicos e Transparencia
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Basicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitarias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação: Heliana Santos, Ilda Sebastião e Domingas Mota.

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain Gelson Gaspar, Azancoth Ventura e Helga Silveira

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Crise económica mundial pode atrair investimentos	1
1.3 Governo garante apoio aos empresários	1
1.5 Injecção de muito dinheiro no mercado pode causar maiores endividamentos	2
1.6 Banco para a reconstrução é sinal de grande confiança	3
1.7 Exportações duplicam	3
1.8 Sonangol e CGD criam novo Banco	3
1.9 Compreender a china em Africa	4
1.10 Governo age para reduzir os efeitos da crise mundial na economia angolana	5
1.11 Criando banco de investimento angolano – português	6
1.12 Bancos estrangeiros são cúmplices da falta de transparência do regime	7
1.13 Combate à pobreza passa pela diversificação da economia	7
1.14 Empresários de Angola e Portugal analisaram as relações económicas	8
1.15 Catoca traça estratégias para lidar com a crise economica	9
1.16 Petróleos: clima de incerteza nas empresas que prestam serviço	10
1.17 OPEP mantém nível de produção	10
O limite actual esta fixado em 24,84 milhões de barris	10
O limite actual está fixado em 24,84 milhões de barris por dia	10
1.18 No segundo semestre do ano passado	11
BDA triplicou o valor de funcionamentos	11
1.19 Governo mantém objectivo	11
1.21 Governo aprova plano de acção para enfrentar crise económica	13
1.22 Novas regras de política monetária e cambial	13
2 MICRO FINANÇAS	15
2.1 Crédito jovem garante sustento de famílias	15
2.2 A importância do crédito jovem	16
2.3 Grande adesão às associações de produtores	17
2.4 Banco Sol concede crédito aos pequenos empresários	18
2.5 Sistema popular de crédito pode combater crise mundial	19
2.6 Conselho de concertação social do Bailundo aborda crise financeira	19
2.7 Jovens do município do Chitato recebem micro-crédito do BCI	19
2.8 Micro-crédito espera a lei	20
3 MERCADO INFORMAL	21
3.1 Garimpeiros “comem” USD 300 milhões ano	21
3.2 Bebés sacrificadas na zunga	22
3.3 Venda de geradores no Mercado informal ajuda pobres	23
3.4 Salões de beleza ambulantes: uma maneira inovadora de ganhar a vida	24
3.9 Desafios que a Angola de hoje enfrenta	25
4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA	27
4.1 Síntese do orçamento geral do estado para o ano de 2009	27
4.2 Baptista Kussumua anuncia projectos de inclusão social	28
4.3 Governo emite Obrigações para o OGE	28
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	29
5.1 Bispo nega constituição de processo para fiéis participarem na missa papal	30
5.2 Município do Dande analisa crise	30
5.3 Eleições Presidenciais só com nova Constituição	30
5.4 Oposição reage ao condicionamento das eleições	31
5.5 Líder da Unita exige marcação de eleições presidenciais	32
5.6 Propostas a caminho da comissão constitucional	33
5.7 Cidadãos entregam mais armas	34
5.8 Buco-Zau continua imparável	34
5.9 Mais de mil armas entregues por civis	36

5.10 Municípios falam do “bolo” atribuído às administrações	36
5.11 Como garantir transparência na gestão dos fundos atribuídos aos municípios	37
5.12 Propostas a caminho da Comissão Constitucional	38
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	39
6.1 O Plano Director	39
6.2 Nações Unidas vão ajudar Governo a implementar política de habitação	40
6.3 Grupo Genius investe USD 120 milhões em novo condomínio na baixa de Luanda.	40
6.4 Salvem o nosso Património	41
6.5 Moradores ao relento Administração não negocia	42
6.6 Governo do Uíje constrói casas para professores universitários	43
6.7 As funções do Urbanismo hoje	43
6.8 Grupo desenvolve quatro novos projectos imobiliários de alto padrão em Luanda	45
6.9 Empresa lança projecto habitacional de média e alta renda nos Ramiros	46
6.10 Sita José quer parceria privada para o programa habitacional	46
6.11 Urbanismo quer parceria privada para lançar programas habitacionais	47
6.12 Começou a ser desmantelada grua do prédio da Lagoa do Kinaxixe	48
6.13 Auto-construção dirigida foi alargada às comunas	48
6.14 A suja vida nos prédios degradados ou como ter a morte à espreita (fim)	48
6.15 Carta à governadora de Luanda	49
6.16 No município da Ingombota edifícios clamam por socorro	51
6.17 Antigos moradores do lar “Kikalanga” vivem em casebres	52
7 TERRA	54
7.1 Vice-Ministro do Urbanismo avalia as reservas fundiárias	55
7.2 Um olhar às terras do fim de Luanda	55
7.3 Kuanza-Norte Incentivada Criação de reservas fundiárias	56
7.4 Centro de Estudos de Terras já é uma realidade	56
8 SERVIÇOS BASICOS	58
8.1 Rede de distribuição de água começou a ser toda reabilitada	58
8.2 Governadora apresenta projectos para o melhoramento da capital	58
8.3 É difícil enviar comida aos sinistrados	59
8.4 Programa de registo gratuito abrange milhares de crianças	60
8.5 Esconder o lixo dos olhos do Papa	60
9 AMBIENTE	61
9.1 Primeiros meios de socorro chegaram ao Cunene	61
9.2 Biocombustíveis devem recuperar, segundo Merrill Lynch	61
9.3 Chuvas desalojam famílias	62
9.4 Chuvas torrenciais em Angola são provocadas por depressão	62
9.5 Previsão das catástrofes	63
9.6 Chuva provocou inundações na capital	64
9.7 Caudal das águas está a baixar	65
9.8 Estrada sem estudos de impacto ambiental em Benguela	65
9.9 Cidade de Benguela anseia melhorias	66
9.10 Benguela recorre ao lixo para produzir energia eléctrica	66

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Crise económica mundial pode atrair investimentos

Jornal de Angola 1 de Março de 2009

A crise económica e financeira mundial pode ser para Angola uma oportunidade para atrair investimentos em vários domínios. A opinião é do director da Agência Nacional de Investimento Privado.

Aguinaldo Jaime considera que aquelas empresas que na Europa e na América não encontram expansão para os seus negócios, podem usar o mercado angolano como alternativa para investir os seus capitais.

Para o director da ANIP, Angola está a sofrer os efeitos da crise económica e financeira, mas as projecções da economia nacional vão no sentido de crescimento, embora em ritmo menor. Uma das vantagens, segundo o director da ANIP, é o projecto de reconstrução nacional que oferece inúmeras oportunidades para investimento. O director da ANIP pediu, na sexta-feira, em Berlim, aos empresários alemães que encarem a crise económica e financeira como oportunidade para investir em economias emergentes como Angola que oferece "bons e lucrativos negócios".

Aguinaldo Jaime, que falava no II Fórum sobre oportunidades de negócios entre os dois países, sugeriu aos empresários alemães a investirem em sectores que permitam substituir as importações nacionais e aumentem as exportações fora do sector mineral. De acordo com Aguinaldo Jaime, Angola oferece condições de estabilidade política e económica pelo facto de ter instrumentos legais e institucionais que facilitam e atraem investimentos, como a Agência Nacional de Investimento Privado e o Guiché Único.

Angola quer aproveitar a experiência alemã para desenvolver estudos de exploração e pesquisa para aumentar os seus conhecimentos em termos de exploração de gás não associável ao petróleo.

O ministro dos Petróleos, outro interveniente no fórum sobre oportunidades de negócios entre Angola e Alemanha, disse que os dois países estão a estudar a possibilidade de cooperar no sector da indústria petroquímica.

1.2 Governo garante apoio aos empresários

Jornal de Angola 6 de Março de 2009

O Governo vai continuar a apoiar o empresariado nacional, facilitando o acesso ao [mandamento, a cadeias produtivas e, também, à formação contínua dos gestores. A garantia foi dada ontem pelo ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior, na abertura do Programa de Alta Direcção de Empresas (PADE) para executivos, numa promoção conjunta do Fórum Angolano para o Conhecimento (F ACIDE) e as escolas de negócios de Espanha, IESE, e a AESE de Portugal.

O objectivo é contribuir para a criação, fortalecimento e desenvolvimento do empresariado nacional, acelerando, assim, a diversificação da economia nacional, hoje dependente sobretudo do petróleo, responsável por 85 por cento das receitas fiscais e de mais de metade de toda a riqueza produzida no país (PIB).

Para Manuel Júnior, a cultura empresarial e o empresariado nacional ainda são insuficientes em quantidade e qualidade para o processo de diversificação da economia.

Numa altura em que o mundo regista uma crise financeira e económica sem precedentes, com grande parte das economias a entrarem em recessão, o Governo angolano entende que a chave para o sucesso está na aposta em sectores como a agricultura, a agro-indústria, a construção civil, o turismo, a indústria transformadora e os serviços.

Manuel Júnior explicou que o processo de diversificação da economia nacional começou há algum tempo. O Governo decidiu acelerar o processo devido à crise que o mundo atravessa, com a desaceleração das principais economias mundiais e a queda dos preços das matérias-primas, com destaque para o petróleo, que responde por 95 por cento das exportações de Angola.

O preço do barril de "brent", petróleo de referência para Angola, atingiu ontem os 45,10 dólares, acumulando uma queda de quase 70 por cento desde Julho do ano passado, quando o barril chegou a custar 174 dólares, o valor mais alto de sempre.

Falando para uma plateia de altos executivos de empresas públicas e privadas, Manuel Júnior disse que alguns passos já foram dados para que a economia não mineral comece a produzir e contribua para a substituição das importações, aumento do emprego e

tome a economia angolana robusta e sustentada.

O ministro da Economia apontou os investimentos efectuados após a paz, em 2002, na reabilitação de estradas, pontes, canais de irrigação, aumento da produção e distribuição de água e energia e o desenvolvimento das telecomunicações.

"Para o modelo de sociedade que pretendemos construir em Angola, o Estado e o sector privado têm de andar juntos, na base de uma relação de complementaridade", sublinhou Manuel Júnior, para quem o Estado deve assumir o papel de agente regulador e coordenador da actividade económica e social e o sector privado é a força motora, aproveitando toda a sua eficiência e espírito empreendedor.

Manuel Júnior explicou que a insuficiência do empresariado angolano decorre do facto de ser recente a adesão à economia do mercado. Depois da independência, o país seguiu um modelo de economia planificada em que a iniciativa privada era inexistente.

O ministro referiu que apenas em 1989 Angola optou para uma economia de mercado, como forma de alocação e distribuição dos recursos nacionais. Mas devido à guerra, os princípios da economia de mercado só começaram a ser aplicados a partir de 1991, com a chegada da paz.

"Quando estivermos na presença de falhas de mercado é de esperar uma actuação do Estado no sentido da sua regulação", sublinhou o ministro, referindo-se ao modelo de livre mercado, que precedeu à crise mundial.

1.3 Injecção de muito dinheiro no mercado pode causar maiores endividamentos

Jornal de Angola 11 de Março de 2009

A Reserva Federal norte-americana já está a injectar muito dinheiro para tentar salvar a economia. O Banco de Inglaterra vai começar amanhã. No Canadá, o banco central introduziu o tema na semana passada e dará pormenores para o mês que vem. E até Trichet, presidente do Banco Central Europeu, que tem estado relutante em caminhar nesse sentido, assumiu que não exclui essa possibilidade.

Qual? "Imprimir" quantidades enormes de dinheiro novo e injectá-lo na economia através da compra de obrigações de governos e empresas, quer através do sistema bancário, quer de compras directas. Mas será que vai funcionar? E a que custo?

Estas são respostas para as quais não há resposta segura. Trata-se de armas não convencionais que raramente foram usadas. Em mais de 300 anos de história, o Banco de Inglaterra nunca o tentou. O BCE e o Banco do Canadá também não. A Reserva Federal já o fez, com resultados positivos, mas foi há quase 80 anos, durante o combate à grande depressão. E sobre o Japão ainda hoje os economistas discutem por que é que a injeção de dinheiro teve fracos resultados no início desta década.

Mas, então, por que é os maiores banqueiros então a planear entrar nesta aventura? A razão principal é simples: não lhes resta mais nada. A taxa de juro central aproxima-se ou já chegou a zero, o que significa que os banqueiros deixaram de contar com a -sua arma mais poderosa aquela que, pensavam, lhes dava o poder para conduzir o ciclo económico contra ventos e marés. Mas há uma outra razão para o arrojo dos banqueiros: com as suas economias a afundarem a um ritmo vertiginoso, não querem ser acusados de passividade. E se há boas intenções nestas decisões, elas não vêm sem riscos.

A maioria dos economistas defende que os bancos usem este tipo de instrumentos, mas diferem na confiança sobre a sua eficácia.

Há alguns, como Frederic Mishkin, ex-braço direito de Ben Bernanke, que acreditam, em absoluto, no poder monetário. Com mais dinheiro na economia a custo baixo gera-se -inflação e propensão ao gasto, defendem.

Há outros, como Paul Krugman, para quem se trata de medidas de pouco impacto nas actuais circunstâncias - com taxas de juro zero, e riscos de deflação, por mais dinheiro que haja na economia, ninguém empresta, ninguém investe, optando todos por ficar "sentados em cima do dinheiro". Um dos principais receios associados à utilização deste instrumento está na criação de inflação futura.

Com doses enormes de dinheiro no mercado, teme-se que quando a actividade económica começar a recuperar se venha a gerar uma onda de hiper inflação.

Outro aviso vai para o impacto nas contas públicas: ao comprarem títulos de dívida pública, os banqueiros centrais baixam os juros que os governos têm de pagar, incentivando-os a endividarem-se ainda mais.

Tal pode significar a prazo que, quando os juros voltarem a subir, alguns Estados venham a ter dificuldades em cumprir com o serviço das suas dívidas.

Finalmente, os próprios banqueiros correm riscos: ao

comprarem activos de -empresas para os seus balanços, estão eles próprios a tomar risco destas empresas. Esta prática arriscada pode deixá-los em situação difícil se as empresas forem à falência...

1.4 Banco para a reconstrução é sinal de grande confiança

Jornal de Angola 12 de Março de 2009

A Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) assinaram ontem, em Lisboa, um acordo para a criação de um banco luso-angolano para apoiar o desenvolvimento de grandes projectos de infra-estruturas em Angola.

Com um capital inicial de mil milhões de dólares, a nova instituição financeira tem a sede em Luanda e filial em Lisboa.

O banco é detido em partes iguais pela Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos, vai ter uma presidência rotativa e deve arrancar no segundo semestre deste ano, conforme explicaram o presidente da Sonangol, Manuel Vicente, e o presidente da CGD, Faria de Oliveira, após a assinatura do acordo. O documento para a criação do Banco de Fomento e Desenvolvimento é apenas um dos cinco acordos ontem assinados em Lisboa, no final da visita de dois dias do Presidente José Eduardo dos Santos a Portugal.

"O banco é um instrumento importante no processo de construção de parcerias entre empresários angolanos e portugueses", disse o Presidente da República, após assistir à assinatura do acordo.

José Eduardo dos Santos sublinhou, tal como José Sócrates, que os acordos assinados ontem "são um grande sinal de confiança" entre os dois países .. "A decisão de criar um banco de investimentos que se destina a financiar a modernização de Angola é um passo da maior importância entre os dois países", disse José Sócrates, acrescentando que "o banco tem como principal missão apoiar e desenvolver grandes projectos de infra-estruturas".

1.7 Exportações duplicam

O País 13 de Março de 2009

O valor das exportações mais que duplicou, no segundo trimestre deste ano, em relação a igual período de 2007, atingindo os USD 20,6 mil milhões, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) na sua publicação. No mesmo período, a balança comercial atingiu um saldo positivo de USD 16,8 mil milhões, valor que compara

com o saldo, também positivo, (USD7,9 mil milhões) registado no segundo trimestre de 2007.

Assim, apesar de ter aumentado substancialmente as suas importações (mais 72% em relação ao segundo trimestre de 2007), a economia angolana averba uma confortável situação superavitária na sua balança comercial.

Se os principais mercados de origem são Portugal (USD 693,4 milhões de bens vendidos a Angola, correspondendo a 23% do total), EUA (USD 331,3 milhões e li % do total), China (USD 329,1 milhões e também cerca de li % do total), Brasil (USD 286,2 milhões e 9% do total) e África do Sul (USD 212,3 milhões e 7% do total). Narrubia, Tanzânia, RDC, Moçambique, Ilhas Maurícias e Zimbábwe também figuram na lista dos principais fornecedores de Angola.

No que respeita aos clientes dos nossos produtos temos, por ordem decrescente, a China (USD 6,0 mil milhões, correspondendo a 29% do total das exportações angolanas), Estados Unidos (USD 5,3 mil milhões e 26% do total), Canadá (USD 1,3 mil milhões e 6% do total) e França (USD 1,1 mil milhões e 6 % do total). Estes quatro países absorvem, no seu conjunto, 67% das nossas exportações as quais se centram no petróleo, diamantes e café.

1.5 Sonangol e CGD criam novo Banco

O País 13 de Março de 2009

Um novo banco de investimentos de direito angolano vai ser constituído pela Sonangol e pela instituição estatal portuguesa Caixa Geral de Depósitos (CGD), a maior entidade bancária lusa. Dotado de um capital inicial de USD 1.000 milhões, detido, em partes iguais, pela Sonangol e CGD, a nova instituição financeira poderá designar-se Banco de Desenvolvimento Económico e Social. Terá sede em Luanda e uma filial em Lisboa. O acordo de parceria para a constituição do novo banco foi assinada quarta-feira desta semana, em Lisboa, pelos ministros das finanças dos dois países no decurso de uma cerimónia que se sucedeu a uma reunião entre José Eduardo dos Santos e o chefe do executivo português José Sócrates.

Numa das suas intervenções em Portugal, o Presidente José Eduardo dos Santos definiu a criação do novo banco como sendo um instrumento importante para a criação de parcerias entre instituições estatais angolanas e portuguesas". Acrescentou o Presidente que "estes acordos vão permitir assegurar uma cooperação bilateral e respeitar os compromissos assumidos".

No seguimento das reacções à criação desta nova ponte de investimento entre Angola e Portugal, o primeiro-ministro português José Sócrates afirmou que esta parceria, que vai ter sede em Luanda, "vem apoiar e proteger grandes projectos relacionados com as áreas de comunicação e energia e, vem potenciar parcerias".

"Demos um passo importante no fortalecimento das relações entre Portugal e Angola. A criação deste banco finaliza a maturidade das relações e a confiança que existe entre a economia angolana e a portuguesa e entre as empresas e instituições dos dois países", afirmou o governante português durante a assinatura dos acordos para duplicação da linha de crédito das exportações nacionais que passa para mil milhões de euros e criação de uma nova de SOO milhões de euros.

Euforia na Imprensa portuguesa

Os media portuguesas realizaram uma das maiores coberturas de que há memória de uma visita presidencial com inequívocos destaques à visita do Presidente da República a Portugal.

O Diário Económico assinala, sobre José Eduardo dos Santos, a "maestria com que o Presidente angolano tem sabido jogar nos acordos económicos internacionais". O jornal sublinha que as relações económicas entre os dois países foram um tema omnipresente em toda a visita. O Jornal de Negócios, pela pena do seu director adjunto João Cândido da Silva, escreve: "as aparências transmitem uma imagem de casamento harmonioso entre os interesses de ambas as partes". O jornal acrescenta ainda que a "Mota Engil" vai utilizar o novo banco Sonangol/CGD e que a "Ferpinta" constrói um hotel no Lobito concretização do projecto deverá, de acordo com os seus promotores, estar concluída até ao final do primeiro semestre deste ano.

Em declarações a O PAÍS, o presidente da CGD, Faria de Oliveira, sublinhou que a nova entidade é sobretudo um "banco de fomento que tem como principal linha de actuação o apoio a projectos no âmbito das infra-estruturas (energia, comunicações, telecomunicações, saneamento), social (hospitais e educação), indústria (com realce para os sectores cimenteiros, da pasta do papel e das indústrias extractivas ainda por explorar) e agro-industrial". Esta é, segundo Faria de Oliveira, "a primeira grande vertente de actuação da nova entidade". "A segunda", adiantou, tem a ver com a participação de empresas angolanas na realização dos projectos que poderão ser apoiados: "há financiamento disponível para a realização de projectos apresentados por empresas angolanas e portuguesas, podendo ser só angolanas ou só portuguesas".

O presidente da CGD admitiu que a instituição pode utilizar a rede de balcões que tem instalado em Portugal para canalizar as iniciativas dos promotores de projectos de investimento que se insiram nos objectivos da nova entidade.

O mesmo acontecerá em relação a Angola, onde o banco estatal português se apresta a adquirir 25% do capital do Totta de Angola aos espanhóis do Santander Totta (os outros accionistas são Sonangol, com 25%, e os empresários nacionais Jaime Freitas e António Mosquito, com 12% cada). "Esta operação, esclareceu Faria de Oliveira, já foi autorizada pelo Banco de Portugal, pelo que está em vias de formalização".

O presidente da CGD disse-nos ainda existir no mercado angolano "espaço para aumento da rede do novo Caixa Geral Totta Angola, que surgirá no mercado financeiro nacional com imagem renovada.

O novo banco luso-angolano, cujo protocolo de constituição foi agora assinado, contará, nos seus primeiros três anos de vida, com presidentes do conselho de administração nomeados pela CGD, de comum acordo com a Sonangol, sendo o presidente e os cinco membros que irão integrar a respectiva comissão executiva designados pela petrolífera nacional, de comum acordo com a CGD. Esta regra, nos termos do acordo subscrito pelas partes, deverá inverter-se no triénio seguinte.

O acordo rubricado contempla ainda a possibilidade de parte do capital da nova instituição, até 49% do mesmo, poder vir a ser disperso em bolsa, com vista a contribuir para a dinamização do mercado de capitais em Angola.

Entretanto, Faria de Oliveira revelou-nos ainda que a CGD abriu uma nova linha de crédito de USD SOO milhões, como condições "muito competitivas" e destinada a apoiar a linha de crédito "concessional" já existente do Estado português de USD 1.000 milhões.

1.6 Compreender a china em Africa

Novo Jornal 13 De Março 2009

LIU HEIFANG é chinesa, investigadora e especialista em relações Angola - China na Academia de Ciências Sociais daquele país. Esteve em Angola durante os últimos dias, onde aproveitou para participar na conferência promovida pela Universidade Católica de Angola subordinada ao tema "A China em África". O Novo Jornal aproveitou a ocasião para conversar com Heifang sobre o futuro da cooperação chinesa no nosso

país.

Há várias questões que assaltam as mentes e as ideias de muitos angolanos. Podemos, facilmente, enumerar algumas: Quantos chineses estão em Angola? Vêm como e porquê, estarão para ficar? Será que têm algum conhecimento sobre este país, sobre as suas características e potencialidades? As empresas chinesas que actuam no nosso mercado são empresas privadas, de capitais mistos ou de cariz público?

Nos seus estudos, Liu Heifang debruça-se basicamente sobre estas questões e outras também, sobretudo ao nível da relação política e institucional entre os dois Estados. A professora e investigadora chinesa começa por explicar que a maioria dos trabalhadores do seu país em Angola "são provenientes de cidades pequenas, e que muitas vezes não têm total consciência" para onde se estão a deslocar. "Não conhecem África", resume Heifang.

"Vêm por causa dos salários", atira logo de seguida. Nas suas pesquisas encontrou "anúncios em jornais e na Internet" que recrutavam trabalhadores chineses para Angola. Eram prometidos salários de cerca de 10 mil dólares/ano - "o que não é muito, aliás", como reconhece Heifang. Podemos mesmo dizer que é uma ninharia, são migalhas ao pé dos salários e mordomias postas à disposição de trabalhadores provenientes de outras origens, porventura melhor qualificados do que a mão-de-obra chinesa disponível no país.

Mas há outras particularidades merecedoras de uma observação atenta. "Devemos pensar que estas pessoas vêm de pequenas localidades na China, onde possuem terras e são auto-suficientes em termos alimentares", frisa Liu Heifang. Significa isto que os ganhos são muito superiores àquilo que o cidadão comum chinês está habituado. A nossa interlocutora diz mesmo que este fenómeno também se verifica "nas grandes cidades da China", onde é possível "encontrar o mesmo tipo de pessoas que estão a vir para África: deslocados do interior do país à procura de trabalho e de melhores rendimentos".

China em África: que estratégia?

"Os empresários chineses têm a ideia que o continente africano, e Angola em particular, é um bom local para enriquecerem em pouco tempo", assume a professora chinesa. Assim, de chofre, até parece assustador. Mas na realidade não é nada que outros empresários, de outras origens, também não pensem. Mas a China tem um problema de comunicação com o resto do mundo: não é ágil no inglês, nem tão pouco no português.

Parece que há, no entanto, algumas instituições públicas (sobretudo através das embaixadas daquele país) e privadas (através da China África Business Association) que providenciam informações pagas relativas ao nosso continente naquele enorme e super-povoado país asiático.

E esta profusão de elementos relativos a África não é à toa: "Noutros países e noutras regiões as empresas chinesas têm grandes dificuldades em singrar, por isso, houve uma estratégia publicamente assumida para investir aqui", nota Heifang. É que na maioria dos mercados internacionais, os chineses encontram sectores já desenvolvidos, altamente concorrenciais e com empresas de sucesso e qualidade comprovada. Em África o cenário é distinto. E por isso os chineses começaram a vir, também aliciados pela "oportunidade de expandir influência e negócios em áreas fundamentais para a China, num movimento bastante oportunista", considera a investigadora.

Fundamentais porquê? Porque a China é altamente dependente do exterior em termos de matérias-primas, nomeadamente petróleo e alimentos. "A estratégia é bastante clara: a China precisa de petróleo e Angola tem-no em abundância" Mas no futuro esta questão terá outros fundamentos e influências. "Penso que as empresas que se têm deslocado para Angola têm falta de estratégia e de enquadramento legal, até. Não respeitam a Lei Geral do Trabalho, por exemplo, vivem isoladas do resto do ambiente e os seus trabalhadores têm dificuldades em interagir com a sociedade", adverte Heifang.

A pesquisadora reconhece ainda que "será muito difícil" para a classe empresarial chinesa entrar no país através de parcerias com empresas locais ou a operar em Angola. "Os custos são extremamente elevados", avisa Heifang: "Só em intérpretes chinês-inglês ou português os fundos não chegariam para sustentar a actividade de uma empresa", disse.

1.7 Governo age para reduzir os efeitos da crise mundial na economia angolana

Jornal de Angola 13 De Fevereiro de 2009

Assim como os governos das principais economias do globo, o Executivo angolano decidiu agir para reduzir o impacto da crise financeira localmente. "O efeito da crise económica mundial sobre a economia nacional é o assunto que está hoje no centro das preocupações do nosso Governo", disse ontem o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a tomada de posse dos novos membros do Conselho da

República.

"A queda dos preços do petróleo e dos diamantes fará reduzir gravemente as nossas receitas fiscais. Isto é, o Estado terá menos dinheiro para realizar despesas públicas", afirmou no seu discurso o Presidente, que acrescentou que a crise já obrigou o Governo a resultar algumas metas estabelecidas para o primeiro semestre do ano e tem exigido "soluções criativas e inesperadas para vencer os desafios que estamos a enfrentar".

De acordo com o Chefe de Estado, o Governo iniciará uma campanha para esclarecer à população quais serão os efeitos da crise no país e orientará a sociedade " no sentido de canalizar os seus esforços para a realização das tarefas, prioritárias que nos permitam superar os efeitos dessa crise com êxito e o mais depressa possível".

Acções anunciadas

A postura combativa do Executivo angolano em relação à crise já havia ficado evidente na primeira sessão da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, quarta-feira (11), quando foram anunciadas as estratégias com as quais o Governo pretende atacá-la.

O rol de acções é abrangente, mas estrutura-se em torno de dois princípios essenciais: a necessidade de diversificar a economia e de sanear os gastos públicos - veja quadro acima. Ao fim da sessão, o ministro da Economia, Manuel Nunes, assegurou que as despesas mínimas obrigatórias das instituições públicas serão mantidas.

Ainda que a curto prazo algumas das medidas anunciadas impliquem o corte de investimentos governamentais, as acções tendem a aumentar a eficiência dos gastos públicos e a acelerar a transformação da economia angolana, reduzindo a sua dependência do petróleo. No seu discurso de ontem, o Presidente manifestou preocupação em relação a essa dependência e defendeu que se invista noutros domínios da produção.

Metas

Os objectivos das medidas anunciadas pela Comissão Permanente são garantir a estabilização macroeconómica, reduzir a desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), promover, á ver actividades

a económicas geradoras de emprego e apoiar as exportações e a substituição de importações, através de Incentivos temporários.

O programa anunciado contém ainda um conjunto de medidas que visam melhorar a execução do Orçamento Geral do Estado, racionalizar as despesas públicas e aprimorar o desempenho das empresas estatais. "Deverá ser feito esforço para gerir o que temos, com maior rigor, disciplina e parcimónia", disse o Presidente:

Também será lançada uma nova estratégia de venda de diamantes, com mais intervenção do Estado.

1.8 Criando banco de investimento angolano – português

Agora 14 de Março de 2009

Com base nesta parceria, as duas instituições serão acionistas (50% do capital para cada uma) de um banco universal, que terá especial enfoque na banca de investimentos e possuirá um capital social inicial de mil milhões de dólares (cerca de 800 milhões de euros). O novo banco terá sede em Luanda e uma filial em Portugal.

Através das formas jurídicas adequadas de direito angolano, a futura instituição criará entidades de investimento, que irão apoiar e participar em projectos de desenvolvimento da economia.

No âmbito do programa de reconstrução nacional e de melhoria das condições das populações, as autoridades pretendem que, no desenvolvimento destes projectos no curto / médio prazo, seja dada especial atenção à geração, transporte e distribuição de electricidade, às telecomunicações, bem como a projectos de interesse social.

Entre os quais está a construção de estabelecimentos de ensino e hospitais, infra-estruturas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias, ferroviárias e de abastecimento de água. Os sectores siderúrgicos e cimente são igualmente apontados como prioritários.

Nos termos do acordo, celebrado nesta quarta-feira, 11, na residência oficial do primeiro-ministro português José Sócrates, a parceria Sonangol /CGD Para a constituição dessa nova instituição bancária contempla a possibilidade de dispersão na bolsa de parte do capital até 49%, assim como de parte do capital dos concretos projectos apoiados ou participados pelo banco, tendo em vista contribuir para a dinamização do mercado de capitais em Angola.

Segundo o memorando, será dada preferência a iniciativas promovidas por entidades empresariais

angolanas, portuguesas ou parcerias luso-angolanas.

O mercado tornou-se o quarto maior destino das exportações portuguesa que atingiram 34,8% em 2008 e a taxa aumentou 50,7% em 2006, 39,2% em 2007. Se em 2005 Angola era o nono destino das exportações portuguesas de bens, o ano passado posicionou-se no quarto lugar, com um volume de vendas superior a 2,27 mil milhões de euros. Naquela altura representava 2,6% do total de exportações lusas, mas em 2008 já atingiu os 6%.

Em relação às importações, Angola passou da posição 43º como cliente de Portugal em 2005 para 19º lugar e conheceram um aumento de 109,9% em 2006, 600% em 2007 e 10,5% no ano passado. No total de importações portuguesas, o país representou 0,7% em 2008.

1.9 Bancos estrangeiros são cúmplices da falta de transparência do regime

Folha 8 14 de Março de 2009

A Global Witness acusa a banca internacional, com articular realce, nos bancos estatais chineses de estarem a financiar o governo angolano com empréstimos garantidos por petróleo da SONANGOL, sem considerar a transparência no uso do dinheiro ou benefícios para a população.

A denúncia está contida nos mais recente relatório divulgado, no dia 11. "Ao disponibilizar empréstimos com garantia petrolífera à SONANGOL, grandes consórcios bancários fizeram com que o país hipotecasse a sua futura riqueza petrolífera, em troca de dinheiro sem qualquer transparência sobre a forma como o dinheiro é usado", afirma a organização não-governamental no relatório "Undue Dilligence: Como os Bancos Fazem Negócios com Regimes Corruptos", que documenta também casos como os da Guiné Equatorial, Congo Brazzaville ou Turquemenistão.

Angola e a sua "companhia petrolífera opaca", adianta, é "exemplo chave" de receitas petrolíferas desbaratadas e "postas ao serviço de um Estado-sombra onde o único resultado real para a maioria da população é a pobreza", sendo os bancos "cúmplices" no esquema, "parte da estrutura que permite que isso aconteça".

As contas da Global Witness, com base apenas em informação tornada pública, indicam que nos últimos cinco anos Angola recebeu pelo menos 13,9 mil milhões de dólares em empréstimos financiados por petróleo - BNP Paribas, Commerzbank, Banco Espírito

Santo, Barclays, Deutsche Bank, Millennium Bcp ou Banco de Desenvolvimento da China ou China Exim são alguns dos credores.

Apesar de alguns progressos, salienta, "a má gestão e corrupção nas finanças públicas angolanas, particularmente no sector petrolífero, está bem documentada. Na realidade, o sistema de finanças públicas angolano ainda mantém duas vias de despesa. Uma é o orçamento oficial, gerido pelo Tesouro; o outro é um sistema "não convencional" via Sonangol, que não está sujeito a escrutínio público".

Segundo a análise da organização, com base em relatórios do Fundo Monetário Internacional, todos os anos ficam por contabilizar em média 1,7 mil milhões de dólares do Tesouro. A média, calculada no período entre 1997 e 2001, equivale a 23 por cento do PIB angolano. "Os bancos podem separar-se dos riscos financeiros, mas fazendo estes empréstimos estão na realidade a contribuir para a própria situação que faz de Angola um investimento arriscado", refere a ONG.

A Global Witness recorre ao epíteto de "Estado falhado de sucesso" - da autoria do académico português Ricardo Soares de Oliveira, da Universidade de Oxford - para enquadrar uma situação de aflição

social em que "em vez de contribuir para o desenvolvimento, sucesso da SONANGOL tem estado sobretudo ao serviço da Presidência da República e das suas ambições".

A ONG abordou todos os banco envolvidos nestes empréstimos - 1 (em 31) responderam, e o Standar Chartered aceitou mesmo reunir-se para explicar os seus critérios d concessão de crédito.

O "sub-texto das respostas é que há sistemas de controlo implementados", mas "a crise bancário global, que pôs a nú que os bancos não têm meios para controlar extensão dos seus próprios compromissos financeiros, demonstra falsidade destas alegações", acusa "É altura de os bancos terem d verificar o uso dos empréstimo que fazem Quando um empresa pública não disponibiliza contas independentemente audita das e publicadas para assegura que é feita uma avaliação de risco séria, os bancos devem ser obriga dos a comunicar aos seus accionistas qual a base em que foi feita avaliação de risco", defende.

1.10 Combate à pobreza passa pela diversificação da economia

Folha 8 14 De Março de 2009

O ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior, considerou o combate ao desemprego, à fome e à miséria passar pela aposta em sectores que garantem a criação de mais postos de trabalho, rendimento e qualidade de vida à população.

Manuel Nunes Júnior, que discursava na abertura, do Programa de Alta Direcção de Empresas (PADE) para executivos, apontou os sectores da agricultura, agro-industrial, indústria transformadora, construção civil, turismo e o demo de serviços, como potenciais na geração de muita mão-de-obra.

O ministro recordou que a aposta nestas áreas consta do programa do Governo de combate à crise financeira e económica mundial aprovado, visando a diversificação da economia e a redução da dependência das receitas do petróleo e dos diamantes.

Dados apresentados por Manuel Nunes Júnior indicam o sector dos petróleos, cujo preço do barril registou baixas significativas nos últimos meses, constituir "mais de 50 por cento do Produto Interno Bruto (PIE), mais de 85 por cento das receitas fiscais e 95 por cento das exportações do país".

"A chave para o sucesso é a diversificação económica e o seu crescimento sustentado. Esta diversificação não será possível sem a existência de uma classe empresarial competitiva e defensora dos interesses dos angolanos", sublinhou Embordo sector petrolífero seja o dominante na estrutura da economia nacional, enfatizou, não é intensivo na criação de mão-de-obra, "não empregando mais do que 100 mil pessoas".

O ministro da Economia referiu-se, inclusive, ao período anterior à independência, como tendo sido caracterizado pela satisfação de necessidades externas e inexistência de empresários angolanos.

"Este facto não permitiu a criação de capacidade empresarial nacional durante esse período da história", disse, derivando daí a insuficiente cultura empresarial e quantidade de empresários nacionais para desenvolver o processo de diversificação da economia.

"Trata-se de um constrangimento que é preciso fazer face com determinação. Para o modelo de sociedade que pretendemos construir em Angola, o Estado e o sector privado têm de andar lado a lado na base de uma relação de complementaridade"

Numa alusão ao modelo de controlo de mercados que precedeu crise mundial, Manuel Nunes Júnior considerou que, nesta relação, o Estado deve assumir o

papel de regulador da actividade económica e ao sector privado fica reservada a tarefa de força empreendedora.

"Por esta razão, o Estado considera que deve desempenhar um papel activo no processo de criação e desenvolvimento do empresariado nacional. Este apoio não deve limitar-se ao acesso às cadeias produtivas e ao financiamento, mas incluir a formação contínua e progressiva dos empresários", finalizou.

O programa de formação de altos executivos, que decorrerá durante 11 semanas, é uma promoção do Fórum Angolano para o Conhecimento (FACIDE) e visa dotar os gestores de empresas de conhecimentos sobre o processo de tomada de decisões e iniciativa empresarial.

Participam na acção formativa, mais de 20 gestores de empresas públicas e privadas. As aulas ser do ministradas por professores angolanos e portugueses das escolas de negócios de Portugal (AESE) e de Espanha (IESE).

Dirigido a empresários e dirigentes com cargos de direcção e direcção Geral, o PADE

Habilita os executivos a uma pós graduação em gestão de negócio.

Itália anulou a dívida do Congo, estimada em 53 milhões de Euros, anunciou, em Brazaville, uma fonte do Ministério Congolês da Economia, Finança e Orçamento. A fonte disse o acordo sobre a anulação da dívida ter sido assinado no sábado, em Brazaville, pelo ministro congolês das finanças, Passifique Issoibeka, e pelo embaixador da Itália no Congo, ngelo Travaglini.

A negociação dos acordos sobre o cancelamento ou a redução da dívida do Congo junto dos seus parceiros bilaterais e multilaterais consta das acções do Fundo Monetário Internacional com vista a permitir o país atingir o ponto de conclusão da iniciativa dos países pobres altamente endividados. Nesta altura, o Congo deve beneficiar do perdão de, pelo menos, 90 por cento da dívida, cujo total em 2004 estava estimado em 2,27 mil milhões de francos CFA, segundo o FMI.

1.11 Empresários de Angola e Portugal analisaram as relações económicas

Jornal de Angola 15 de Março de 2009

Os empresários portugueses foram convidados, em Lisboa, pelo ministro angolano da Economia, Manuel Nunes, a investirem em Angola, onde "há muito para explorar". Com o objectivo de reforçar a cooperação

entre os dois países, referiu, "convido os empresários portugueses a investirem na área de reabilitação urbana, da construção, siderurgia, energia, portos e aeroportos".

Manuel Nunes falava numa conferência dedicada às "Relações económicas Portugal! Angola – Oportunidades de cooperação empresariais", que reuniu 500 empresários, de ambos os países, ligadas aos mais diversificados ramos de negócios.

A área do turismo e hotelaria foi destacada por Manuel Nunes quando recordou que Angola vai realizar, em Janeiro de 2010, a Taça de África das Nações.

O presidente da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Aguinaldo Jaime, assegurou que estão a ser tomadas medidas para acelerar, no futuro, a aprovação de mais investimentos.

Acrescentou que Angola admite vir a criar um sistema de incentivos que estimule os investidores a apostar em projectos no interior do país, para se evitar a concentração em Luanda, e promover a dispersão geográfica.

Aguinaldo Jaime disse que se pensa, inclusive, em Angola, na criação das chamadas "one stop shop", de apoio ao investimento estrangeiro.

U ministro português da Economia, Manuel Pinho, disse que o capítulo mais forte e rico da diplomacia económica consiste no aprofundamento das relações com Angola.

E intenção do executivo português, asseverou, propor uma parceria estratégica no domínio da energia, um grande desafio que permite a criação de novos empregos e modernizar indústrias.

O fórum foi organizado pela.

Agência para o Investimento e Comércio, Externo de Portugal, pela Agência Nacional para o Investimento Privado e ainda pela Câmara de Comércio e Indústria de Portugal.

1.12 Catoca traça estratégias para lidar com a crise económica

Jornal de Angola 17 de Março de 2009

Entre os factores responsáveis pelo sucesso de uma grande empresa no mercado estão aqueles que podemos chamar de controláveis, como administração, gestão de pessoas, investimentos em tecnologias e criação de processos, e aqueles externos, que fogem ao

controlo total da empresa.

Entre eles, pode-se citar a oscilação do preço das matérias-primas, o posicionamento de mercado de fornecedores e prestadores de serviços, políticas fiscais e outros aspectos de alguma forma ligados às conjunturas macroeconómicas do país em que ela actua. Uma empresa que não souber controlar bem os factores controláveis jamais será sustentável no longo prazo.

Entretanto, há momentos na trajectória de uma companhia que, mesmo quando todos os procedimentos internos estão a ser bem administrados, as conjunturas externas tornam-se adversas, comprometendo o desempenho e os resultados financeiros.

É o que está a acontecer com Catoca, que possui maior mina de diamantes do país e a quarta maior do planeta. Desde Outubro do ano passado, quando a crise financeira mundial veio à tona e praticamente congelou as vendas de diamantes no mundo, a empresa atravessa o seu momento mais crítico desde 1993, ano em que ela foi fundada.

Em poucos meses, o preço do diamante produzido em Catoca caiu mais de 40%, passando de USD 85 para USD 48 por quilate. Desde Novembro, a empresa não realiza vendas significativas de diamantes e, por isso, os cofres da empresa estão com dois meses de produção de diamantes estocados, pois os preços actuais estão a inviabilizar as vendas.

Em breve, uma terceira produção provavelmente também terá o mesmo destino. "A situação não está fácil", admite o director de Recursos Humanos e Administração do Catoca, César Marianetti. "Agora, tudo o que podemos fazer é adoptar medidas paliativas até a crise passar", acrescenta.

Reunião de emergência

Assim que a direcção da empresa se deu conta da dimensão da crise e da extensão que ela poderia ter, começou a traçar estratégias para lidar com esta nova realidade de mercado.

Os responsáveis do Catoca partiram de duas premissas, conforme orientação da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama): não reduzir o número de trabalhadores e não diminuir a produção.

No mês de Novembro, foi convocada uma reunião de emergência, que contou com a participação de cerca de 100 gerentes e directores. Todos os presentes puderam apresentar as suas sugestões para cortar despesas,

aumentar a eficiência e melhorar processos. "Abrimos a questão para o máximo de trabalhadores possíveis, pois é um assunto que mexe muito com a vida de todos", explica o director Marianetti. No final do encontro foi elaborada uma lista com as medidas sugeridas. Algumas das resoluções já estão a ser colocadas em prática.

1.13 Petróleos: clima de incerteza nas empresas que prestam serviço

Jornal de Angola 17 de Março de 2009

A crise económica mundial que despoletou em meados do ano passado nos Estados Unidos da América está a provocar um clima de grande incerteza no seio das empresas de prestação de serviços que operam no ramo dos petróleos em Angola. A situação persiste por elas desconhcerem ate quando a crise vai perdurar.

E o caso da empresa de consultoria HSE, que se dedica, há pouco mais de dois anos, à prestação de serviços de assessoria e planeamento em empresas petrolíferas.

Segundo o seu director Francisco Cobe, enquanto este cenário se mantiver no mercado internacional e continuarem em a baixa os preços do petróleo, as empresas de terciarização de serviços poderão ver as suas metas não alcançadas devido à crise, o que as obriga a definição de um novo plano estratégico.

Desta forma, realça, será difícil obter novas propostas para prestação de serviços, na medida em que grande parte das indústrias petrolíferas vivem um clima de incertezas quanto ao que poderá vir a acontecer no futuro.

"Tudo está muito complicado; Ninguém sabe o que vai ocorrer amanhã e é difícil o que esta a acontecer. Isso pode condicionar muita coisa. A oferta para a prestação de serviços poderá ser cada vez mais limitada", acrescenta.

Para minimizar os efeitos da crise económica e financeira mundial, a HSE tenciona, nos próximos tempos, expandir os seus serviços nos domínios da higiene industrial, segurança no trabalho, saúde ocupacional, gestão ambiental e gestão de qualidade.

Especializada igualmente na área de estudos de impactos ambientais, a empresa dispõe de consultores nacionais e estrangeiros com uma vasta experiência nestes domínios.

Actualmente, representa marcas de produtos internacionais, como Adsrbum, que serve para a retenção de petróleo e outras substâncias oleosas absorvidas, bem como a re-obtenção e reciclagem de

produtos do género.

Os produtos em questão podem absorver substâncias como trementina, óleo hidráulico, querosene (óleo de combustão), gasolina, petróleo combustível, benzeno, carburante, carburante diesel, acetonas, álcoois, ácido fórmico, clorofórmio, e carburantes para aviação, entre outros.

Em declarações ao JE, o director da HSE, Francisco Cobe, referiu que a instituição prima por trazer produtos que ajudam a melhorar o meio ambiente, que não são nocivos e ecologicamente correctos.

A empresa conta com 14 trabalhadores e no futuro pretende se implantar em mais 11 países africanos.

1.14 OPEP mantém nível de produção O limite actual esta fixado em 24,84 milhões de barris O limite actual está fixado em 24,84 milhões de barris por dia

Jornal de Angola 17 de Março de 2009

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu manter o nível de produção de crude até Maio deste ano. O anúncio foi feito pelo ministro iraquiano do Petróleo, Hussein Al Chahristani, à saída da reunião que decorreu no Domingo último em Viena.

Os ministros decidiram igualmente encontrar-se novamente a 28 de Maio, em Viena, para fazer o ponto de situação sobre o mercado, nomeadamente após a reunião dos países do G-20, em Abril em Londres, segundo o ministro do Petróleo do Qatar, Abdallah al-Attiyah.

"Penso que é uma decisão responsável, que permite também dar ao G20 a possibilidade de fazer o seu trabalho a 2 de Abril", sublinhou o ministro argelino dos Petróleo, Chakib Khelil.

De acordo com o ministro do Qatar, todos os estados membros da organização se comprometeram a respeitar as quotas de produção.

Desde Setembro, a OPEP decidiu retirar do mercado um total de 4,2 milhões de barris por dia para travar a queda do preço do crude.

O limite actual para onze dos 12 países membros, visto que o Iraque não está sujeito a quotas, está fixado em 24,84 milhões de barris por dia.

1.15 No segundo semestre do ano passado BDA triplicou o valor de funcionamentos

Jornal de Angola 17 de Março de 2009

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) aprovou, em 2008, créditos no valor de quase nove mil milhões de kwanzas, 116 milhões de dólares, refere uma nota da instituição, neste valor, dois mil milhões foram creditados em operações indirectas via bancos comerciais.

Os financiamentos até o segundo semestre elevaram-se a 6, 1 mil milhões de kwanzas contra os 2,6 mil milhões de kwanzas do semestre anterior.

Com este valor, refere uma nota, o BDA financiou diferentes projectos para as áreas da agricultura, pecuária, agro-indústria, indústria de materiais de construção, comércio e serviços que, estima-se, gerem mais de 1.700 postos de trabalho directos.

No sector da agricultura destacam-se os projectos de aquisição de máquinas agrícolas, meios de transporte e construção de infra-estruturas para a produção de cereais e leguminosas em pequena, média e grande escala, no município da Quibala, Cassongue, Porto Amboim, na província do Kwanza-Sul, em valores de 312 milhões e 1,4 mil milhões e 21 milhões de kwanzas.

O BDA financiou, também, crédito no valor de 287 milhões de kwanzas para projectos similares de aquisição de máquinas agrícolas, produção de cereais e construção de infra-estruturas no município de Cacusó, província de Malanje, Nharea, Província do Bie, com 16 milhões de Kwanzas. Na Caala e Chinguar, província do Huambo, o valor foi de 24 e 21 milhões de kwanzas, que possibilitou a aquisição de tractores e outros equipamentos agrícolas para a constituição de uma brigada de mecanização agrícola para preparação de solos.

Para os projectos localizados na cidade do Huambo, o BDA concedeu 546 milhões de kwanzas para a importação de fertilizantes.

No sector agro-industrial foram financiados, em 2008, projectos no município da Matala, província da Huila no Valor de 1.061 milhões de Kwanzas, que servirão para aquisição de equipamentos e construção de infra-estruturas

para a instalação de uma unidade de tratamento, embalagem e conservação de produtos hortícolas e sementes, tal como de uma fábrica de concentrado de tomate.

No sector da indústria de matérias de construção, o banco financiou projectos para aquisição de máquinas para extrair granito e basalto para a produção de brita, na comuna do Zenza do Itombe, província do Kwanza Norte, no valor de 183 milhões de kwanzas. Em

110s para instalação de uma unidade de montagem de guias para a construção civil, máquinas e construções de infra-estruturas para a instalação de uma cerâmica de produção de telha e tijolo. No município de Cacucó, e de Icolo e Bengo, para projectos similares aos de Viana foram atribuídos valores de 536 de 734 milhões de kwanzas.

No sector de comércio e serviços, o financiamento de projectos foi de 221 milhões de kwanzas destinados à Aquisição de meios rolantes para prestação de serviços de transporte, construção e apetrechamento de dez cantinas rurais e aquisição de mercadoria. Destinaram-se, também, à reabilitação e apetrechamento de uma loja rural e aquisição de mercadoria.

Foram, igualmente, aprovados empréstimos de 32 milhões de kwanzas para compra de meios rolantes e mercadores para o exercício do comércio rural grossista e retalhista na Quibala, Kwanza-Sul, e Linduimbale, Huambo.

Além dos financiamentos realizados de forma directa, o BDA aprovou, igualmente, o financiamento de várias operações indirectas, no âmbito protocolar assinado com o Banco Internacional de Crédito (BIC), Banco de Fomento de Angola, Banco Keve e Banco de Poupança e Crédito.

Os projectos aprovados, no total de dois mil milhões de kwanzas 27

1.16 Governo mantém objectivo

Jornal de Angola 20 de Março de 2009

O Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma, assegurou ontem, 1 Luanda, que a estratégia e os objectivos traçados no domínio económico e social não vão ser modificados, apesar da crise económica e lance ira internacional.

Esta garantia, que já tinha sido dada pelo Presidente da República, na sua mensagem de Ano Novo, foi feita durante a sessão plena da Assembleia Nacional, por ocasião da interpelação ao Governo, pela bancada

parlamentar do MPLA, sobre as medidas contra os feitos da crise.

Acompanhado no Parlamento pela equipa económica do Governo, o Primeiro-Ministro disse que posição a ser seguida para a materialização dos objectivos, prioridades, metas e acções do Plano Nacional do Governo para 2009 em função do acentuar da recessão económica mundial, está definida na mensagem de Ano Novo C to Chefe de Estado.

Na mensagem, o Presidente da republica disse que "o preço do petróleo e dos diamantes tem estado a descer muito, exigindo do nosso Governo acções que visem o engajamento e ajustamento do Orçamento Geral do Estado e de algumas metas do plano Nacional para 2009. Esse ajustamento, no entanto, não vai modificar a estratégia e os objectivos os estabelecidos no domínio económico e social".

José Eduardo dos Santos garantiu ainda que "o Governo vai fazer f tudo para manter a estabilidade política e macroeconómica e continuará a realizar investimentos públicos significativos na reabilitação e construção de infra-estruturas, criando emprego e as condições para o crescimento da produção, na base do aproveitamento racional dos nossos recursos naturais e respeitando o equilíbrio entre a economia e a ecologia".

Perante os deputados, Paulo Kassoma disse ainda que muitas das preocupações que constam do conjunto de perguntas dirigi das ao executivo estão formuladas nos princípios das políticas macroeconómica, de apoio ao desenvolvimento da actividade empresarial pública e do sector privado.

O Primeiro-Ministro acrescentou que as políticas, constam do plano geral do governo e do cronograma das medidas principais de gestão macroeconomia e Estruturais a Executar este ano aprovado pelo governo e intregado no seu plano de acção fase a crise internacional.

Paulo Kassoma disse que, no de uma avaliação da economia do País o governo equacionou as medidas que se impunham e que resultaram e resultaram na aprovação, pelo conselho de Ministros, de um Cronograma das Medidas Principais e Gestão Macroeconómica e Estruturais que estão em execução este ano.

Segundo o Primeiro-Ministro, esse cronograma comporta, especificamente, medidas do âmbito da t estão macroeconómica, em que é assegurada a

manutenção da estabilidade macroeconómica, com a meta da inflação prevista para este ano, de 10 por cento.

António Paulo Kassoma disse que a política monetária e a política fiscal estabelecidas no programa têm como objectivo a estabilidade dos preços, tendo acrescentado que lá mecanismos para assegurar o controlo do défice público e a preservação do valor do Kwanza.

A estabilidade da taxa de câmbio lai requerer medidas combinadas de esterilização pela oferta de divisas e títulos, a regulação com a monitorização do coeficiente de reservas obrigatórias e o ajustamento da taxa de redes conto e o controlo do destino dos cambiais adquiridos ao Banco Nacional de Angola.

Diversificação da economia garante mais emprego

O Primeiro-ministro garantiu ontem que a aposta do governo na estratégia de diversificação da economia, onde a vertente agro-industrial é decisiva, vai permitir a criação de novos postos de trabalho e, por conseguinte, a geração de emprego.

Paulo Kassoma sublinhou que nos sectores dos petróleos e dos diamantes, onde se regista um decréscimo do preço do petróleo e do quilate dos diamantes no mercado internacional, vai diminuir apetência para os investimentos privados nessas áreas com conseqüências negativas para a capacidade de gerar emprego.

Acrescentou que para este ano se prevê que o Produto Interno Bruto cresça acima da taxa de crescimento natural da população, que se situa na ordem dos 3 %, contribuindo decisivamente para essa meta os sectores da agricultura, pescas e derivados, indústria transformadora, energia e serviços mercantis.

Paulo Kassoma assegurou ainda que a lei o programa de combate à pobreza vai manter-se não obstante, laver certo abrandamento no crescimento do PIE. Disse ser verdade que os sectores sociais não estão expostos directamente à concorrência externa e, consequentemente, aos efeitos da crise. E sublinhou que como esses sectores envolvem actividades directamente dependentes dos investimentos públicos, a diminuição das receitas vai determinar o reajustamento de muitos projectos.

Investimento Privado

Paulo Kassoma anunciou que a Lei dos Incentivos ao investimento Privado vai ser revista, no âmbito do fomento da produção interna. O Primeiro-Ministro disse ainda que está a ser elaborado um estudo para a eventual concessão de subsídios directos aos produtores industriais que revelem capacidade de satisfação de alguma procura interna com a produção doméstica com os produtos.

No domínio da política habitacional, o governo, de acordo ainda com Paulo Kassoma, está a trabalhar num conjunto de instrumentos e mecanismos para o desenvolvimento do sector, com destaque para a habitação social, onde as acções incluem a instituição do fundo do fomento habitacional.

1.17 Governo aprova plano de acção para enfrentar crise económica

Jornal de Angola 26 de Março de 2009

O Conselho de Ministros aprovou ontem o plano de acção do Governo para fazer face à crise económica e financeira internacional e o cronograma das medidas principais de gestão macroeconómica e estruturais a implementar este ano.

O Plano foi analisado no passado dia 11 deste mês pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros, que recomendou a sua aprovação pelo órgão colegial do Governo.

O cronograma das principais medidas a serem implementadas este ano inclui a redução das despesas em bens e serviços, a reprogramação dos investimentos públicos, dando prioridade aos projectos que já possuem financiamento, o saneamento e reestruturação das empresas públicas estratégicas.

A diversificação da economia, para se diminuir a dependência do petróleo, é outra medida que consta do cronograma de acções a serem implementadas.

Neste aspecto, o Governo deverá actuar nas áreas que são intensivas em mão-de-obra e que garantam emprego e a redução das importações, com efeitos positivos na balança de pagamentos, como são a Agricultura, a Indústria e as Obras Públicas.

O Estado vai intervir directamente no circuito de comercialização de diamantes, a fim de impedir que as empresas do sector cheguem a uma situação de colapso, devido a redução dos preços desse produto.

O referido programa procura ajustar os objectivos

contidos no Plano Nacional de 2009 à situação actual para garantir a estabilização macroeconómica, reduzir o grau de abrandamento da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, promover as actividades económicas produtivas geradoras de emprego e rendimento e apoiar a substituição competitiva de importações e de fomento das exportações, através de sistemas de incentivo e mecanismos temporários de protecção às actividades emergentes.

Aprovados programas executivos sectoriais

- Na reunião de ontem, o Conselho _ de Ministros aprovou também os Programas Executivos dos sectores da Geologia e Minas, da Indústria, das Águas, das Obras Públicas e o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, todos no âmbito do Programa do Governo para o ano de 2009.

De acordo com o comunicado da reunião, os programas visam sobretudo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, incrementar a produção, aumentar o número de postos de trabalho, promover o desenvolvimento económico e social do país e contribuir para a criação de um ambiente de sustentabilidade, estabilidade e desenvolvimento regional.

O documento esclarece que com a aprovação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação para o período de 2009-2012, o Governo pretende mobilizar e fazer intervir as instituições públicas e os agentes privados na melhoria do ordenamento e da expansão do sistema urbano e na redução do défice habitacional, de modo a garantir uma habitação condigna para cada família, compatível com o seu rendimento.

O Governo autorizou os Ministérios da Energia e da Indústria a celebrarem com a Hydro Aluminium, S.A, empresa de direito norueguês, um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de indústrias electro-intensivas em Angola.

1.18 Novas regras de política monetária e cambial

Jornal de Angola 21 a 28 de Março de 2009

A gestão macroeconómica que o Governo destina ao país este ano incidirá grandemente sobre questões de natureza cambial e monetária, de acordo com o cronograma das medidas a implementar.

Esse documento aponta como medida permanente, no decurso de 2009, a continuação da aplicação da esterilização «ex-ante», mas estabelece uma avaliação, que deverá ocorrer já, até ao fim do mês em curso, da

sua eventual limitação «face às necessidades de pagamento internas do Tesouro Nacional e capacidade de absorção de divisas da economia nacional, para se determinarem eventuais medidas complementares».

A esterilização «ex-ante» é um processo de antecipação estabelecido entre a Sonangol, o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Tesouro Nacional, em que os fluxos de divisas provenientes das exportações petrolíferas são convertidos antes de ocorrerem os eventos do mercado relacionados com o câmbio.

Esse processo começou a ser implementado em 2002, trazendo consigo a recuperação da cotação do kwanza diante do dólar e, posteriormente, o período de estabilidade cambial que se prolonga até aos dias de hoje.

O documento não dá outras pistas para interpretar o significado de «eventuais medidas complementares», embora todo o texto acima reproduzido em relação à esterilização «ex-ante» prenuncie o advento de novas regras.

Apesar disso, de acordo com o cronograma, com o Banco Nacional de Angola, a Equipa Económica do Governo vai definir até ao final de Junho, medidas para regulamentação dos depósitos em moeda estrangeira, bem como dos limites de exposição cambial e acções para acautelar o efeito da livre circulação do dólar americano.

Significativamente, porém, uma das medidas de carácter cambial que o cronograma diz que deve ser tomada até ao fim do mês em curso, consiste na determinação «de um intervalo da taxa de câmbio consistente com a meta das reservas internacionais líquidas».

O documento indica que, já a partir de Fevereiro, está em curso um processo destinado ao estabelecimento de regras «claras» de uso dos instrumentos de política monetária, «evitando-se um grau elevado de discricionariedade na sua condução e tendo como objectivo principal a preservação das reservas internacionais».

Já antes, em Janeiro, o Banco Nacional de Angola teria implementado um ajuste das suas reservas obrigatórias, adequando-as aos níveis de liquidez da economia, segundo o cronograma.

Por outro lado, naquele mês foi adoptado o princípio do uso de títulos públicos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro, BT, e Títulos do Banco Central, TBC), com

base em duas orientações.

A primeira consiste na manutenção de um «stock» permanente de Títulos do Tesouro na posse do BNA, para fins de política monetária, com remissão automática até um limite proporcional à meta projectada para a base monetária.

A outra baseia-se em que o BNA administre a sua carteira própria de Títulos de Tesouro, definindo as taxas de juro de curto prazo nas operações comprometidas.

Ainda assim, apesar de projectar manter positivos os fluxos de receitas (as medidas orientam a manutenção do crescimento do sector petrolífero a um taxa igualou superior a zero), os decisores políticos querem legislar a elevar das reservas internacionais.

Numa decisão inserta no cronograma instam a definição de «mecanismos de aplicação das reservas do Estado em negócios rentáveis e seguros». Numa suposta relação com isso, mais adiante, projecta-se que o Fundo Soberano de Angola, com funções de fundo de estabilização e poupança, esteja constituído até Maio.

2 MICRO FINANÇAS

2.1 Crédito jovem garante sustento de famílias

Jornal de Angola 10 de Março de 2009

De segunda a sábado, logo de manhã, 30 jovens trabalham numa fábrica de blocos para construção civil e num recinto de lavagem de carros, bem próximo do rio Kuito, na pracinha do Cepi. Alfredo Ecolelo, 26 anos e pai de dois filhos, é o coordenador dos projectos de lavagem de carros e fabrico de blocos. A concretização deste sonho só foi possível graças a um financiamento através do "Crédito Jovem" do BPC.

A fábrica de blocos produz, diariamente, três a quatro mil unidades "quando não há chuva", recorda Alfredo Ecolelo. O financiamento de 233 mil kwanzas chegou em Setembro de 2008. "A minha ideia era melhorar a vida e dar também emprego a quem não conseguem trabalhar noutros lugares por diversas razões", disse Ecolelo.

Localizada na margem do rio Kuito, a fábrica de blocos tem 15 empregados efectivos e outros tantos que fazem biscates diários. Os salários variam. Os trabalhadores mais antigos, recebem mensalmente 17.500 kwanzas. Os jovens sem qualquer experiência no ofício ganham de acordo com o que produzem diariamente.

Todo o trabalho depende de uma electrobomba que, a cerca de 100 metros, puxa água do rio e serve para

fazer blocos e para a lavagem das viaturas.

Mesmo antes de vencer o prazo do crédito, Alfredo Ecolelo já pretende fazer a devolução do dinheiro que lhe foi emprestado. Ele quer solicitar outro financiamento, mas com um valor superior. "A minha intenção é aumentar o número de trabalhadores e obter mais lucros".

A fase de reconstrução que a província do Bié vive, particularmente a cidade do Kuito, impulsiona a sua actividade, pois a procura de blocos é constante. "Fazemos questão de nunca ter falta de blocos para satisfazer as necessidades dos clientes", garante.

"Para mim é uma grande responsabilidade ter recebido de empréstimo um valor alheio. Por isso, estou aqui a partir das cinco horas da manhã. Quero pagar rapidamente o que devo", disse Alfredo Ecolelo.

Para este empresário, "o cavalo só engorda com o olho do dono" por isso está de manhã à noite, a controlar a produção. Da arte de fazer blocos ele conhece tudo, porque antes de expandir o negócio através do financiamento, fazia blocos no mesmo local. "Na altura éramos apenas dois. Hoje somos mais de 30", recorda.

Ele que já teve as mãos na massa, diz aos jovens desempregados que devem pensar num projecto e fazer como ele, que recorreu ao "Crédito Jovem" para dar uma volta à sua vida: "eles serão bem-vindos, basta que sejam honestos e dedicados", aconselha.

Alfredo Ecolelo afirma que a vida da sua família melhorou consideravelmente. Até ele já tem um "carrinho". A sua mulher, Bitá Sapalo, que antigamente também fabricava blocos, agora dedica-se apenas à educação dos filhos e às lides da casa.

Manter o fogo aceso

Estêvão Nanel Savitendela, 35 anos e pai de quatro filhos trabalha no projecto de Alfredo Ecolelo.

De tronco nu, botas militares já a pedirem substituição, Savitendela trabalha incansavelmente para fazer 100 blocos por dia, o que lhe garante o salário mensal.

Já passam das 10 horas da manhã. Quase metade do monte de areia, uma das principais matérias-primas no fabrico dos blocos, já foi "comida".

Savitendela faz parte de uma equipa de dez trabalhadores. Está há quatro anos no projecto, antes trabalhava no campo. Encontrou esta nova ocupação na cidade. O dinheiro que ganha, 17.500 kwanzas por mês, não é suficiente para resolver os problemas da

família, "mas já dá para manter o fogo aceso".

Lava carros para estudar

Junto ao rio Kuito, há umas barras paralelas de cimento que foram construídas de propósito para ajudar a lavar os carros. Gabriel Isaías dá "brilho" ao carro de um cliente. Tem 18 anos e é o encarregado. A chuva que caiu no dia anterior traz benefícios para os lavadores de carros.

Gabriel Isaías é estudante da 5ª classe e ganha 8.000 kwanzas por mês. Este dinheiro é repartido pela alimentação, estudos e sustento do avô, com quem vive. A sua meta é ir o mais longe possível nos estudos para um dia abandonar o pano, a escova, o balde e ficar num hospital a cuidar dos doentes. Quer ser médico...

Crédito-Bancário

A concessão de crédito aos jovens do Bié enquadra-se num programa do Ministério da Juventude e Desportos que conta com a parceria do Banco de Poupança e Crédito e que vai continuar. A garantia é da gerente do BPC no Kuito, Dionísia Ruth.

"O banco tem as portas abertas.

Estamos à espera de mais candidatos", diz a gerente bancária para quem o "Crédito Jovem" está a produzir bons frutos.

Segundo Dionísia Ruth, um considerável número de jovens necessitados já beneficiou do financiamento e considera-o de fácil acesso.

Para aderir ao crédito, basta ser_ cidadão nacional com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos. Um grupo de no mínimo cinco e no máximo 20 pessoas, só precisa de apresentar um projecto exequível. De acordo a gerente 40 BPC, "não existe montante mínimo nem máximo. O valor a entregar é estimado em função do projecto", garante...

2.2 A importância do crédito jovem

Jornal de Angola 12 de Março de 2009

Lançado em Abril de 2007 pelo Ministério da juventude e Desportos, em parceria com o Banco de Poupança e Crédito e o Banco Sol, é hoje um dado adquirido que o crédito jovem tem estado a cumprir com os objectivos que nortearam a sua criação: melhorara situação socioeconómica dos jovens desfavorecidos e ajudar a combater a pobreza.

Inicialmente com cinco milhões de dólares disponíveis para a concessão de créditos, cedo o sucesso do

projecto levou os seus promotores a elevarem o montante para dez milhões de dólares, fasquia atingida no primeiro semestre de 2008.

Por todo o país o crédito jovem tomou-se notícia e das dezoito províncias choveram notícias dando conta da sua boa recepção junto dos jovens, das micro-empresas criadas e que ajudaram muitos a sair da indigência, abrindo assim as portas da esperança para os que se achavam perdidos no mar de dificuldades que o país herdou no final da guerra.

De Luanda, de Benguela, de Cabinda, do Bié, do Huambo, do Kuando-Kubango, do Moxico, das Lundas Norte e Sul, do Cunene, da Huíla ou de Malanje, do Kwanza Sul ou Norte, do Bengo ou do Zaire, do Uíje ou do Namibe, vieram em catadupa relatos a atestar em como o crédito jovem permitiu inclusive influir na mentalidade dos jovens envolvidos no projecto, ajudando a diminuir a delinquência e os níveis de alcoolismo no seio da juventude.

Salões de beleza, boutiques, pequenos armazéns para venda de vários produtos, empresas para realização de obras de construção de pequenas dimensões, parcelas de terra cultivadas para a produção agrícola, enfim, micro-empresas de vários tipos e em vários ramos de actividade surgiram, encontraram mercado e puderam prosseguir a sua actividade.

Como em todas as iniciativas, nem tudo foi um mar de rosas. Nalguns casos a má gestão fez com que pequenos projectos fracassassem alguns meses depois de terem sido lançados. Mas a identificação dos pequenos erros cometidos pelos jovens e inexperientes empreendedores permitiu muito rapidamente introduzir correcções de forma a evitar a sua repetição. Acções de formação sobre gestão de créditos foram levadas a cabo e, assim, foi possível assegurar a continuidade da empreitada, por um lado, e, por outro aumentar o interesse dos jovens e o seu nível de confiança em relação ao programa.

Em Agosto de 2008, estavam contabilizados nove mil e 800 jovens associados em mil 857 cooperativas que tinham recebido o crédito jovem. Uma prova eloquente de que, à semelhança de tantas outras iniciativas que o Governo tem estado a criar, o crédito jovem está revelar-se como uma boa experiência no capítulo da reconstrução da vida e da garantida da estabilidade familiar de milhares de jovens angolanos por via da realização de pequenos negócios que se têm revelado úteis na solução do problema do desemprego e na oferta ao público de utilidades até então inexistentes localmente, o que também contribui para a baixa de

preços dos serviços prestados.

O crédito jovem permitiu influir na mentalidade dos jovens envolvidos no projecto ajudando também a diminuir a delinquência e os níveis de alcoolismo no seio da juventude.

2.3 Grande adesão às associações de produtores

Jornal de Angola 12 de Março de 2009

O programa "Angola Jovem" dispõe, na província do Huambo, de 750 mil dólares para a concessão de crédito aos projectos de jovens que pretendem abrir e gerir o seu próprio negócio. Desde o início do projecto já beneficiaram de crédito 21 associações de jovens, que criaram empresas na área do comércio.

A adesão dos jovens ao crédito é grande, mas alguns projectos são apresentados sem respeitar os procedimentos, "talvez porque a mensagem que temos passado não tem sido muito bem compreendida", afirma Martins Sukete, funcionário da Direcção Provincial do Huambo da juventude e Desportos.

Os jovens dos municípios do Huambo, Bailundo, Catchiungo, Caála e Ekunha são os primeiros beneficiários do crédito, enquanto os jovens dos municípios de Ukuma, Tchinjaenje, Longonjo e Mungo vão beneficiar de crédito nos próximos tempos.

"O nosso objectivo é conceder, dentro das regras, o dinheiro disponibilizado pelo Governo nesta primeira fase", assegura Martins Sukete.

Para o acesso ao Crédito Jovem, os interessados devem ter entre 18 e 30 anos e são estimulados a formar uma associação de até quatro elementos. "Elaboram um projecto com viabilidade e remetem-no à direcção da Juventude e Desportos, que, depois de aprovado, o envia ao BPC para efeitos de financiamento", disse Martins Sukete, acrescentando que as verbas atribuídas vão dos 500 aos cinco mil dólares.

As taxas de juro variam entre os oito e 12 por cento, com três a seis meses de bonificação.

Dos 750.000 dólares disponibilizados; em 2007, pelo Governo Central, apenas foram postos à disposição das instituições envolvidas no processo 170.000 dólares.

Os coordenadores do Programa Crédito Jovem, designadamente o BPC e o Ministério da Juventude e Desportos têm como missão informar, formar, fiscalizar, aprovar e disponibilizar as verbas para a execução dos projectos. Nas propostas apresentadas pelos

jovens, as áreas preferidas para os negócios são as do comércio geral, pequenas empresas e ainda a área de prestação de serviços, por serem negócios com pequenas margens de risco, afirma Martins Sukete.

"Algumas associações têm encontrado dificuldades para fazer o reembolso, ou porque o negócio não está a ir bem ou porque existe má gestão. Porém, temos acompanhado e ajudados estes jovens", afirmou Martins Sukete.

Conselho da juventude sensibiliza os candidatos
No âmbito do Programa Crédito Jovem, o Conselho Provincial do Huambo da Juventude tem realizado acções de sensibilização da população juvenil nos 11 municípios da província.

Segundo o secretário-geral adjunto da instituição, Liberal Alicerce, têm sido realizadas várias campanhas com êxito, que visam incentivar e mobilizar os jovens para o programa...

"Os secretários municipais do Conselho da Juventude estão a sensibilizar a população para aderir ao projecto Crédito Jovem: Nós vamos aos municípios participar na campanha de sensibilização", disse. Desde o arranque do projecto estão formadas 110 associações de jovens prontas para iniciar as suas actividades.

Beneficiários têm formação

Os projectos aprovados implicam uma formação adequada aos jovens que integram as associações. Segundo Martins Sukete, durante as duas acções de formação já realizadas, foram instruídos 190 jovens nas áreas de planificação e gestão.

Agostinho Chavonga, 30 anos, recorreu ao projecto Crédito Jovem. "Pretendo abrir uma cantina para exercer a minha actividade de comerciante. Solicitei um crédito de cinco mil dólares para a compra de diversos produtos e agora resta-me esperar pela aprovação, para começar a trabalhar", disse o jovem, casado e pai de cinco filhos.

Agostinho ouviu falar do programa "Crédito Jovem" na sua igreja, por intermédio do pastor. Negociante há 1.6 anos, Agostinho Chavonga acredita que vai conseguir aumentar e diversificar o seu negócio dentro dos prazos estipulados para reembolso ao empréstimo. "Tenho experiência no ramo, embora sem formação. Penso que vou conseguir fazer o reembolso com a taxa de juro estipulada".

Domingos Dumbo, armazenista na Cidade Alta, também é beneficiário do Crédito Jovem. Afirma que, com o financiamento, conseguiu arrendar um

estabelecimento e rentabilizá-lo, embora reconheça que nem sempre consegue reembolsar o empréstimo dentro dos prazos.

No âmbito do programa de apoio à juventude, 380 jovens receberam materiais para construir as suas casas.

Os jovens, todos residentes no município do Longonjo, foram beneficiados com o crédito porque ficaram sem abrigo devido às fortes enxurradas. "Visitámos os locais cedidos para a construção de mediante a solicitação concedemos apoio, que consiste num carros de mão, chapas, baldes, martelos, pregos e serrotes", disse Martins Sukete...

Um posto de saúde e uma escola também fazem parte das acções de apoio da Direcção da Juventude e , Desportos do Huambo aos jovens.

2.4 Banco Sol concede crédito aos pequenos empresários

Jornal de Angola 16 de Março de 2009

Dois pequenos empresários do município do Bailundo receberam do Banco Sol, um micro-crédito avaliado em 234 mil kwanzas, para o reforço da sua actividade económica.

O dinheiro, correspondente a 117 mil kwanzas para cada um dos beneficiários, foi entregue depois do corte da fita inaugural da dependência do Banco Sol no Bailundo, pelo governador da província do Huambo, Albino Malungo.

Para os beneficiários, José Braga e Afonso lamba, ambos técnicos de electrónica, que trabalham na reparação de rádios, televisores, geradores eléctricos e bobinagem, este empréstimo vai ajudar na compra de acessórios para o crescimento dos seus negócios.

A reabilitação das instalações e o apetrechamento da agência, cujas obras duraram seis meses, custaram ao Banco Sol 120 milhões de Kwanzas e criou dez novos empregos para jovens do município de Bailundo.

Na cerimónia de inauguração, o presidente da comissão executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, lembrou que a instituição tem carácter social e comunitário, com o objectivo de contribuir para a erradicação da pobreza no seio das comunidades, através do micro-crédito aos empresários, agricultores, camponeses associados, enfermeiros, professores e outros funcionários.

Coutinho Nobre Miguel disse que o Banco Sol vai continuar a dar resposta adequada, às reais necessidades

dos municípios e da população do Huambo em geral.

O governador Albino Malungo felicitou o investimento do Banco Sol, pois, segundo afirmou, "vem reforçar a parceria com o governo, aumentando o crédito e a dignidade da população".

Considerou a inauguração da agência no Bailundo, como uma oportunidade para os camponeses e agricultores comprarem mais juntas de bois para tracção animal e, desta forma, melhorarem a produtividade agrícola.

No Huambo, o Banco Sol em parceria com a BP Angola e a Associação de Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA) tem vindo a solucionar diversos problemas e contribuir para o aumento da produção agrícola, para além do apoio aos professores e enfermeiros.

Esta agência, que é a 56a do Banco Sol no país, foi inaugurada numa altura de crise financeira em que a banca é chamada a dar resposta, através da eficácia para dinamizar a actividade do empresariado nacional, garantindo a racionalização dos bens e serviços existentes.

Assistiram à cerimónia de inauguração da dependência do Banco Sol no Bailundo, a vice-governadora da província para os serviços técnicos e organização, Lotti Nolika, membros da administração local, directores do Banco Sol, funcionários, empresários e convidados.

Peças teatrais e danças tradicionais foram exibidas como manifestação da alegria dos municípios de Bailundo pela importância da existência do banco no município.

Um almoço de confraternização e uma visita ao rei do Bailundo, Augusto Katchitopololo, fizeram parte do programa de inauguração da agência do Banco Sol naquele município, que a cada dia conhece um novo passo de desenvolvimento, depois de muitos anos de sofrimento, no período de conflito armado que o país viveu.

Com a abertura do balcão no Bailundo, o segundo na província do Huambo, os habitantes dos municípios de Londuimbali, Mungo e Katchiungo, vão também beneficiar dos serviços do Banco Sol, principalmente, de micro-créditos.

O município do Bailundo já tem em funcionamento, desde o ano de 2005, um balcão do BPC. O Banco Sol tem até ao momento 16 postos de atendimento, 35 balcões e ainda dois centros de empresas em 11 das 18 províncias. Na cidade do Huambo, capital da província,

estão instalados o Banco de Fomento Angola, Africano de Investimentos (BAI), Internacional e Crédito (EIC), Comercial Angolano (BCA), de Negócios Internacional (BNI), Millennium, Keve, Sol e, ainda, o de Poupança e Crédito (BPC).

Os únicos municípios do interior da província que contam com representações de Bancos comerciais são Caála e Bailundo.

2.5 Sistema popular de crédito pode combater crise mundial

Jornal de Angola 18 de Março de 2009

O economista Muhammad Yunus, prémio Nobel da Paz de 2006, afirmou terça-feira, em Tóquio, que a crise económica mundial abre a possibilidade para o desenvolvimento de um sistema financeiro para o povo, não para os ricos.

Yunus, criador de um sistema de micro-crédito, afirmou que a actual crise financeira "não é a única crise da actualidade" e não se deve ocultar outras surgidas antes, como as da alimentação, energia e clima.

"Todas as crises têm a mesma origem, surgiram de falhas estruturais do nosso sistema", afirmou Yunus, para quem "a economia actual está orientada apenas para a busca de um máximo de lucro".

"Porém, a mais profunda das crises pode gerar a melhor das oportunidades", disse Yunus. "Enquanto as coisas funcionam mais ou menos, ninguém quer mudar nada, mas agora que já não funcionam é o melhor momento".

"O sistema financeiro deve ser repensado integralmente. De todos os modos, não funciona para o povo. Para os ricos sim, mas não para o povo", destacou.

Yunus propõe a fundação de um novo sistema, "baseado no concreto e não em sonhos de alguns profissionais das finanças". Citou como exemplo o Grameen Bank, o banco de micro-crédito que criou em 1976 para financiar projectos de cidadãos pobres do Bangladesh, sem acesso às linhas de crédito tradicionais. Três décadas depois da criação, os créditos concedidos pelo Grameen Bank são reembolsados em 98% dos casos.

2.6 Conselho de concertação social do Bailundo aborda crise financeira

Jornal de Angola 21 de Março de 2009

Os membros do conselho de auscultação e concertação

social do município do Bailundo foram esclarecidos quinta-feira sobre os efeitos da crise económica e financeira internacional sobre a economia nacional e as prioridades estratégicas traçadas pelo Governo angolano no sentido de minimizá-los.

Reunidos em sessão ordinária, as autoridades tradicionais, entidades religiosas, representantes de partidos políticos e da sociedade civil debateram também sobre a criação e urbanização das reservas fundiárias do município.

A criação de condições para a transferência do mercado municipal informal para outro local, situado a três quilómetros da sede municipal, a constituição do conselho municipal da criança e o seu plano de actividades para o ano de 2009, foram alguns dos pontos da agenda.

O funcionamento do centro comunitário infantil e ainda da repartição municipal de educação fizeram também parte da agenda de trabalhos.

A crise económica e financeira internacional, segundo uma das conclusões a que chegaram os membros, será instrumento de debate nas escolas, igrejas, ombalas e mercados de forma a esclarecer a população sobre as visões do Governo voltadas para a diversificação da economia, com vista a minimizar os impactos da crise.

2.7 Jovens do município do Chitato recebem micro-crédito do BCI

Jornal de Angola 21 de Março de 2009

O Ministério da Administração pública, Emprego e Segurança Social seleccionou 200 jovens do município do Chitato, Lunda-Norte, para beneficiarem de Micro-crédito. O objectivo é fomentar e apoiar o espírito de empreendedorismo nas comunidades.

Em declarações à Angop, ontem, no Dundo, o director provincial do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Pedro Silva, disse que cada jovem recebe 500 dólares para desenvolverem actividades comerciais. A verba tem um bónus de um ano, e reembolso no mesmo período.

O cumprimento do prazo estabelecido pelo fiador, Banco de Comércio Indústria (BCI), vai abrir outra possibilidade ao cliente de obter novo empréstimo, assegurou ainda Pedro Silva, garantindo que a fase posterior abranger jovens dos restantes oito municípios da Lunda-Norte

2.8 Micro-crédito espera a lei

O País 27 de Março de 2009

Angola necessita de mais de instituições especializadas de micro-finanças para aumentar o nível de cobertura dos serviços financeiros as famílias carenciada, na perspectiva de um novo impulso a actividade de micro-crédito no país.

Quem o afirma é Joaquim Catinda, director executivo da Kixi-crédito, a primeira e única instituição especializada de micro-crédito que opera há três no mercado angolano.

O director da Kixi-crédito admite que a actividade de micro-crédito em Angola terá uma outra dinâmica quando o Banco Nacional de Angola (BNA) concluir, este ano: o quadro legal que regulamenta o surgimento de novas instituições especializadas na área da micro-finanças.

"Temos muita gente carenciada que precisa eventualmente dos nossos serviços mas o quadro legal ainda não esta completo. Esta situação pode estar a inibir o surgimento de novos operadores", sublinhou.

"O mercado esta aberto, muito mais Instituições podem surgir, isso ira beneficiará as pessoas que terão uma amplitude de escolha maior" referiu, acrescentando que "Angola é um dos poucos casos em África que só tem uma instituição formal que se dedica unicamente ao micro-crédito".

Joaquim Catinda citou o caso de Moçambique que apresenta um panorama legal favorável o que permitiu ter entre 50 a 70 instituições de micro-crédito a funcionar dentro das normas de supervisão bancária do Banco Central.

"O micro-crédito é uma dinâmica mundial, existem metas que os líderes mundiais vão actualizando a última meta que foi estabelecida na conferencia do Canada prevê que ate o ano 2015 hajam pelo menos 175 milhões de famílias cobertas pelos serviços financeiros e que vivem abaixo do limite da pobreza" notou.

De acordo com Joaquim Catinda o governo de Angola também identificou o micro-crédito, como produto de micro finança, como uma ferramenta útil para o combate e a possível irradiação da pobreza.

Depois de reconhecer que o projecto Kixi-crédito se encaixa no quadro da política do governo com vista a irradiação da pobreza em Angola, manifestou disposição de colaborar para uma maior expansão do

micro-crédito em Angola. "Nós estamos aqui para fazer a nossa parte, do governo esperamos apoios do ponto de vista de politicas que facilitem o funcionamento da nossa actividade, como por exemplo o licenciamento ou a aprovação pelo BNA, é algo assinalar positivamente", ajuntou.

No plano internacional, a sua instituição tem recebido apoios e colaborado com as instituições holandesas triple Jump e Triodos bank, bem como o Norfund, da Noruega, que reserva um fundo especial de USD 100 milhões para instituições de micro-crédito espalhadas pelo mundo.

Joaquim Catinda diz serem necessários, a nível mundial, USD 200 mil milhões para acudir as necessidades da população carente de Micro-crédito, quando apenas cerca de cinco mil milhões estão disponíveis. Carteira de crédito acima dos USD 7 milhões o Kixi-crédito possui mais de 12 mil clientes activos e ate finais de Dezembro tinha uma carteira de crédito de mais de USD 7 milhões.

Em termos de créditos concedidos, a instituição disponibilizou de 2006 a 2008 USD 40 milhões a micro e a pequenos empresários. No quadro da expansão da sua actividade para outras províncias serão abertas ate ao final do ano 14 agências em Benguela com três agências, Kuito, Cabinda e Soyo. Ate finais 2008 a instituição operava com um total de oito agências em Luanda e Huambo.

" Trata -se de um projecto de âmbito nacional, que se vai expandir gradualmente", assegurou, para sublinhar: "acreditamos que dentro de um prazo de cinco anos estejamos já a operar em todo o país, respondendo assim ao programa económico do governo que advoga a irradiação da pobreza como uma das suas principais metas de governação".

Na visão do director executivo da Kixi-crédito, quantas mais agencias existirem, tanto maior será a aproximação da Kixi-crédito à população mais necessidade, que tem nos pequenos negócios a única forma de sobrevivência. Os bancos comerciais angolanos são as principais fontes de " financiamento do Kixi-crédito, mas conta, ainda, com o concurso da banca e de instituições internacionais também tem havido apoio moral da parte de instituições governamentais.

O director executivo, Joaquim Catinda, fez saber que a nível interno, os principais bancos que apoiam o projecto são o BFA, bastante activo, o Millennium e o BPC. A forma de cooperação dos bancos e através da concessão de linhas de credito, bem como

disponibilização das diversas operações, como a recepção dos montantes atribuídos e o depósito dos reembolsos.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Garimpeiros “comem” USD 300 milhões ano

O País 13 Março de 2009

Mais de 54 mil estrangeiros, maioritariamente da República Democrática do Congo, foram repatriados em 2008, num espaço de três meses, das zonas diamantíferas na sequência de acções de combate ao garimpo realizadas pelas Forças Armadas Angolanas (FAA). Este dado consta do relatório da "Operação Toupeira"-efectuada pelo Exército em coordenação com a Polícia Nacional de Maio a Agosto que O País teve acesso em primeira-mão, que faz menção ao repatriamento de cidadãos de 13 países africanos e um europeu. Os números da imigração ilegal em

Angola são assustadores e tendem a crescer sobretudo nas províncias do Bié, Malanje, -Lundas Norte e Sul, Kwanza Sul, Uíje e Kuando-Kubango, nas zonas diamantíferas com intensa actividade de garimpo e que registam anualmente perdas na ordem dos USD300 milhões.

A província da Lunda Norte é a região de Angola que regista o maior índice de garimpo e de imigração ilegal, com realce para a RDC que teve 57.997 cidadãos repatriados entre homens, mulheres e crianças, seguindo-se a Guiné-Conacry com um total de 320 e a Cote D'ivoire com 59 estrangeiros repatriados. A Lunda-Norte tem uma fronteira de 770 quilómetros com a RD Congo, sendo 650 terrestres e 120 quilómetros de fronteira fluvial.

Os garimpeiros, após detidos, são levados aos postos de concentração, onde é feita a separação dos cidadãos conforme a nacionalidade. Os angolanos são enviados para as suas terras natais, depois cadastrados, os congolezes seguiram para a zona do Loreno, próximo a fronteira, onde esta a funcionar o posto de triagem. Já os cidadãos oeste africanos são encaminhados para a área de Cafunfo.

A afluência de emigrantes ilegais para as áreas potencialmente ricas em minerais, com destaque para os diamantes, para além de ater agravado a

concentração de estrangeiros na capital do país, resulta igualmente de factores como a existência de grupos garimpeiros organizados e estruturas de suporte logístico, presumivelmente no país e exterior de Angola, a partir dos países vizinhos. As autoridades angolanas referem que um dos factores que esta na base da emigração ilegal é a existência de redes destinadas à falsificação de documentos no interior e exterior do país e de fomento à emigração ilegal, com suposta direcção na capital e ramificações nas províncias potencialmente ricas em diamantes

Os pontos ou eixos de penetração estão situados ao longo da fronteira a nordeste, norte, leste e sul do país. A fronteira com a RDC é a mais vulnerável. Este território vizinho tem servido de trampolim para os cidadãos do oeste africano.

O mapa ao lado indica os pontos de entrada desses cidadãos. A Norte entram a partir da província de Cabinda, Zaire – através da de Noqui, Uíje a partir das zonas de Maquela do Zombo e Quimbele. Todos eles atingem, primeiro, a capital do país, Luanda. Já em Malange, os estrangeiros ilegais entram a partir da fronteira, seguindo para Massango, Lunda-Norte, pelo Cangula e Cambulo.

Ainda nas Lundas a seta indica que os emigrantes, tal como em outras zonas, usam a via fluvial. No Moxico, a área de Lumbala Nguimbo serve de transição, enquanto no Kuando-Kubango entram pelo Kuangar.

Não obstante aos resultados obtidos nas acções de combate ao garimpo, a situação continuava preocupante, com sinais de alargamento para outras áreas do país, onde se localizam as reservas estratégicas, disse uma fonte militar. Na última operação de combate ao garimpo e a imigração ilegal as autoridades angolanas melhoraram o processo de repatriamento, com a introdução, do sistema de identificação, que ao contrario das outras vezes tirou imagens, impressões digitais e dados pessoais dos estrangeiros ilegais a serem repatriados. "Quer dizer que numa próxima vez, se o indivíduo for identificado como reincidente, na área de garimpo, será acusado e responsabilizado criminalmente".

O código, que deve entrar em vigor já no primeiro semestre de 2009, pretende enquadrar legalmente a actividade dos mineradores artesanais, hoje em grande número no país. Entre as restrições, a mais importante é a que limita a actividade a cidadãos angolanos.

"Actualmente, mais de metade das pessoas que estão a explorar os diamantes sob forma de garimpo são estrangeiras. A ideia é transformar esse potencial em

actividade legal, organizada e com tendência de se extinguir a médio prazo, pois trata-se de urna actividade residual", disse o coordenador da Comissão Técnica de Revisão da Legislação Mineira, Francisco Queiroz. De acordo com as novas regras, os interessados na exploração artesanal não podem utilizar meios mecânicos nem empregar pessoas que não sejam do seu agregado familiar...

3.2 Bebés sacrificadas na zunga

Folha 8 14 de Março de 2009

O número de jovens mães que buscam o ganha-pão com bebés às costas pelas ruas das cidades do País espelha quão numerosos são os recém-nascidos forçados ao martírio de terem de comer o pão que o diabo amassou desde os. Primeiros dias da sua existência no mundo.

Com que idade os bebés iniciam a zunga? Como são alimentados Que resistência oferecem os recém nascidos ao sol ardente que suportam diariamente no dorso das suas mães? Estas são as questões que o F8 procurou ver respondidas, tendem concluídas que a miséria faz lei dentre as nossas mulheres chegando muitas delas ao cúmulo.

"E um sofrimento para os bebés que nós, as mães, não conseguimos evitar.

Nenhuma mãe com condições para sustentar a família ia castigá-los nestas andanças debaixo da chuva e sol ardente. Acho que ninguém desejaria. Se sujeitamos os nossos bebés ao sacrifício, corremos o risco de cair com eles, porque não temos outra coisa por fazer", respondeu uma das zungueiras, interpelada nos arredores do município de Viana, onde esperava pelo autocarro para ir até ao centro da cidade.

Cuidar dos recém-nascidos em condições normais é difícil, mais difícil se torna nas circunstâncias actuais, com a maioria das mulheres enfrentando dificuldade sócio económica. A mulher, enquanto mãe, tem de dizer sim aos bons cuidados exigidos pelo seu bebé na condição de viúva, solteira, esposa de desempregado, desmobilizado desempregado, de diminuído físico ou mutilado de guerra não apoiado pela Assistência Social.

Durante a semana de reflexão sobre a quadra celebrativa do Março Mulher, não obstante tenha sido notória a preocupação em abordagens sobre temas atinentes à dinâmica da mulher na sociedade angolana, não passou despercebida a ausência de novidade; ressaltou, uma vez mais a menção dos assuntos anualmente referidos, tendo ficado de fora a alusão aos problemas mais candentes das mais desfavorecidas do

País como o dos bebés zungueiros.

Joaquina Santiago, 19 anos de idade, mãe de 1 filho de 10 meses e companheira de um soldado com qual não corresponde desde que foi transferido para o leste, é uma mães que têm a sua filha como companheira de zunga, pois as duas saem de casa (Viana) às primeiras horas de todos os dias e apenas regressam ao final da tarde.

Como vendedeira de gelado de múcua, a interlocutora não vê necessidade de grandes caminhadas, em virtude de vender à frente de uma escola no mesmo município. "Felizmente, não andamos muito, mas ninguém fica em casa para ficar com ele (bebé)", justificou a presença da criança sobre as costas debaixo do sol ardente que se sentia na altura.

Contou que quando permitidas pelos seguranças da escola ficam debaixo de uma árvore que está junto da instituição académica, mas aquele era um daqueles dias que, por imposição dos seguranças, tinham de aguentar o sol. "Nem sempre ficámos debaixo do sol, às vezes nos deixam ficar à porta, debaixo da alvore, mas hoje não nos deixaram, porque dizem que vão ter visita", justificou.

A filha de Joaquina tem mais sorte que a de 6 meses de Maria Antónia Jamba, 23 anos. É a última dos três filhos que tem, acompanha a venda de livros e detergentes andando de rua em rua, ou melhor de município em município, pois vive no Cazenga, compra os livros no mercado do Roque Santeiro e nos armazéns do São Paulo e vende nos vários bairros da cidade de Luanda.

O bebé também faz todas as voltas, desde que completou quinze dias de vida.

Questionada sobre os riscos que corre por andar com um bebé meses às costas debaixo do sol ou quinze dias de vida questionada sobre os riscos que corre por andar com um bebé de meses às costas debaixo do sol, Jamba manifestou não ver anomalia. "Para nós, é muito normal, esta mos habituadas. Este é o meu terceiro filho e tanto o primeiro com o segundo nasceram e cresceram nestas condições.

Muita gente me pergunta por que razão, em vez de zungar, não vendo num só lugar mas isso anda mais rápido", acre centando que zunga para sustentar a família.

"O meu marido é desmobilizado tem conhecimentos de electricidade, mas está desempregado. Às vezes, faz

alguns biscoitos, o que não é suficiente para nos sustentar" Interrogada sobre a possibilidade de deixar o filho em casa respondeu ser impossível devido ao aleitamento materno.

"A nossa alimentação já não é muito boa, nem sempre temo condições para comprar uma lata de leite, por isso não lhe posso desmamar, prefiro zungar com ela explicou, acrescentando "felizmente" não ter problemas na zunga.

Obrigada a expor o filho a zunga Jamba manifestou ser uma mãe responsável, porque deixa de zungar nos dias que tem de o levar consulta. "Não tenho repouso zungo, inclusive, aos sábados e aos domingos depois da missa.

Os meus dias obrigatórios de paragem são os da pesagem do meu filho De mês a mês, vou ao dispensário pesar o bebé e cumpria com as recomendações médicas", asseverou.

A vida dos bebés feitos zungueiros deve motivar reflexão por parte de quem de direito, em virtude de muitas mães que falarem a reportagem e manifestarem a tristeza de expor as filhas em tal sofrimento, mas as condições sociais impõem a triste realidade, pois elas não têm condições para os deixar em creches ou em casas informais, onde cuidam de crianças.

"Cobram cinquenta dólares e eu não tenho", desabafou Jamba, acrescentando quem gostaria muito de poder deixar a filha num destes lugares.

Ela, assim como muitas zungueiras, são obrigadas a expor os filhos de meses ou dias a todos os riscos que a vida de zunga oferece, inclusive, a porrada dos fiscais e policiais. "Alguns respeitam as que têm filhos, mas outras nem quererem saber, dão corrida e batem mesmo", condena uma das zungueiras.

3.3 Venda de geradores no Mercado informal ajuda pobres

Folha 8 14 De Março de 2009

No mercado Roque Santeiro, podemos encontrar geradores à venda no sector, em que se contam também os electrodomésticos.

Há monopólio na venda de geradores dentro do mercado. O número de vendedores está abaixo de dez para um mercado enorme, como é o Roque Santeiro. Se compararmos com os outros sectores, como o pescado, que tem mais de 200 vendedores; mas a concorrência vem de fora, com os chineses, libaneses e senegaleses a venderem próximo do mercado.

Segundo vendedores, os geradores têm por fonte a China, Dubai e Tailândia na linha da frente. É adquirido por eles através dos armazéns, mormente do São Paulo e Hoji-Ya-Henda. Note-se que há quem prefira adquirir directamente no Dubai, na Chi03 ou na Tailândia.

Nos armazéns, a compra é feita a grosso, é considerada compra a partir de cinco geradores, mas há uma desvantagem, pois em caso de uma avaria de ordem mecânica ou electrónica não há devolução. Como quem não arrisca não petisca, os vendedores preferem alinhar no "negócio mesmo com estes riscos".

Tem os seguintes tipos de marca e capacidade de 1 a 25 kW e Elemax, Tíger, Kipor, Kama, Astra respectivamente.

O Astra é a marca do momento, mas não supera o Elemax em termos de procura pela qualidade e durabilidade deste último. De acordo com os vendedores, o Elemax original pode durar 5 anos e o pirata 2 anos.

Os preços são fixados, em função dos riscos que o mercado negro informal acarreta. A margem de lucro é fixada a partir dos 20,00 dólares; os vendedores adiantam que dá para viver.

André, vendedor de geradores há cinco anos, afirma que, pela venda conseguiu construir a sua casa e colocar os seus filhos na Escola; um dos quais estuda no IMEL.

Eis alguns preços praticados pelos vendedores naquele mercado paralelo As vendas ocorrem, normalmente,

os fins-de-semana, são os mais frenéticos, dada a sua fertilidade no que tange aos gastos. Em média. Vendem-se três geradores por dia, o que pode variar em função da procura.

Questionado pelo F8 sobre a concorrência com os estrangeiros a venderem em quase tudo que é muito, um dos vendedores respondeu que "não têm receio de ninguém, em virtude de, muitas vezes, os clientes preferirem os seus produtos, pois há um diálogo

Oficina de geradores no "mercado negro"

Não se pode falar da venda de geradores sem falar dos que prestam serviços de reparação em caso de avaria. Para esses o trabalho corre bem embora com os seus altos e baixos a vida vá sempre. Repararam quase todo

o tipo de geradores existentes no mercado Elemax, Tiger e Astra são os que mais aparecem. Os geradores à gasolina são os que mais há.

Os preços variam de 250.000 a 5000,00 kwanzas, tendo em conta a gravidade da avaria.

A procura aumenta aos fins-de-semana, sobretudo quando se avizinha uma partida de futebol que coloca frente a frente as equipas do 1.º de Agosto e do Petro de Luanda.

3.4 Salões de beleza ambulantes: uma maneira inovadora de ganhar a vida

Angolense De 14 a 21 de Março de 2009

Em quase todas as ruas da cidade encontramos jovens carregando materiais para tratamento de unhas. Para fidelizar os clientes, esses rapazes criam bases como acontece nas imediações do Hotel Alameda, nas Ingombotas. Este trabalho começa a ganhar cada vez mais clientes, ao ponto dos serviços serem requisitados ao domicílio, inclusive para preparação de noivas.

A zona dos Combatentes é um dos pontos preferidos para a realização deste trabalho. Um rapaz que trajava uns calções e uma camisola, de chinelas, trazia uma mochila de cor preta nas costas, que parecia bastante pesada e um tabuleiro nas mãos com vários vernizes e outros produtos, para tratar de unhas.

Trata-se de Joaquim Gomes, 23 anos de idade, que trata de unhas na rua há um ano. "Vivo no Cazenga, mas venho trabalhar aqui porque sinto vergonha de ser visto pelos meus vizinhos. Aprendi a pintar de tanto ver as minhas irmãs se pintando, depois, um amigo me convidou para começar a zungar pelas ruas para pintar", contou. Depois de tomar a decisão de entrar para o negócio, adquiriu o material no Roque Santeiro e não mais parou.

Quanto aos preços, Joaquim disse que depende do que a cliente desejar. "Só para pintar. Cobramos duzentos Kwanzas. Se tivermos que fazer desenhos e retirar as cutículas cobramos quinhentos Kwanzas.

Se for para fazer aplicação, vai depender, caso seja de unhas nacionais cobramos mil e quinhentos, mas se forem unhas brasileiras, então, cobram dois mil e aplicação de unhas de gel é três mil ", explicou, realçando, orgulhoso, que o trabalho que fazem é de grande qualidade. "Se quiseres deixa-me te mostrar o nosso trabalho, nunca mais vais aceitar ser tratada por outra pessoa. Até unhas de noivas se! preparar", frisou.

Sáimos dos Combatentes e rumamos para o bairro Mártires de Kifangondo, concretamente para a rua 17, onde um grupo de rapazes fizera dum quintal, o seu escritório para tratamento de unhas.

Tajó, o responsável pelo espaço, conta-nos que faz este trabalho há muito tempo. "Antes éramos apenas três pessoas que talhávamos aqui, mas agora como já temos muitos clientes, decidi ter mais trabalhadores. Só temos uma menina que trata dos pés, aqui o atendimento é igual para todos", começou por explicar.

Os finais de semana são os dias de mais tratado, segundo Tajó, devido a vários eventos. "De sexta a domingo o trabalho duplica-se. Tem sido necessário fazer listas que ficam ao lado da porta. As pessoas colocam o nome na lista e na hora do atendimento chamamos por ordem de chegada. Entramos as nove e só saímos quando atendemos o último cliente", contou.

Durante o trabalho os jovens garantem que têm um cuidado especial com o material cortante. Nos casos das limas, por exemplo, ficam com os clientes. "Compramos o material em alguns mercados e outros nas lojas. As limas que são utilizadas ficam com as clientes, que apenas pagam uma pequena diferença de 50 kwanzas", salientou.

Terminada a conversa, dirigimo-nos à rua 15 do mesmo bairro. Encontramos numa tenda vários rapazes que aguardavam a chegada de clientes.

Patrik, de 33, residente no bairro Palanca, também faz esse trabalho e diz que se sente realizado. "Fiz o curso de pedicure e Manique no Congo, durante seis meses e vim para aqui para trabalhar, sempre gostei de tratar da beleza feminina. Com o dinheiro que ganho já chega para fazer qualquer coisa, não tenho vergonha de ficar aqui a tratar das unhas. Antes os moços que passavam irritavam-me, diziam que eu sou homossexual, mas, agora, até rapazes passam aqui para fazer as unhas", realçou.

A única preocupação desses jovens se cinge no pagamento do local e na perseguição dos fiscais, segundo a fonte que temos vindo a citar, por isso optam em andar de rua em rua. "Quando ficamos muito tempo num só sítio os fiscais se aproveitam para virem incomodar-nos, mas, quando andamos de rua a rua, ninguém se mete connosco, por isso só paramos para descansar", justificou.

"A nossa esperança é conseguir reunir algum dinheiro para podermos ter um espaço onde consigamos realizar

a nossa actividade à vontade. Somos cidadãos normais e filhos desse país, portanto, também temos direito de fazer alguma coisa para sobrevivermos", frisou.

Fausta, de 22 anos de idade, estava sentada à espera da sua vez de ser atendida. "Não é a primeira vez que cá venho para tratar das unhas, já tenho feito esse tipo de tratamento aqui, apenas trago as minhas coisas de casa e eles tratam da pintura e dos desenhos. Eles trabalham bem" confirmou.

Rosa da Silva, outra cliente, diz que muitos dos rapazes fazem milagres. "Gosto de tratar das unhas aqui, o único problema é que muitos deles não fazem manutenção do material, mas do resto está tudo bem, gosto dos desenhos que fazem, por isso é que voltei e apenso em ficar por aqui porque o tratamento não é muito diferente de um salão, com a vantagem de ser mais barato."

3.5 Desafios que a Angola de hoje enfrenta

Jornal de Angola 24 de Março de 2009

Aconteceu à tarde de sábado, em Luanda: eu disse "não". O jovem... partiu.

Devia ter 22 anos, o jovem que bateu à porta do segundo apartamento, no quinto andar, do edifício onde habito.

"Quer alguma coisa?", perguntei. "Venho ter com a dona de casa, " preciso de um emprego", afirmou.

"Olha, por acaso, sou o dono da casa. Não temos trabalho para si", disse-lhe.

O jovem partiu.

No mesmo dia, em discurso de recepção ao Papa Bento XVI, o Presidente da República, Engenheiro José Eduardo dos Santos, afirmou que 28 por cento da força activa (homens e mulheres que podem trabalhar) estão desempregados, o que faz com que jovens batam, com maior frequência, à porta de quem julguem que os pode ajudar.

A Bento XVI e ao mundo, o Presidente da República disse mais: 40 por cento da população é pobre; 50 a 60 por cento não tem acesso a água tratada e a energia; 50 por cento não possui habitação condigna.

Perante o cenário descrito e o apelo à acção lançado ao longo da semana, cinco soluções referi"das pelo Presidente da República devem, em meu entender, merecer tanto a nossa reflexão, quanto ao desafio da definição das formas de as implementar ao nível governamental, da sociedade civil e ao individual.

Com efeito, são, de entre outras, as soluções avançadas:

1. Configurar novo sistema redistributivo de riqueza, com uma nova política fiscal mais justa;
2. Convencer empresários nacionais a reinvestir pelo menos 70 por cento dos seus lucros em projectos de intervenção nacional, que ajudem a combater, fundamentalmente, o desemprego, a pobreza, a falta de habitação e aumentem a oferta em bens e serviços;
3. Separar, claramente, os negócios privados dos negócios do Estado;
4. Combater, com firmeza, a apropriação indevida dos bens públicos por funcionários do Estado;
5. Aumentar a arrecadação fiscal, de forma a dotar o Estado de maior capacidade para cuidar da educação, da saúde, da assistência social e da solidariedade.

Ora, sendo estas algumas das linhas avançadas, por onde começamos a reflectir, quer para combiná-las às iniciativas já existentes, quer para infundir novas plataformas de discussão ao nível governamental ou por diferentes grupos de interesse nacional?

Concebo, à guisa de proposta, dois modelos estruturais para avançarmos do enunciado presidencial a uma discussão produtiva:

- 1) Por um "brainstorming", através de grupos de trabalho;
- 2) Por uma adequação dos resultados a obter à plataforma da acção do Governo, pela pertinência das soluções.

Com efeito, sobre as discussões deveriam ser constituídos os seguintes grupos de trabalho, em núcleos de produção de ideias concretizadoras, combinando o Governo às diferentes forças da Nação:

a) Núcleo I "Como configurar uma política fiscal mais justa?" este núcleo de trabalho seria composto pelos principais interventores nacionais e estrangeiros em matérias fiscais, representando o Governo e a Sociedade Civil, com workshops sobre a temática;

b) Núcleo II - "Reinvestimento de rendimentos em Angola (por nacionais) e incentivos Estaduais" - é preciso não só escarpelizar a moralidade da aplicação de parte dos lucros de empreendedores, sobretudo nacionais, no País, como avançar ideias, concretas sobre incentivos Estaduais para tal prática, pois qualquer investimento possui custos associados;

a) Núcleo III – mereceria duas discussões paralelas: "O que são negócios privados vs públicos sua formação e gestão?" e " Que mecanismo implantar para impedir apropriação indevida dos bens públicos por

funcionários do Estado? Quais são estes bens?" – é preciso descer-se ao detalhe sobre as suas noções básicas e formas de manifestação e criar-se, sobre as soluções geradas nas discussões deste núcleo, estratégias de comunicação aos principais alvos a identificar, para uma primeira acção formativa sobre responsabilidade na gestão da coisa pública;

b) Núcleo IV – "Como aumentar a arrecadação fiscal do Estado?" este núcleo configuraria discussões de elevado interesse pois se, por um lado, é necessário ao Estado formular novas decisões sobre áreas de aumento de incidência de impostos, por outro, deverá cuidar de não transferir o ónus exclusivamente à vasta massa da força trabalhadora (os 72 por cento da força activa empregada).

Assim, com as propostas geradas através das discussões destes núcleos definir-se-ia, como segundo modelo, uma nova agenda sobre a introdução das cinco soluções em áreas de especialidade, com as adequações necessárias e convenientes à plataforma actual da acção do Governo, tomando em atenção as medidas de contenção já enunciadas pelo Executivo.

Um tal formato de discussões ganharia a notoriedade pelo facto de:

Produzir discussões inclusivas;

Avançar soluções por consenso para questões de suma importância nacional.

As batidas às portas por jovens e adultos à procura de emprego irão continuar, por mais algum tempo, mas nada nos impedirá de minimizar os efeitos deste e de outros dos problemas avançados se, unidos como cidadãos activos deste País, combinarmos ideias e partirmos para acções colectivas concertadas.

Aconteceu à noite de sábado, em Luanda: eu disse "sim" à reflexão sobre as cinco soluções avançadas pelo Presidente da República. Agora é sua vez, caro leitor.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Síntese do orçamento geral do estado para o ano de 2009

Jornal de Angola 19 de Março de 2009

O Orçamento Geral do Estado (OGE), como principal instrumento da política económica e financeira, constitui uma peça fundamental na relação entre o Estado e o Cidadão. O cidadão deve estar informado sobre as propostas de gastos do Governo visando a materialização dos grandes objectivos definidos no seu Plano Nacional.

Por isso, o Governo Angolano mantém presente o seu compromisso de manter o cidadão informado sobre todo o processo de gestão orçamental pública, conferindo transparência ao processo e garantia de uma maior fiscalização sobre o modo de utilização dos recursos públicos aprovados para determinado exercício económico.

O presente exercício de divulgação pública das grandes linhas de força do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano fiscal de 2009 f se enquadra nesta linha de pensamento.

Em face da actual conjuntura económica e financeira mundial, os pressupostos de elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2009, incorporaram) como era de esperar} as consequências e o impacto desta crise na nos s a economia. O Quadro Macroeconómico para 2009 está delineado de acordo com as previsões estabelecidas para a produção de petróleo e o comportamento esperado do preço do petróleo no mercado internacional, variáveis relacionadas com as metas estabelecidos para a taxa de inflação, a taxa de câmbio e as componentes das finanças do Estado.

A Política Orçamental, do Governo terá, em 2009, os seguintes eixos principais:

A Sustentabilidade da Despesa Pública toma em consideração a necessidade do Governo financiar-se a um nível adequado que não comprometa a realização das funções básicas do Estado, mas sem gerar pressões inflacionistas. Assim, dado que a receita petrolífera constitui cerca de 80% das receitas fiscais, assume-se um preço de exportação conservador e, com ele,

avaliam-se as necessidades de financiamento e se, estabelece o nível de endividamento. Com isso, procura garantir-se o financiamento integral das despesas orçamentadas e limitar-se o défice orçamental em níveis sustentáveis. E nesse processo, há também a monitorização do nível de défice fiscal corrente não petrolífero, pois é necessário assegurar que a expansão da despesa pública, mesmo quando coberta com receitas fiscais petrolíferas, tenha um reduzido impacto na geração de tensões inflacionistas.

A Racionalização das Despesas

Públicas inclui o abandono de acções programas, projectos e actividades que não concorrem para a realização dos objectivos do Governo J bem como a revisão dos subsídios e o saneamento financeiro e reestruturação do sector empresarial público.

Quanto à Melhoria da Eficiência do Sector Público e da Eficácia da Despesa Pública, as acções centrar-se-ão num a adequada identificação, preparação e selecção de projectos públicos incluindo os de investimento, na aplicação abrangente das normas sobre aquisições e contratação públicas, que privilegiam o concurso público, e na dinamização das acções de controlo interno na aplicação dos recursos.

No domínio da Melhoria da Arrecadação Fiscal, as acções de melhoria da cobertura territorial e dos instrumentos de gestão da administração tributária terão continuidade. Serão ainda implementadas medidas de ajustamento de alguns impostos e taxas, de modo torná-los mais eficientes, antes mesmo da implementação das medidas abrangentes da reforma tributária. De igual modo, serão adequados os benefícios fiscais ao investimento produtivo na perspectiva de um melhor equilíbrio entre a necessidade de incentivar a produção interna e a "de arrecadação fiscal.

O Orçamento

O OGE 2009 tem Receitas Fiscais projectadas em cerca de Kz2.393,2 mil milhões e Despesas Fiscais fixadas em cerca de Kz2.842,0 mil milhões, correspondendo, respectivamente, a 41,3% e 49,00/0 do PIB. Com isso, o Saldo Orçamental global apurado é de Kz448,8 mil milhões (US\$5.983,5 milhões) negativos, equivalente a um défice de 7,7% do PIB. Dada uma redução de atrasados calculados em cerca de Kz4,5 mil milhões (US\$60 milhões), o Saldo de Caixa esperado é de Kz453,3 mil milhões (US\$6.043,5 milhões) negativos.

Em termos brutos, as operações financeiras previstas venda e aquisição de activos, amortização da dívida

interna e externa que deverão gerar um fluxo líquido positivo equivalente ao saldo negativo de caixa, serão as seguintes:

a) Activos:

() Venda de activos mais amortização de empréstimos concedidos: Kz2. 729,0 Milhões (US\$36,3 milhões);

() Saldo de exercícios anteriores: Kz2,8 milhões (US\$38 mil);

() Desembolsos de financiamentos internos: Kz 300, 0 mil milhões (US\$4.000,0 milhões); e

() Desembolsos de financiamentos externos: Kz480,2 mil milhões (US\$6.402,3 milhões);

b) Passivos:

Concessão de financiamento e outras aplicações financeiras: Kz126,(5 mil milhões (US\$1.686,8 milhões);

Amortização da dívida interna mais redução de atrasados: Kz58,0 mil milhões (US\$774,0 milhões); e o Amortização da dívida externa:

Kz149,6 mil milhões (US\$1.994,4 milhões).

A Receita Fiscal Total (exclui financiamentos) está repartida entre 77,8% de petrolíferas e 22,2% de não petrolíferas. No que diz respeito à Despesa Orçamental Total (exclui amortização da dívida), ela distribui-se em 60,3% de Despesas Correntes e 39,7% de Despesas de Capital. A Despesa com Vencimentos corresponde a 25,2% do total, enquanto que a despesa com Subsídios 8,1% do Total.

No seu conjunto, a Receita Fiscal Total apresenta uma redução; em termos reais, de 9,4%, em comparação com a execução efectiva de 2007. Tal redução se deve, sobretudo, à redução do montante de impostos petrolíferos, em decorrência, fundamentalmente, da assumpção de um preço médio de exportação menor, pois os impostos não petrolíferos deverão aumentar em 14,8%.

Quanto a Despesa Orçamental Total, ela deverá aumentar, em termos reais e comparativamente à execução efectiva de 2007, em cerca de 42,9%, sendo que o aumento da Despesas Corrente é de 29,0%, enquanto que a Despesas de Capital é de 70,9%.

Com base nos fluxos líquidos, o endividamento externo do Governo deverá aumentar em cerca de US\$4.407,9 milhões, para US\$13.492,6 milhões, o que equivale a 17,5% do PIB.

Quanto à distribuição funcional da despesa total orçamentada, o Sector Social com 34,6% da despesa total, continua a beneficiar da maior porção, seguindo-se-lhe a Administração (Serviços Públicos Gerais), com 28,9%

4.2 Baptista Kussumua anuncia projectos de inclusão social

Jornal de Angola 25 de Março de 2009

O ministro da Assistência e Reintegração Social, João Baptista Kussumua, afirmou que o Governo está seriamente apostado na execução de projectos que garantam a inclusão social da população mais desfavorecida.

Em declarações à Rádio Nacional de Angola, João Baptista Kussumua disse ser objectivo do Governo que todos os angolanos sejam beneficiários das políticas de distribuição e partilha do rendimento nacional.

"É nesta direcção que o nosso Governo está a trabalhar, na execução dos seus programas no âmbito da inclusão social", disse o ministro João Baptista Kussumua, que prosseguiu: "a responsabilidade governativa está ao alcance daquilo que foi prometido e nós estamos disponíveis para a realização dos programas de modo a transferir maior esperança, maior tranquilidade espiritual e material às nossas populações."

O ministro da Assistência e Reintegração Social disse ainda que "no que diz respeito à acção governativa nos aspectos ligados às iniciativas da sociedade civil e do sector privado eu acho que podemos todos fazer um bom trabalho, executamos bem as missões e respondemos com eficácia aos problemas sociais e económicas que afectamos angolanos", disse.

4.3 Governo emite Obrigações para o OGE

Jornal de Angola 26 de Março de 2009

O Ministério das Finanças vai recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro, em moeda nacional, até aos limites do Orçamento Geral do Estado em execução.

As emissões vão ser feitas de forma faseada e estar condicionadas à livre adesão dos investidores, instituições financeiras, privadas ou particulares.

O Governo, reunido, ontem, no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, em Conselho de Ministros presidido pelo Chefe de Estado, autorizou o ministro das Finanças a recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro.

O comunicado do Governo refere que os investidores podem participar neste mercado através do sistema de renda directa, disponível para o efeito no BNA. A emissão de títulos especiais é em Kwanzas, de forma a

induzir aos investidores a confiança na moeda nacional e a possibilitar o início da formação de uma estrutura de taxas de juros em moeda nacional de médio e longo prazos, de referência para o mercado angolano.

O ministro das Finanças, Severim de Morais, considerou a decisão do Governo "extremamente importante" porque é um instrumento de política orçamental, monetária e fiscal que estava dentro das medidas para atenuar a crise económica e financeira mundial.

Com esta decisão, o ministro das Finanças garante que o Executivo começou já, na prática, com as medidas de carácter fiscal e monetária que permitem uma gestão mais tranquila do Orçamento Geral do Estado em execução.

Nos últimos anos, particularmente em 2007 e 2008, o Ministério das Finanças tem emitido Títulos do Tesouro de "curto prazo para ajudar a articulação entre a política monetária e a política fiscal. O Governo aprovou os termos e condições relativos ao Acordo de financiamento principal a ser concedido pelo EXIMBANK, da República da China, a Angola...

O Conselho de Ministros aprovou, igualmente, os Programas Executivos do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e da Secretaria de Estado para o Ensino Superior, que estabelecem os objectivos e as metas globais e específicas dos dois sectores durante o ano de 2009, de acordo com o Plano Nacional.

. O órgão colegial do Governo aprovou, ainda, o novo Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, de forma a assegurar cabalmente os seus objectivos e atribuições.

O Executivo aprovou, também, os acordos celebrados entre Angola e Cuba nos domínios da Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos e da cooperação em matéria de segurança e ordem pública. A Fundação Dr. António Agostinho Neto foi ontem reconhecida e declarada como uma instituição de utilidade pública.

Em matéria de investimento, o Conselho de Ministros autorizou a Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) a proceder ao aumento em 37, 3 milhões de dólares do capital no projecto de investimento privado denominado "ANGOFLEX, Lda", pessoa colectiva de direito angolano, com sede no Lobito.

O objectivo é proceder às alterações de carácter técnico do projecto vocacionado para a construção e montagem de tubos destinados à exploração submarina

de petróleo e gás na costa angolana.

O projecto de investimento privado XADU -Fábrica de Refrigerantes e Bebidas Espirituosas que vai criado na província de Benguela foi, também, aprovado pelo Conselho de Ministros. O valor global do investimento é de 31, 7 milhões dólares, devendo gerar 328 postos de trabalho directos.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA

5.1 Bispo nega constituição de processo para fiéis participarem na missa papal

Jornal de Angola 14 de Março de 2009

O coordenador da comissão organizadora da visita do Papa Bento XVI ao país, D. Filomeno Vieira Dias, desmentiu ontem, em Luanda, informações segundo as quais os fiéis interessados em participar nas actividades da visita papal teriam de constituir um processo para acederem aos locais das cerimónias.

Segundo o prelado, que falava em conferência de imprensa todos os fiéis católicos e de outras crenças religiosas têm acesso livre às actividades em torno da visita do Santo Padre, embora nalgumas cerimónias os espaços sejam limitados, tendo em conta a capacidade dos próprios locais, como são os casos das celebrações nas igrejas de São Paulo e Santo António e no estádio dos Coqueiros.

"Há um equívoco em relação a esta questão, pois todas as pessoas estão convidadas a participar das missas e encontros com o Papa", disse D. Filomeno Vieira Dias, tendo salientado que a exigência de identificação nos locais dos eventos é feita apenas aos membros da organização, por serem pessoas que vão circular livremente nos locais onde decorrem as cerimónias.

As informações desmentidas por D. Filomeno Vieira Dias circulavam pela cidade e davam conta que os fiéis tinham de entregar fotocópia do Bilhete de Identidade, fotografias, atestado médico, entre outros documentos.

O Papa Bento XVI vai fazer uma visita de cortesia ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no salão de honra do Palácio Presidencial e manter encontros com autoridades políticas, corpo diplomático e com os bispos de Angola e São Tomé, na capela da Nunciatura Apostólica, em Luanda.

O Papa vai ainda participar num jantar com os bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé na Nunciatura Apostólica, celebra uma missa com bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, movimentos eclesiais e catequistas de Angola e São Tomé, na paróquia de São Paulo e tem um encontro com os jovens no Estádio dos Coqueiros.

O grande momento da visita, que decorre sob o lema "Bento XVI, abençoa a nossa terra", é a celebração da missa, no dia 22, no largo da Cimangola, onde é feita a recitação do Angelus Domini. Após este acto, o papa tem um encontro com os movimentos católicos para a promoção da mulher, na paróquia de Santo António.

Antes da sua partida para Roma, no dia 23, Joseph Ratzinger celebra uma missa privada, na Nunciatura Apostólica, para posteriormente fazer um discurso de despedida no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro. A visita começa na próxima sexta-feira.

5.2 Município do Dande analisa crise

Jornal de Angola 14 de Março de 2009

O conselho municipal do Dande de auscultação e concertação social reuniu-se na cidade de Caxito, província do Bengo, para analisar e esclarecer a crise financeira e económica internacional e as consequências sobre a economia nacional.

No encontro, Adão Manuel Rodrigues, esclareceu aos participantes que a crise financeira internacional tem a sua origem nos Estados Unidos da América, como consequência do aumento das taxas de juros, expansão do crédito e preço dos imóveis.

O prelector explicou, igualmente, que a redução das receitas petrolíferas e diamantíferas, as principais fontes de receitas em Angola, está na base das consequências da crise financeira na económica nacional.

Por este facto, Adão Rodrigues apelou aos responsáveis das instituições estatais locais, das áreas económicas e financeiras para melhorarem o nível da disciplina financeira, incentivando o aumento da produção alimentar com base na promoção do desenvolvimento integrado das comunidades no domínio da agricultura.

Participaram no encontro da cidade do Caxito administradores adjuntos do município do Dande, das comunas da Barra do Dande, Mabubas, kicabo e Úcua, chefes de secções, representante dos empresários locais, autoridades tradicionais e outras individualidades da sociedade civil.

5.3 Eleições Presidenciais só com nova Constituição

O Independente 14 de Março de 2009

Ao responder em conferência de imprensa, na recente visita que efectuou a Portugal, o chefe de estado

angolano disse que as eleições teriam lugar somente após consulta popular sobre a nova Constituição, que estará a ser preparada por uma comissão especializada, criada pela Assembleia Nacional.

Até aí tudo normal. De facto, as inúmeras zonas cinzentas na actual Constituição, nomeadamente no que diz respeito aos poderes do Presidente da República e a definição das competências do chefe do governo, requerem uma abordagem mais concisa no próximo texto constitucional. E a isso acresce a nova polémica instalada sobre a forma de eleição do Presidente da República.

Tudo questões objectivas, ou de facto, mas que acabam por enturvar o cenário devido a lentidão com que decorrem os trabalhos da comissão constitucional. Se calhar o problema é só falta de divulgação, mas, em todo o caso, há que realçar que depois de eleita, a 16 de Janeiro, somente a 20 de Fevereiro criou e realizou a primeira reunião da comissão técnica, que tem como missão assessorar a Comissão Constitucional.

Uma situação que contradiz de algum modo as palavras do porta-voz do partido maioritário, o deputado Norberto dos Santos Kwata Kanawa, pronunciadas em Dezembro de 2008, dando como certo que a comissão constitucional fazia o seu trabalho de casa até quatro meses depois de entrar em funções.

Amais recente mensagem à nação do presidente da UNITA deixa a entender que Isaiás Samakuva a terá redigido olhando para o calendário, com os ouvidos atentos ao que dizia José Eduardo dos Santos, em Portugal. Pois deixa passar a ideia de um certo desespero, face a eventualidade de não se realizarem eleições este ano.

Mas se olharmos para o calendário e ao que diz a lei (pensamos que a nova Constituição não fugirá muito no que toca a prazos), podemos concluir que é de algum modo forçado ler nas afirmações de José Eduardo dos Santos uma pretensa vontade de adiar as eleições presidenciais.

O chefe de Estado disse em Lisboa que se tudo correr normalmente a nova Constituição será aprovada ainda este ano, e que será com base nos seus ditames, nomeadamente o modelo escolhido para a eleição do Presidente da República (se eleições directas ou indirectas), que se vai definir o calendário eleitoral para as próximas eleições presidenciais.

Ora, segundo a Lei Eleitoral, as eleições presidenciais têm de ser convocadas e realizadas dois meses (60 dias)

antes do fim do mandato do presidente em exercício. Ora, se a comissão constitucional concluir o seu trabalho até Maio ou mesmo Junho, não haverá qualquer razão para que as eleições não tenham lugar este ano.

5.4 Oposição reage ao condicionamento das eleições

Agora 14 de Março de 2009

A velha questão da realização das eleições presidenciais por via directa

Ou indirecta voltou a ser realçada pelo Chefe de Estado durante a sua recente visita a Portugal.

Eduardo dos Santos condiciona a realização das eleições presidenciais à modalidade que for escolhida para a eleição do Presidente da República. Segundo defende é essa modalidade que vai definir o calendário eleitoral para as próximas eleições presidenciais. Fez ainda saber que a Comissão Constitucional, criada pela Assembleia Nacional para elaborar o texto da Constituição da República de Angola vai submeter à consulta pública, duas formas de eleição do Presidente da República: eleição por sufrágio universal directo (o Presidente é eleito pelo voto popular) ou eleição por sufrágio indirecto (eleição pelo Parlamento).

Eduardo dos Santos foi ainda mais longe ao dizer que a eleição presidencial vai depender do modelo que a Constituição, depois de discutida e aprovada, estabelecer para o efeito. "Se tudo correr normalmente, estamos em crer que durante este ano é aprovada a Constituição".

O PR disse ainda em Portugal, que tem toda a legitimidade para dirigir o país: " Enquanto chefe do Executivo sinto-me perfeitamente à-vontade e com legitimidade para aplicar o programa que foi sufragado pelos angolanos".

Questionado se sentia falta de legitimidade pelo facto de não terem sido realizadas ainda as eleições presidenciais, afirmou: "o meu nome foi o primeiro da lista do Mpla nas eleições legislativas". O

Presidente reconheceu, todavia, a necessidade da eleição presidencial, mas para a surpresa de todos afirmou haver, sem citar de quem, um «entendimento» de que " elas não devem ser feitas na base da actual Constituição".

Ao abrigo da Lei, o PR deve convocar as eleições 60 dias antes do acto, não sendo em circunstância alguma obrigado a fazê-lo em qualquer momento.

Recorde-se que além de Eduardo dos Santos serão candidatos presidenciais Isaias Samakuva, Vicente Pinto de Andrade, Lizete Araújo e João Kambwela.

Como Samakuva vê a questão. A redacção da nova Constituição deve ser uma atribuição da Assembleia Nacional e a realização das eleições presidenciais não deve ser, em hipótese nenhuma, condicionada à sua aprovação, porque, em primeiro lugar, o princípio constitucional da eleição directa do PR já está estabelecido desde 1992 como um dos seis princípios basilares do nosso Estado de Direito, que não podem ser revogados.

Assim sendo, disse Samakuva, "a Assembleia Nacional deverá debater tão somente as competências do Presidente da República e os limites e duração do seu mandato, mas jamais a natureza da sua legitimidade, que é, e continuará a ser, o voto directo, secreto e igual do povo angolano".

O líder da oposição fez estas considerações no final da visita de Estado de Eduardo dos Santos a Portugal e voltou a defender que em consequência do facto de Angola ter já normalizado, com sucesso, a sua Assembleia Nacional, a "legitimidade provisória" do mandato do Presidente da República é cada dia mais restrita, e que a sua recusa em marcar a data das eleições fere de morte o próprio princípio de legitimidade do seu mandato extraordinário.

Embora reconheça debilidades no processo eleitoral de 2008, Samakuva acha que elas possuem um mérito e valeram a pena: "Angola provou que está madura para exercer a divergência e a competição política em paz, e mais do que isso, escolheu definitivamente a democracia como o regime político da paz. Angola provou que está pronta para acabar com a transição e eleger o seu PR, outorgando-lhe um mandato democrático normal, não mais temporário nem provisório".

Para o substituto de Jonas Savimbi teses como condicionar a eleição presidencial à aprovação da nova Constituição, ou realizar a eleição indirecta do PR, são casuísticas similares àquelas que surgiram há algum tempo, como "a democracia não enche a barriga," ou a necessidade de uma "segunda volta" 14 anos depois de realizada a primeira.

Estas teses casuísticas, disse o político, "só servem para desviar a atenção do país do verdadeiro problema que é preciso resolver com urgência, que é garantir a con-

solidação do regime democrático em Angola". Neste pormenor não faltaram a Samakuva referências à necessidade de reformas na justiça eleitoral, para que a CNE, a TPA, a RNA e o Jornal de Angola exibam o equilíbrio do pluralismo político e actuem com independência para garantirem a democracia e o desenvolvimento institucional do país.

A. Ferramenta

5.5 Líder da Unita exige marcação de eleições presidenciais

Folha 8 14 de Março de 2009

O presidente do Galo negro decidiu agitar as brandas águas da política indígena, ao acusar no 11 o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, de estar a governar ao arpejo da Lei Constitucional e dos entendimentos políticos assumidos.

"O mandato do Presidente Eduardo dos Santos não é um mandato democrático com poderes normais.

É um mandato extraordinário, para a realização de uma missão histórica. A sua legitimidade é provisória e condicionada à realização dessa missão, que é restaurar a normalidade institucional, mediante a realização de eleições extraordinárias para regularizar os mandatos dos Deputados à Assembleia Nacional e do Presidente da República".

Para o líder Kwacha, estes pressupostos não estão a ser alcançados, por terem acertado "em Janeiro de 2005 e foi confirmado pelo Tribunal Supremo em Julho do mesmo mes, ao deliberar que o no nosso sistema jurídico-constitucional não se verificaram mandatos presidenciais com início em sufrágio conclusivo " e que não são de contar mandatos Presidenciais, porquanto não os houve. O que há é a continuação do mandato do Presidente da República fixado pelo artigo 5º da Lei 23/92."

Esta visão, para Samakuva, o Tribunal Supremo, pese a visão, por Muitos considerada parcial e de favorecimento, quando se trata da figura do actual inquilino do Futungo de Belas, "confirmou que José Eduardo dos Santos é o Presidente da transição política que o país iniciou em 1992. Essa é uma definição expressa da lei constitucional, que estabelece que sua Exa. permanecerá no cargo até à tomada de posse de um novo Presidente, legitimamente eleito pelo voto secreto, universal e igual dos Angolanos. A missão do Presidente a transição é implementar o regime democrático. Isto significa cumprir a constituição, organizando a eleição democrática do presidente da

República".

Savimbi, nas eleições de 1992, com a eleição de 70 deputados, não estar em muito boas condições de falar em comportamento democrático de Dos Santos, porquanto ele, ao perder copiosamente em Setembro de 2008, não colocou o seu lugar a disposição. Preferiu, tal como o actual Presidente da República, andar no remoinho dilatatório, paf3 se manter no poder, quando é frágil a sua liderança, com apenas 16 deputados e a redução de património, herdado da anterior comissão de gestão.

Ora, se ele diz que José Eduardo dos Santos "não exerce um mandato demo prático com poderes normais", n mesma condição se encontra Samakuva, que diz pretender acabar o seu mandato, mesmo que no final o seu partido possa minguar e se contente com Lima "vitória de Pirro".

Mas não é por esta razão que o líder da UNITA não deixou de alertar para o facto de "as condições desde a altura em que tomou posse: o cumprimento escrupuloso da Constituição que já existe, e que Sua Exa. jurou cumprir e fazer cumprir. Agora, 17 anos depois, é inaceitável que o País continue refém da vontade do Presidente constitucionalmente definido como "presidente da transição", que ano após ano usa de artifícios para não realizar as eleições presidenciais e permanecer no poder. Como Presidente da transição, o actual Presidente da República não tem legitimidade para condicionar a realização de eleições a qualquer factor político ou económico.

Em consequência do facto de Angola ter já normalizado, com sucesso, a sua Assembleia Nacional, a "legitimidade provisória" do mandato do Presidente da República é cada dia mais restrita e protelar a marcação da data das eleições fere de morte o próprio princípio - de legitimidade do seu mandato extraordinário.

Assim é complicado entender, o trunquungu dos políticos pelo poder no caso ate parece que o líder da Unita já Herdou o vicio de quem agora critica e é o seu mais directo adversário para as eleições presidências por quanto em 2005 a legitimidade provisória do mandato do actual presidência lideranças da Nação em razão dos obstáculos que impossibilitavam a normalização imediata da vida democrática do País.

Ora, esses obstáculos foram plenamente removidos. Imperfeitas em relação às condições de imparcialidade, e suspeitas em relação aos seus resultados. As eleições legislativas de 2008 possuem um mérito que, por si só.

Fazem com que elas tenham valido a pena: Angola provou ou que está madura para exercer a divergência e a competição política em paz. e mais do que isso, escolheu definitivamente a democracia como o regime político da paz. Angola provou que está pronta para acabar com a transição e eleger o seu Presidente da República.

Outorgando-lhe um mandato democrático normal, não mais temporário nem provisório. Se todos os empecilhos históricos para a normalização do órgão Presidente da República já foram removidos, se o Presidente da República acatou publicamente a recomendação do Conselho da República para a realização de eleições presidenciais em 2009, então, não há razão para que Angola não conheça já agora o dia exacto das suas eleições presidenciais. Sem eleições, em cada dia se esvazia ainda mais a legitimidade do mandato do Senhor Presidente da República em exercício.

O tempo para o exercício temporário deste cargo sem eleição directa. Durante o equivalente a três mandatos consecutivos, já expirou em 2008.No momento em que o País mostrou estar pronto para realizar eleições, o prazo para a legitimidade temporária e provisória do Presidente da transição também expirou. Ao protelar a marcação da data das eleições presidenciais, o Presidente da transição está como a renunciar a legitimidade e a razão de ser do seu mandato histórico.

Não há absolutamente nenhuma relação entre a aprovação da nova constituição e a realização das eleições presidenciais". Por esta razão o líder Kwacha é contra o linkage entre a Lei Constitucional e a aprovação da Constituição. A redacção da nova constituição é uma atribuição da Assembleia nacional e a realização das eleições presidências.

5.6 Propostas a caminho da comissão constitucional

Angolense De 14 a 21 de Março

Defensora de uma sociedade civil activa nos debates que conduzirão o país à futura Constituição, a organização não governamental OMUNGA, sedeadada no Lobito, prepara uma mesa redonda para recolha de propostas a endereçar à

Comissão Constitucional, o órgão parlamentar que tratará de questões inerentes à próxima carta magna. Agendada para finais do mês em curso, a iniciativa deste observador africano dos direitos humanos e dos povos é a primeira de um grupo de organizações congêneres, entre as quais a AJPD e a Mãos Livres, preocupadas com o exercício de cidadania num Estado

ainda deficiente em termos de democracia. Em declarações prestadas ao Angolense, o Eng. José Patrocínio, coordenador da OMU GA, deu a conhecer que a mesa redonda pretende, entre vários objectivos, mobilizar a sociedade e escolher ideias.

“Avançaremos para um conjunto de Propostas a submeter à Comissão Constitucional da Assembleia Nacional”, explicou. Sem ter «destapado o véu», José Patrocínio disse, por outro lado, que as iniciativas terão em conta as recomendações saídas do "Quintas de Debate", cujos temas fizeram deslocar a Benguela respeitadas figuras da sociedade angolana.

Apoiado em projectos paralelos ao oficial, o padre Jacinto Pio, a título de exemplo, sugeriu uma constituição/sombra, através da qual grupos organizados de cidadãos apresentariam o seu parecer. De acordo com o especialista em questões sociais, tais sugestões seriam introduzidas mediante revisões constitucionais, não havendo, até em obediência a diferentes contextos da vida, obrigatoriedade de inclusão já na próxima carta magna do país. "Pode ser que algumas propostas.

Passem agora, o que seria muito bom, e outras aguardem por futuras alterações", esclareceu. O ponto de vista de Jacinto Pio teve como paradigma, entre vários itens, a necessidade do que chama de políticas públicas a favor dos segmentos mais vulneráveis.

Enquanto isso, Abel Chivukuvuku, consultor e mestre em Relações Internacionais, diz não estar a ver o MPLA, partido com supremacia no Parlamento, aberto ao diálogo em relação a questões bastante sensíveis.

"Falo-a nos temas sem grande importância", vaticinou o também activista social, certo de que haverá imposição nas temáticas quentes. Enquanto cidadão com alguma experiência, afirmou que o processo que conduzirá o país ao próximo texto constitucional deve respeitar factores como a evolução histórica e a qualidade da democracia.

Abel Chivukuvuku destaca a necessidade de um Estado unitário complementado com a descentralização política, no qual houvesse espaço para a eleição de governadores, pequenos parlamentos provinciais (mas sem poder legislativo) e regiões autónomas.

5.7 Cidadãos entregam mais armas

Jornal de Angola 26 De Março de 2009

A Polícia Nacional recolheu na província do Bié 1.356 armas que se encontravam em posse da população civil.

A informação foi prestada ontem pelo coordenador adjunto da subcomissão técnica encarregue do processo de desarmamento, António Juliano "Colombo".

Num balanço das três fases do processo, António Juliano "Colombo" disse que os efectivos da Polícia Nacional registaram a entrega de 521 carregadores diversos, assim como 8.303 engenhos explosivos.

António Colombo afirmou que as populações dos municípios do Andulo, Kamacupa, Kuito e Chinguar foram as que mais se destacaram na entrega voluntária de armas e outro material bélico.

O processo de desarmamento encontra-se na sua terceira fase, que corresponde à entrega coerciva. Segundo o responsável, a recolha de armas tem decorrido de forma satisfatória.

António Colombo realçou o apoio que as autoridades tradicionais, organizações não governamentais e entidades religiosas têm prestado ao processo.

Apelou aos cidadãos que ainda não efectuaram a entrega das armas no sentido de se dirigirem à Polícia Nacional, de forma a depositarem o referido material que tem provocado ainda vítimas no seio das famílias, sobretudo depois de divergências.

"A arma na mão de um cidadão é um inimigo que a qualquer altura pode causar vítimas no seio das famílias", enfatizou.

5.8 Buco-Zau continua imparável

Jornal de Angola 27 de Março de 2009

O município do Buco-Zau é uma região rica em madeira, ouro, cacau, café e outros recursos naturais. A administradora Marta Lelo está à frente do município madeireiro, 180 quilómetros a Norte da cidade de Cabinda.

Buco-Zau está em franco progresso e é o município que mais cresce na província de Cabinda. A Administração Municipal está a investir três milhões de dólares na construção e reabilitação de várias infra-estruturas sociais e económicas para o desenvolvimento da região, no âmbito do Programa de Intervenção Municipal.

Os fundos estão a ser aplicados na construção e reabilitação de escolas, centros de saúde e no melhoramento do sistema de abastecimento de energia eléctrica e de água potável às populações.

De acordo com o chefe de secção de Estudos,

Planeamento e Estatística, Sebastião Zau, estão a ser construídas e reabilitadas, no âmbito do Programa de Intervenção Municipal, três escolas nas povoações de Sinde, Piadinge e Ncodô, num total de 11 salas de aulas, quatro casas geminadas de tipo T3 para professores, três habitações para a administração comunal do Inhuca e uma para a Administração Municipal de Buco-Zau.

Estão a decorrer obras no mercado municipal, trabalhos de protecção de ravinas, obras no cemitério municipal, na sala de reuniões da administração do Buco-Zau e no armazém da administração. O município está lançado em grandes obras públicas mas também nas pequenas que melhoram a qualidade de vida das populações.

Para além das obras enquadradas no Programa de Intervenção Municipal, Sebastião Zau referiu que o governo da província de Cabinda, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) está a reabilitar e ampliar o Hospital Regional Norte Alzira de Fonseca, a escola do I ciclo, a construção da Igreja Católica e do pavilhão gimnodesportivo, tendo realçado, que a população da região está satisfeita com os programas que a administração municipal está a desenvolver no município madeireiro.

"Há zonas do município onde nunca existiu energia eléctrica e hoje têm, há aldeias que nunca tiveram uma escola e hoje já têm. Portanto, o município, apesar de algumas falhas, está a progredir", disse Sebastião Zau.

"Ontem, Buco-Zau era uma vila de meia dúzia de pessoas. Hoje, é uma cidade que já alberga 40 mil habitantes. O município beneficiou da descentralização financeira e já consegue avaliar e analisar as áreas prioritárias que garantem o bem-estar das populações", disse Sebastião Zau.

Desenvolvimento à vista

O município madeireiro do Buco-Zau está a desenvolver-se em todos os sectores. É visível a construção e reabilitação de várias infra-estruturas sociais e económicas e de outros programas que o governo da província leva a cabo para o desenvolvimento da região.

Segundo a administradora municipal do Buco-Zau, Marta Lelo, que falava à imprensa por ocasião das festividades comemorativas do 52º aniversário do município, que ascendeu à categoria de vila em 15 de Março de 1957, o factor guerra provocou "um grande retrocesso". A partir de 2000, Buco-Zau começou a ganhar vida e registou um desenvolvimento acentuado, no que diz respeito à construção e reabilitação de infra-

estruturas, que o governo da província está a desenvolver na região.

"Com a paz definitiva podemos explorar os muitos recursos naturais que o município do Buco-Zau possui, para o seu desenvolvimento total. Neste momento, está a ser feita a exploração da madeira, ouro e outros recursos naturais que vão contribuir para o crescimento económico e social do município", disse.

Para o próximo ano, de acordo com a administradora Marta Lelo, são esperadas muitas inovações, fruto dos projectos de construção de vários empreendimentos que a administração está a levar a cabo, no âmbito do Programa de Intervenção Municipal.

"A população pode estar tranquila, porque o governo da província está a trabalhar arduamente para desenvolver Buco-Zau. É necessária a colaboração de todos os munícipes para alcançarmos o desenvolvimento desejável para a nossa terra. As infra-estruturas que estão a ser construídas e reabilitadas devem ser conservadas para que as futuras gerações venham encontrar esses empreendimentos", realçou.

Campanha agrícola

A União Nacional de Camponeses de Angola (UNACA) no Buco-Zau prevê colher este ano agrícola mais de sete mil toneladas de mandioca, banana, dendém, café, batata, jinguba e feijão.

Segundo o presidente da UNACA no Buco-Zau, Joel Bumba, para alcançar cifras aceitáveis nesta campanha agrícola, a instituição que dirige perspectiva aumentar o número das cooperativas agrícolas e dos camponeses no Buco-Zau, tendo referido que estão a trabalhar num programa que visa incentivar os homens do campo a aumentarem a sua produção e organizarem as suas cooperativas agrícolas.

De acordo com Joel Bumba, a União Nacional de Camponeses de Angola no Buco-Zau, tem estado a trabalhar com os seus parceiros para fazerem outras culturas, com vista a permitir o aumento da produção agrícola na região e para combater a fome e a miséria no seio das populações.

Retorno dos refugiados

No quadro do programa de repatriamento dos refugiados angolanos que se encontram nas repúblicas do Congo-Brazzaville e da RDC, num total de 28 mil, a direcção provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social está a elaborar um programa que visa o seu acolhimento, a fim de darem a sua contribuição no desenvolvimento de Angola.

Deste número fazem parte cidadãos do município do Buco-Zau. Segundo a directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Matilde da Lomba, a região madeireira de Buco-Zau foi afectada pela guerra, o que obrigou ao refúgio de muitos cidadãos nos países vizinhos, RDC e Congo-Brazzaville.

"O município do Buco-Zau foi uma zona afectada pela guerra e muitos cidadãos deste município, que foram para os países vizinhos e se encontram nos campos de Malolo e de Chiambanga, têm estado a regressar a casa", disse, acrescentando que nos próximos dias, o pelouro que dirige vai preparar uma operação de repatriamento.

5.9 Mais de mil armas entregues por civis

Jornal de Angola 27 de Março de 2009

A Policia Nacional do Kwanza-Norte recolheu, desde Janeiro, 1.218 armas de fogo de diversos calibres, no âmbito do programa Desarmamento a População Civil, disse o porta-voz da corporação, o inspector chefe Gaspar José.

Entre o armamento constam igualmente 741 armas do tipo AKM, 319 caçadeiras de fabrico artesanal, 72 carabinas, 27 G-3, oito RPK. Os municípios mais destacados na entrega de armas foram os do Cazengo, com 307 e Cambambe, 210 armas recolhidas.

Na reunião de balanço, realizada na sala de sessões do Governo Provincial do Kwanza-Norte, esteve presente o coordenador do programa de desarmamento da população civil, o vice-governador local para organização e serviços técnicos, José Alberto Kipungo, o coordenador da subcomissão técnica, da Delegação do Ministério do Interior, superintendente-chefe João José Gaspar da Silva e administradores municipais e comandantes municipais da Policia Nacional, bem como representantes das Forças Armadas Angolanas.

O inspector chefe Gaspar José afirmou que ainda existe um número elevado de armas de fogo de fabrico artesanal, os canhagulos, na posse dos cidadãos. Alertou que essas armas são imperfeitas e perigosas. Nas suas actividades, a Policia Nacional tem estado a recomendar e a sensibilizar as populações no sentido de procederem à entrega voluntária de armas de fogo.

5.10 Municípes falam do "bolo" atribuído às administrações

Angolense 21 a 28 de Março de 2009

No quadro da desconcentração administrativa e financeira, o Governo implementa desde o ano passado o programa de gestão municipal em que cada município beneficia de 5 milhões de Kwanzas, o equivalente a cinco milhões de dólares, para gerir durante um ano.

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, efectuou um périplo por alguns municípios que beneficiaram do referido valor o ano passado, para ver onde e como foi aplicado.

Nos seus pronunciamentos disse ter constatado que o dinheiro foi bem aplicado, pelo menos na maioria dos municípios por onde passou, uma avaliação que contrasta com a opinião de quem vive nestes municípios.

Na sua generalidade, defende rigor e maior transparência porque os municípios se debatem com graves problemas de falta de vias de acesso, de energia, de água potável e outros.

Os cidadãos, que residem nos municípios onde estão a ser feitas estas obras, também tem avaliado o trabalho e têm uma palavra a dizer.

Para Filomeno Reis, estudante da Universidade Católica de Angola e munícipe da Maianga "a cidade depara-se com muitos problemas que são do conhecimento de todos. Em sua opinião, a verba alocada aos municípios deveria ser aplicada na melhoria do sistema de abastecimento de água, de electricidade e também na reparação dos esgotos a nível de cada municipalidade.

A mesma opinião foi corroborada por Fernando Muquila Rui, funcionário público e residente no município do Sambizanga. Numa breve descrição sobre o seu município, disse que aquela parcela de Luanda carece de quase tudo. Falta energia eléctrica, água potável, assim como focou o difícil acesso ao município. "As estradas estão em mau estado", exemplificou.

Segundo ele, a prioridade passaria pela iluminação dos bairros, construção novas escolas e a reparação das vias terciárias, que deixaram de existir com o cair das chuvas.

Fernando João é um dos municípes que também falou sobre o assunto. Contabilista de profissão, defende uma gestão racional do dinheiro depois de uma prévia selecção dos problemas pontuais e que sejam de aplicação imediata.

No seu entender, a prioridade é o melhoramento das infra-estruturas, das estradas, água potável e outros.

"Vivo no São Paulo, temos muitos problemas naquela área, na rua do Kicombo, por exemplo, o saneamento básico é uma lástima, deplorou.

Já para Belma Benjamim, secretária de direcção e munícipe da Maianga, preferiu poupar nas críticas e realçar algumas melhorias a nível daquele município. As ruas, notou, estão a ser pavimentadas e as estradas melhoradas. Para esta cidadã é necessário que se faça muito mais com os cinco milhões de dólares que cada município está a beneficiar. "Deveriam investir mais nas empresas de limpeza, para se debelar alguns males", sugeriu.

António Maria diz ter ainda algumas dúvidas sobre como foi gasto o orçamento atribuído o ano passado, mas, entretanto, sugere maior acompanhamento na aplicação destas verbas. Para este funcionário público, morador do município do Kilamba Kiaxi, o dinheiro deveria ser bem aplicado e em benefício do cidadão comum.

Referindo-se ao seu município, afirmou que pouco ou nada foi feito, pois, neste momento, as ruas estão intransitáveis na sequência das chuvas que começaram a se abater sobre Luanda. "Enquanto o Governo central trata das obras de grande vulto, as administrações deviam melhorar as ruas terciárias e fazer pequenas obras para o benefício de todos", anuiu.

Para o professor Adolfo Garcia, as obras que se fazem no seu município, o Rangel, não custam milhões. Em relação à verba cabimentada aos municípios, defende uma consulta popular, para que as acções das administrações municipais possam ir de encontro as necessidades dos governados. "As administrações deveriam conversar com a população, saber o que o povo quer de facto, porque o que se assiste é o contrário. Os gestores públicos fazem as coisas a seu bel-prazer e ninguém pede contas", lembrou. O seu desejo, segundo disse, é ver a imagem do município do Rangel melhorada e que sejam construídas mais escolas.

5.11 Como garantir transparência na gestão dos fundos atribuídos aos municípios

Angolense 21 a 28 de Março de 2009

A nível dos municípios de Luanda, são notáveis nos últimos tempos obras aqui e acolá. Uma "febre" de obras, cuja qualidade deixa ainda muito a desejar, particularmente, na recuperação das vias secundárias e terciárias para fluir o trânsito, na melhoria do saneamento básico, e, nalguns municípios, como por exemplo, o do Cazenga e Rangel na restituição e

construção de chafarizes, para que os munícipes beneficiem da água potável. Este é um dos graves problemas dos bairros suburbanos de Luanda, quiçá, de grande parte das divisões administrativas da capital, onde a população consome água imprópria para o consumo através de tanques, cuja limpeza é igualmente, duvidosa.

Aquando do último surto de cólera, o Governo da Província de Luanda (GPL) gastou dinheiro na aquisição de camiões cisternas para distribuição gratuita de água aos bairros. Todos os municípios beneficiaram dos referidos meios, mas depois do fim da doença estes camiões são vistos a vender água a preços exorbitantes. Grande parte deles não possui matrícula e apenas as iniciais GPL e o nome dos municípios os distinguem, elementos esses que não são suficientes para determinar quem está ou não envolvido na "candonga" da água. Os referidos camiões não operam nos seus próprios municípios, porque, volta e meia, os de Cacuaco são vistos em Viana, os do Cazenga no Rangel e vice-versa.

Numa só palavra, não é que seja negativa a realização de obras, quer seja no âmbito da reabilitação das vias secundárias e terciárias, como a instalação de chafarizes e outros, mas deveria haver maior rigor e transparência na utilização dos fundos do Estado.

Embora o Governo seja um todo, as administrações municipais, por exemplo, deveriam divulgar um plano de trabalho sobre como estão a gastar os cinco milhões de dólares que lhes são atribuídos pelo Governo central, no quadro do programa de desconcentração administrativa e financeira dos municípios. O referido programa foi aprovado pelo Conselho de Ministros e começou a ser aplicado no ano passado. Numa primeira fase, a "experiência piloto" abrange apenas alguns municípios do país.

Como o país se transformou num "canteiro" de obras, os munícipes deveriam saber que projectos são do Governo central, das estruturas provinciais ou das administrações municipais, no quadro do programa aprovado pelo Conselho de Ministros.

Assim, os munícipes seriam uma espécie de árbitros e participantes da acção das administrações locais. Desta feita, as comunidades pouco a pouco iriam sentir os efeitos da governação e da aplicação desta medida na resolução dos problemas pontuais das populações, como, por exemplo, a falta de iluminação pública que contribuiria no combate ao crime, a iluminação domiciliar, cujo negócio é manipulado por grandes grupos.

Nos PI's privados, autorizados não se sabe por quem, o contracto de luz custa 400 a 800 dólares, preços esses que não estão ao alcance de muitas famílias.

Muito já se falou sobre este assunto, mas os PI's privados continuam a ganhar terreno e a praticarem preços de ouro. Na sua maioria são autorizados para exploração de empresas, mas, mais tarde, violam o objectivo para o qual pediram a "licença", sob o olhar impávido e sereno de quem concede tais autorizações, perante tamanha corrupção.

Logo à nascença, sem que muitos tivessem declarado como foram gastos os cinco milhões de dólares, embora o Ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, tenha visitado o ano passado os municípios com este propósito, a verdade, porém, é que os administradores alegam que os cinco milhões que lhes são atribuídos não são suficientes.

A questão levantada por alguns administradores leva a questionar o seguinte: do que foi feito os cinco milhões de dólares que cada município teve direito?

É certo que os problemas não são iguais, diferem de município para município, e alguns, com a verba que receberam, terão feito apenas um simples trabalho de terraplanagem de ruas ou um pouco mais do que ISSO. Mas do que pedir o aumento do "bolo", aos administradores municipais deveria ser pedida a divulgação de um plano de execução local, para que a sociedade possa participar da acção dos mesmos, pautando-se pelo rigor e transparência na gestão dos fundos do Estado, onde o Tribunal de Contas terá sempre uma palavra a dizer.

5.12 Propostas a caminho da Comissão Constitucional

Angolense 14 a 31 de Março de 2009

Defensora de uma sociedade civil activa nos debates que conduzirão o país à futura Constituição, a organização não governamental OMUNGA, sediada no Lobito, prepara uma mesa redonda para recolha de propostas a endereçar à Comissão Constitucional, o órgão parlamentar que tratará de questões inerentes à próxima carta magna. Agendada para finais do mês em curso, a iniciativa deste observador africano dos direitos humanos e dos povos é a primeira de um grupo de organizações congéneres, entre as quais a AJPD e a Mãos Livres, preocupadas com o exercício de cidadania num Estado ainda deficiente em termos de democracia. Em declarações prestadas ao Angolense, o Eng. José Patrocínio, coordenador da OMUNGA, deu a conhecer que a mesa redonda pretende, entre vários objectivos, mobilizar a sociedade e recolher ideias. "Avançaremos para um conjunto de propostas a

submeter à Comissão Constitucional da Assembleia Nacional", explicou. Sem ter «destapado o véu», José Patrocínio disse, por outro lado, que as iniciativas terão em conta as recomendações saídas do "Quintas de Debate", cujos temas fizeram deslocar a Benguela respeitadas figuras da sociedade angolana.

Apoiado em projectos paralelos ao oficial, o padre Jacinto Pio, a título de exemplo, sugeriu uma constituição / sombra, através da qual grupos organizados de cidadãos apresentariam o seu parecer. De acordo com o especialista em questões sociais, tais sugestões seriam introduzidas mediante revisões constitucionais, não havendo, até em obediência a diferentes contextos da vida, obrigatoriedade de inclusão já na próxima carta magna do país. "Pode ser que algumas propostas passem agora, o que seria muito bom, e outras aguardem por futuras alterações", esclareceu. O ponto de vista de Jacinto Pio teve como paradigma, entre vários itens, a necessidade do que chama de políticas públicas a favor dos segmentos mais vulneráveis. Enquanto isso, Abel Chivukuvuku, consultor e mestre em Relações Internacionais, diz não estar a ver o MPLA, partido com supremacia no Parlamento, aberto ao diálogo em relação a questões bastante sensíveis. "Falo-a nos temas sem grande importância", vaticinou o também activista social, certo de que haverá imposição nas temáticas quentes. Enquanto cidadão com alguma experiência, afirmou que o processo que conduzirá o país ao próximo texto constitucional deve respeitar factores como a evolução histórica e a qualidade da democracia. Abel Chivukuvuku destaca a necessidade de um Estado unitário complementado com a descentralização política, no qual houvesse espaço para a eleição de governadores, pequenos parlamentos provinciais (mas sem poder legislativo) e regiões autónomas.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 O Plano Director

Jornal de Angola 1 de Março de 2009

Por muitas razões, algumas das quais se podem aferir adiante, não posso deixar de congratular-me com a criação de uma Comissão para estudo e elaboração de um Plano Director para a gestão urbanística da Cidade de Luanda. Acredito, que os Membros designados e coordenados pela digna Governadora, Ministra sem Pasta, Francisca do Espírito Santo, têm a tarefa, de algum modo facilitada, se decidirem não partir de zero.

Existe certamente algures, no Ministério próprio, ou mesmo na sede do Governo Provincial, um plano que já esteve exposto há muitos anos, de grande dimensão de perspectivas, visão e abertura temporal, sobre os espaços da chamada Luanda Velha, os construídos, projectados e aqueles, que também se acreditava virem ser os pólos de desenvolvimento e irradiação da capital.

A equipa do então Ministro da Construção e Habitação,

o Eng. Manuel Rezende de Oliveira teve, naquela altura, a tarefa de criar e adaptar as mínimas condições imprescindíveis, para que funcionassem estruturas de Governo Nacional e a Praça da Revolução, como símbolo afirmativo, numa cidade, que não fora concebida nunca, para tal efeito.

Não poderei afirmar, nesta circunstância, se foi apenas a alteração e sucessiva substituição de titulares da Pasta, que sepultou no esquecimento e nas calendas, o ousado Plano., ou a força dos condicionalismos da situação, que dominou o País, até há poucos anos, fazendo com que a realidade actual, nada tenha a ver com o que então foi pensado e projectado.

Do mesmo modo, acredito também que a Equipa agora constituída não deixará de fazer recurso à participação activa de arquitectos, que parece não integrarem a Comissão, bem como ao parecer geral, dum elemento fundamental nesta questão: o cidadão luandense, o luandino, que ama a sua cidade e a vê descaracterizar-se inapelavelmente, cada dia.

Verifica-se um crescendo terrível e dantesco, que talvez fosse evitável, e que se pretende justificar, em nome de obras, que o termómetro e a batuta das exigências de tempo, metas, objectivos, quer políticas, quer económicas, ambientais e humanas não só exige; como impõem sine qua non!

A Comissão terá de assentar no princípio de não aceitar o "facto consumado"; como sendo lei pretoriana e impeditiva de qualquer tentativa de corrigir males, com pequenos ou grandes remédios. E o bem público e a independência da autoridade nacional, que em última circunstância deverá fazer prevalecer a decisão final. Por exemplo, o antigo plano mantinha e estabelecia zonas urbanas residenciais, industriais, comerciais, de lazer, sincronizadas e harmonizadas, consoante os seus objectivos perspectivados.

A promiscuidade abusiva, a anarquia que hoje se constata, de residências transformadas em sedes de empresas, sobretudo do ramo de construção, com todas as consequências negativas daí resultantes; a desarborização generalizada e a invasão para qualquer fim, dos tradicionais pulmões urbanos; todas as garagens das ruas de grande trânsito, feitas boutiques, quiosques, sapatarias, perfumarias e quejandos; as entradas para automóveis adaptadas a servir de restaurantes, salões de beleza, oficinas, etc., etc., reduzindo ainda mais o espaço de circulação e aquele destinado ao estacionamento de veículos privados; o crescimento de prédios de vários andares, entre residências térreas, nos bairros de moradias, que eram e

se desejaria continuar a ser residenciais; o surgimento, não apenas anti-estético, mas até desaprovado por força de exigências da engenharia civil, de prédios enormes e pesados, ao longo da coluna vertebral da Ilha de Luanda, a sua única avenida central, alterando, clima, fisionomia, inviabilizando prazer e desfrute geral, verdadeiras ameaças à segurança pública, são alguns exemplos e aspectos, que estão à vista. Mas, que desde já, não possam constituir qualquer travão incontornável aos poderes da Comissão, destinada a elaborar o Plano Director urbanístico da capital de Angola, sem conceder-lhe, como é evidente, o poder absoluto do dictat, sem estudo prévio conclusivo, sobre tanta matéria controversa.

Ou queremos, se possível, que Luanda Seja, apoiando a Comissão, ou com o nosso habitual indiferente dar aos ombros, aceitemos, sem protesto, remendos, que melhorem eventualmente a cidade, sem contudo mudar nada daquilo em que ela já se transformou infelizmente...

6.2 Nações Unidas vão ajudar Governo a implementar política de habitação

Jornal de Angola 13 De Março de 2009

Um acordo de cooperação que prevê a elaboração e definição de políticas de urbanização e organização territorial do país foi rubricado, ontem, em Luanda, entre o Governo angolano e o Organismo das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

O documento assinado na Cidade Alta, pelo vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoty, e pela sub-secretária das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a tanzaniana Anna Tibaijuka, prevê a abertura de um escritório da ONU-Habitat em Luanda, bem como o envio de peritos para monitorar o programa nacional da habitação em curso no país.

Com base neste convénio, as Nações Unidas garantem ainda capacitar quadros nacionais, bem como implementar programas com vista a construção massiva de residências sociais no país.

Logo após a assinatura do documento, Arina Tibaijuka foi recebida pelo Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma, com quem abordou a problemática habitacional do país, e as perspectivas do Governo com vista ao melhoramento das condições de habitabilidade dos angolanos.

Em declarações à imprensa, no final do encontro

presenciado pelo ministro do Urbanismo, Diakumpuna Sita José, a subsecretária das Nações Unidas disse ter convidado António Paulo Kassoma para participar na reunião das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, que decorrerá no próximo dia 30, na capital queniana, Nairobi.

A responsável da ONU felicitou o Governo por ter disponibilizado verbas com vista a construção de um milhão de residências no país, e prometeu cooperar com as autoridades angolanas para garantir que as casas a serem erguidas tenham o mínimo de condições de habitabilidade.

Em relação ao acordo ontem rubricado, disse tratar-se de uma parceria em que as Nações Unidas, através da recolha de contribuições dos países membros, e o Governo deverão disponibilizar meios financeiros para o funcionamento do referido escritório da ONU-Habitat.

Por seu turno, o ministro do Urbanismo, Diakumpuna Sita José, assegurou que as obras de reabilitação das instalações onde funcionarão os escritórios da ONU-Habitat deverão estar concluídas dentro de um mês. Sita José disse que o Governo espera receber apoios da ONU-Habitat virados para a implementação de programas de requalificação urbanística, citando a título de exemplo o município do Cazenga, onde se pretende construir residências para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, sem que os mesmos abandonem a sua área de residência.

O ministro do Urbanismo indicou, por último, que o acordo rubricado ontem surge na sequência da solicitação feita pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em Outubro de 2008, por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Habitat, cujo acto central decorreu em Luanda.

Anna Tibaijuka deixou ontem a capital angolana. A sub-secretária das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos visitou pela última vez o país em Outubro do ano passado, por ocasião do Dia Mundial do Habitat.

6.3 Grupo Genius investe USD 120 milhões em novo condomínio na baixa de Luanda.

Jornal de Angola 13 De Fevereiro de 2009

Edifício residencial de alto luxo será erguido próximo da igreja do Carmo. As obras já arrancaram e a previsão é que sejam entregues no fim

O grupo angolano Genius está a investir USD 120 milhões na construção de um condomínio habitacional

de duas torres de alta renda em Luanda. O arranque das obras teve início no mês de Janeiro e a construção deve ser finalizada em Abril de 2010. A informação foi revelada pela coordenadora do lançamento do empreendimento, Branca Miguel.

Parte do capital necessário para a empreitada é oriunda de fundos próprios da construtora Genius. Outra parte é financiada pelo banco BAI.

O empreendimento está a ser executado em parceria com duas construtoras portuguesas, a Teixeira Duarte e a Alves Ribeiro.

O residencial Torres do Carmo será uma edificação de alto luxo com duas torres residenciais. Localizado na avenida de Portugal, junto à Igreja do Carmo, na Baixa de Luanda, o prédio terá 22 andares e 118 apartamentos de dois, três e quatro dormitórios.

O edifício vai albergar ainda, um estacionamento projectado para cinco subsolos e terá 461 vagas para o estacionamento 172 no primeiro e segundo subsolos com destino a estacionamento rotativo e 289 vagas nos 3º, 4º e 5º subsolos, privativas para os moradores do residencial.

Nos três últimos subsolos haverá ainda 118 arrumos para cada apartamento.

Trânsito na região

Na região central da cidade, em que há falta de vagas para parquear viaturas e muitos congestionamentos, a existência de estacionamentos para os moradores é essencial para não piorar ainda mais as condições de trafegabilidade da cidade.

O empreendimento conta ainda com uma área comercial que vai albergar um restaurante de classe internacional de cinco estrelas com iluminação natural que servirá de centro de lazer. Ainda terá um espaço multinacional para actividades culturais e promocionais, um "health club" equipado com piscina aquecida de raia coberta, um salão de beleza e uma praça bem no centro da área de lazer,

Agradavelmente ambientada por decoração de plantas tropicais e lâminas de água. O mesmo espaço servirá para exposições de arte e eventos sociais.

Área total

Ocupando uma área total de 3.144,15 metros quadrados, o condomínio oferecerá aos moradores área de lazer na sua base. "A concepção arquitectónica dos edifícios conta com a assistência de um casal brasileiro, que orientará a construção de cada apartamento de forma que os moradores possam

Desfrutar a maravilhosa vista

6.4 Salvem o nosso Património

O País 13 de Março de 2009

A problemática da protecção do Património Histórico e Cultural do país, em particular de Luanda, tem merecido acesos debates nos vários círculos da sociedade, sobretudo depois que muitos edifícios classificados começaram a ser demolidos para dar lugar a outros de carácter moderno.

O debate terá sido iniciado com o derrube do antigo Palácio Dona Ana Joaquina. No local, foi erguido outro edifício que procura igualar a arquitectura anterior, para acolher o Tribunal Provincial de Luanda. Mais tarde, o tema voltou à ribalta com o caso Kinaxixe, e ainda com o projecto de requalificação da Marginal.

A onda de protestos que, inclusive, envolveu várias figuras num abaixo-assinado, levou os dossiers ao Conselho de Ministros e até mesmo à Assembleia Nacional, mas não foi suficiente para impedir o anunciado derrube.

Recentemente, a discussão voltou a ser levantada com a notícia da iminente demolição do edifício que acolhe o Elinga Teatro. É que, para além de se tratar de um espaço com grande sentido histórico-cultural para uma série de pessoas da sociedade luandense, isso desde os anos 40 até aos tempos de hoje, o referido edifício está classificado como sendo Património, através de despacho assinado em 1981 pelo então secretário de Estado da Cultura. Esta informação vem expressa numa das edições do Diário da República, órgão oficial do Governo, estampada na edição passada de O PAÍS.

A nossa reportagem resolveu, assim, fazer uma ronda pela cidade, a fim de saber o que é feito de alguns edifícios classificados como Património Cultural, muitos dos quais incluídos no referido despacho de 1981, situados sobretudo na zona da baixa luandense. O resultado da pesquisa mostra que a maioria se encontra em estado degradado, alguns mesmo abandonados. Isto para não falar naqueles que deixaram de existir, sem apelo nem agravo.

Major Kanhangulo

A rua Major Kanhangulo, também conhecida por ex. Rua Direita de Luanda, é uma das que acolhe um grande número de edifícios património, tal é a sua antiguidade. A classificação começa mesmo no edifício número um, e estende-se por quase toda a avenida. Nela destaca-se o edifício número 27, que acolhe a Mabílio Albuquerque Comercial S.A., datado de 1894, e

ainda o edifício 196/210, datado de 1760. São dos poucos que demonstram alguma conservação em termos de estrutura.

Na mesma rua pode-se encontrar ainda o edifício 77/79, por sinal, o mesmo que acolhe o Instituto Nacional do Património Cultural, também classificado num despacho de 1992:

Durante algum tempo, o referido edifício esteve degradado, tendo sido reabilitado e reinaugurado há cerca de quatro anos.

Um caso curioso na Major Kanhangulo é o "desaparecimento" do classificado edifício número 90. Antecedia a sede da Endiama, com o número 100 na porta, e sucedia ao edifício 86, também classificado, actualmente a acolher uma empresa petrolífera. A memória sobre aquela zona refere-se ao tal edifício como bastante moribundo nos últimos anos, que acolhia pessoas sem tecto, muitos dos quais deslocados de guerra. Era igualmente um espaço em que a prostituição e o uso abusivo de drogas faziam moradia. Ninguém sabe explicar ao certo quem mandou, nem para que fim, mas o facto é que o mesmo foi demolido.

Rainha Ginga

A rua Rainha Ginga, ex-Salvador Correia, conserva ainda alguns traços arquitectónicos do período que marcou a colonização do país e o início da história da cidade de Luanda, razão pela qual nela se conhecem vários edifícios classificados como Património. O maior realce recai sobre a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, antiga Sé Catedral de Angola e do Congo. Considerado monumento de interesse público, foi construída em 1655, tendo sido restaurada em 1995.

Parte do edifício que acolhe a empresa Edições Novembro – proprietária do Jornal de Angola - com os números 12/16, está igualmente classificada como Património. O mesmo acontece com os edifícios que vão desde o número 34 até 56, ocupados por entidades que praticam uma série de actividades comerciais. Do lado esquerdo, o edifício em que se encontra a Casa Paris, com os números 49/51, é o único classificado.

Amílcar Cabral

Na rua Amílcar Cabral, antigamente conhecida como rua Pereira Forjaz, não podemos deixar de apontar o edifício que começa na porta número 28 e termina na 54, formando gaveto com o Largo Matadi (ex. Largo Tristão da Cunha) desde a porta número 7 até a porta 19. Aí podemos encontrar os escritórios da Imogestin, a imobiliária que projecta a demolição daquele mesmo edifício, a fim de edificar um prédio de 12 andares para

parque de estacionamento.

Na mesma estrutura encontramos ainda as instalações do Elinga Teatro e da empresa Equador, entre outros empreendimentos. Há também a destacar, naquela rua, o estado de abandono em que se encontra o edifício números 21/35 que, segundo relatos, nos anos idos acolhia o Kudissanga, um animado restaurante e pensão em que muitos desafogaram as suas mágoas e desejos.

6.5 Moradores ao relento Administração não negocia

Novo Jornal 13 De Março de 2009

OS MORADORES do bairro da Coreia, Municipio da Ingombota, cujas casas foram demolidas recentemente, encontram-se a dormir ao relento, enquanto procuram negociar com a Administração Municipal o seu realojamento. No entanto, da parte das autoridades não há o mínimo interesse em negociar porque estas acusam a população de construir numa zona proibida, segundo contam moradores, que se defendem alegando que nunca foram proibidos de tal pelos fiscais que vigiavam o bairro.

"Eles nem aceitam se reunir connosco para nos ouvirem", contam.

Questionada sobre se não tinha sido proibida de construir na zona, a população, que se acha "gravemente injustiçada", responde:

"Nós encontrámos aqui um terreno completamente abandonado e encharcado e tínhamos de primeiro entulhar para depois construir. Quando os fiscais nos apanhassem, apenas nos multavam por construir sem autorização", relatam os moradores que foram obrigados a pagar cerca de 50 mil kwanzas para erguerem as suas casas.

Para a população, que exhibe documentos em sua defesa, o que terá acontecido é que os fiscais a quem pagavam as multas não depositavam os valores na conta do Estado. Apesar, disso, "não se percebe que durante esses anos nos deixassem gastar fortunas em casas que depois acabariam assim", protestam, acusando as autoridades de desumanidade, uma vez que devido a esta situação as crianças interromperam as aulas e muitos adultos nem ao serviço vão.

Por outro lado, os que tentaram arrendar uma residência nos arredores foram obrigados a desistir da ideia. "As residências que antes aqui custavam 100 dólares, agora estão no mínimo 250 dólares", contou João do Dono, um dos lesados.

Consternados com a situação, moradores pedem que organizações de defesa dos direitos humanos intervenham.

Contactado pelo Novo Jornal, o presidente em exercício da Associação Justiça, paz e Democracia, Serra Bango, disse que não se percebe tal atitude das autoridades de deixar as pessoas ao relento, porque estas, ao contrário de as desabrigar, têm o dever de assentá-las.

Por outro lado, prosseguiu, o Estado deve informar a população sobre os seus interesses em determinada zona e sempre que haja demolições "deve também haver realojamento, ou então a entrega de valores monetários equivalentes à casa que se demole".

"Temos é de saber se os interesses em jogo pelo espaço são de facto públicos ou particulares, porque o que muitas vezes acontece é que pessoas que se fazem passar por autoridades expropriam bens alheios para fins próprios", alertou Bango.

Por sua vez, a administradora municipal da Ingombota, Susana de Melo, diz que não se trata de as autoridades não quererem negociar. Para ela, o que acontece "é que de facto não existe nenhuma situação negociável", porque "a população construiu numa zona de risco e ilegalmente".

Susana de Melo negou categoricamente a existência no local de casas há mais de cinco anos e alertou a população para se preocupar em primeira instância com a segurança.

No passado mês de Fevereiro, a Administração Municipal da Ingombota constatou o aparecimento de mais de cem casebres de chapa que foram considerados ilegais e os seus proprietários ordenados a abandoná-las.

Em muitos casos, os moradores construíram mais de uma barraca para depois arrendar, no sentido de beneficiarem de mais habitações, no âmbito do programa de realojamento de emergência do Governo Provincial de Luanda no Zango e Sapu (Viana), ou Panguila (Cacuaco).

6.6 Governo do Uíje constrói casas para professores universitários

Jornal de Angola 13 de Março de 2009

O Governo do Uíje vai construir 30 casas para alojar os professores do Centro Universitário a anúncio foi feito pelo governador provincial, Mawete João Baptista,

durante a abertura do ano académico. "Prometemos melhores dias, por isso peço que haja maior dedicação da vossa parte, para corresponderem às exigências das novas gerações, servindo melhor a sociedade", disse o governador.

O coordenador do Centro Universitário do Uíje, Mbunga Nzinga David, manifestou a sua preocupação pela falta de salas para responder ao número de alunos. "Precisamos urgentemente de melhores instalações para dar comodidade aos professores e estudantes, necessitamos de professores de inglês e francês e outros para orientar os trabalhos de fim de curso", disse.

Mbunga Nzinga sustentou que a Universidade deve ser o espelho da sociedade, por isso encorajou os docentes e alunos a aprofundarem cada vez mais as suas investigações científicas. As estudantes pediram ao Governo para prestar maior atenção ao Centro Universitário, com vista a ultrapassar as dificuldades que se prendem com a falta de um anfiteatro, biblioteca, reabilitação do lar dos estudantes e construção de mais casas para os professores.

Joaquim Panzo, presidente da associação dos estudantes universitários, manifestou a sua satisfação pela criação da Universidade Kimpa Vita, com sede no Uíje e atende também estudantes do Kwanza-Norte.

O acto de abertura do ano académico serviu também para baptizar os caloiros da instituição universitária e foi animado com dança, teatro e música. O Centro Universitário do Uíje, que foi recentemente equipado com dois laboratórios de química e física, uma sala de informática com computadores conectados à Internet e sistema de videoconferência, possui três unidades orgânicas, o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), a Escola Superior de Ciências e Tecnologia e o núcleo do ISCED do Kwanza-Norte. Mais de três mil estudantes foram matriculados no presente lectivo.

6.7 As funções do Urbanismo hoje

Folha 8 14 de Março de 2009

O espírito que anima a natureza, é um espírito de ordem ângulo recto, por assim dizer, o ponto morto das forças que mantêm o mundo em equilíbrio. Sé existe um ângulo recto, portanto este tem um privilegio frente aos outros Ângulos_ ele é o único, ele é o fixo. O homem necessita de grandeza5 fixas para o seu trabalho A metrópole. fenómeno da dinâmica no movimento, é hoje uma catástrofe ameaçadora, porque não está mais animada pelo espírito da geometria ... "

1. O urbanismo como ciência, tem as suas funções principais, podendo por um lado, assegurar aos homens moradias saudáveis, isto é, locais onde o espaço, o ar puro e o sol, sirvam de condições essenciais da natureza, e que sejam largamente assegurados os lugares, organizando os locais de trabalho, de tal modo que, ao invés de serem uma sujeição drástica, retomando o carácter de actividade humana natural, permitindo a prevenção das instalações necessárias à boa utilização das horas livres, tomando-as benéficas e fecundas, por outro lado, devem, estabelecer o contacto entre as diversas organizações mediante uma rede circulatória que assegure as trocas, respeitando as prerrogativas de cada uma. Estas funções, são quanto a nós, as chaves da porta do urbanismo, cobrindo um domínio gigantesco no urbanismo, cuja à consequência da maneira de pensar, é nos traduzida pela vida pública por uma técnica de acção.

2. Os planos por sua vez, determinarão a estrutura de cada um dos sectores atribuídos às funções chave desta ciência, elas fixarão em nosso entendimento, as suas respectivas localizações no conjunto. Desde os Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM), em Atenas que as quatro funções-chave do urbanismo têm estado a reivindicar-se, no sentido de manifestar em toda a sua plenitude, traduzindo a ordem e classificação às condições habituais de vida, trabalho e cultura, disposições particulares que ofereçam a cada uma delas as condições mais favoráveis • ao desenvolvimento da sua própria actividade.

3. O urbanismo, deve ter em consideração a necessidade, de transformar o aspecto das cidades. Rompendo a opressão esmagadora dos usos que perderam a sua razão de ser e abrindo aos criadores um campo de acção inesgotável. Cada uma das funções-chave terá a sua autonomia, apoiada nos dados fornecidos pelo clima, pela topografia, pelos costumes elas serão consideradas entidades as quais serão atribuídas territórios e locais para os equipamentos e instalações que serão accionados por todos os prodigiosos recursos das técnicas modernas.

Nessa distribuição, serão consideradas as necessidades vitais do indivíduo e não o interesse ou o lucro de um grupo particular. O urbanismo deve assegurar a liberdade individual e ao mesmo tempo favorecer e se aproveitar dos benefícios da acção colectiva.

4. O ciclo das funções quotidianas – habitar, trabalhar, recrear-se (recuperação) - será regulamentado pelo urbanismo dentro da mais rigorosa economia de tempo, sendo a habitação considerada o próprio centro das preocupações urbanísticas e o ponto de articulação de

todas as medidas.

O desejo de reintroduzir na vida quotidiana, as condições naturais parece, à primeira vista, aconselhar uma maior extensão horizontal das cidades;

5. Mas a necessidade de regulamentar as mais diversas actividades, segundo a duração do trajecto solar se opõe a esta concepção, cujo inconveniente é in1por as distâncias que não têm relação com o tempo disponível.

É a habitação que está no centro das preocupações do urbanista e o jogo das distâncias será regulamentado de acordo com 1 sua posição no planeamento, em conformidade com a jornada solar de vinte e quatro horas, que ritma com as actividades dos homens e dá a justa medida a todos os seus empreendimentos.

6. As novas velocidades mecânicas convulsionaram o meio urbano instaurando o perigo permanente provocando o engarrafamento e a paralisia dos transportes comprometendo a higiene. Os veículos mecânicos deveriam ser agentes liberadores e, pela sua velocidade, trazer um ganho apreciável de tempo.

Mas, a sua acumulação e concentração em certos pontos tomaram-se, num só tempo, na dificuldade para a circulação e a ocasião de perigos pern1anentes. Além disso.

Eles introduziram na vida cidadina, inúmeros factores tidos como prejudiciais à saúde. O princípio da circulação urbana e suburbana deve ser revisto com urgência. Deve ser feita uma classificação das velocidades disponíveis a reforma do zoneamento, harmonizando as funções-chave da cidade, criará quanto a nós, vínculos naturais cujo fortalecimento será previsto pelo menos numa rede racional de grandes artérias.

7. O zoneamento, levando em consideração as funções-chave habitar, trabalhar e recrear-se, ordenará o território urbano. A circulação, esta função, só deve ter um objectivo, o de estabelecer uma comunicação proveitosa entre as outras e são inevitáveis as grandes transformações, a cidade e a sua região devem ser munidas de uma rede exactamente proporcional aos LISOS e aos fins, e que constituirá a técnica moderna da circulação, será m nosso entender, preciso classificar e diferenciar os meios de transporte e estabelecer para cada um deles um leito adequado à própria natureza dos veículos utilizados.

A circulação assim regulamentada torna-se numa função regular e que não impõe nenhum incomodo a estrutura da Habitação ou dos locais de trabalho.

O urbanismo é ciência de três dimensões e apenas de duas. É fazendo intervir o elemento altura que será de uma solução para as circulações modernas, assim como para lazeres, mediante a exploração espaços livres assim criados.

8. As funções-chave habitar, trabalhar e recrear-se desenvolvimento no interior de volumes edifica submetidos a três imperiosas necessidades: espaço suficiente, sol e aeração. Esses volumes não dependem apenas do solo e das duas dimensões, mas e sobretudo de uma terceira, a altura e levando em o consideração à altura que o urbanismo recuperará os terrenos livres necessários às comunicações e os espaços úteis de lazer preciso distinguir as funções sedentárias, que se desenvolvem no interior dos volumes - onde a terceira dimensão desempenha o par mais importante - das funções circulação das quais e, utilizando apenas duas dimensões, estão ligadas ao solo, para as quais à altura só intervém excepcionalmente e pequena escala, no caso, por exemplo, das mudanças de nível destinadas a regularizar certos fluxos intensos de veículos.

9. A cidade deve ser estuda, no conjunto da sua região influência, um plano da região substituirá a nosso ver, o simples plano municipal, o limite da aglomeração será função do raio da sua acção económica, os dados de um problema de urbanismo são fornecidos pelo conjunto das actividades, que se desenvolvem não somente na cidade, mas em toda sua região da qual ela é o centro.

A razão de ser da cidade dever procurada e expressa, em cifra que permitirão prever, para futuro, as etapas de um desenvolvimento plausível, o mesmo trabalho aplicado às aglomerações que fixarão para cada cidade envolvida pela sua região, tem um carácter um destino próprios.

Assim, cada uma delas tomará o seu lugar e : sua classificação na economia gera do país. Resultará disso uma delimitação clara dos limites da região este é o urbanismo total, capaz de levar o equilíbrio à região e ao país A cidade, definida desde então como uma unidade funcional deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo de espaços e ligações onde poderão se inscrever equilibradamente as etapas de seu desenvolvimento A cidade adquirirá o carácter de uma empresa estudada de um planeamento geral.

6.8 Grupo desenvolve quatro novos projectos imobiliários de alto padrão em Luanda

Jornal de Angola 17 de Março de 2009

O grupo angolano Casimóveis está a investir USD 50 milhões na construção de condomínios de alto padrão em Luanda. As obras arrancaram em Dezembro de 2008 e deverão terminar no segundo semestre de 2011. O director-geral da empresa, Celso Correia, que avançou essa informação ao JE, disse que o projecto se enquadra no âmbito da requalificação das zonas urbanas de Luanda e abrange as áreas da Ilha de Luanda, Benfica, município de Cacuaco e da Ingombota, mais propriamente na rua Rainha Njinga.

Na Ilha de Luanda, estão a ser erguidos dois edifícios residenciais e um comercial, de nove pisos cada. Denominado "Ilha Flor", o condomínio de alto padrão localizado junto ao Palm Beach, ocupa uma área total de construção de oito mil metros quadrados, com apartamentos do tipo T1, T2 e T3.

Terá ainda 80 suites e estará equipado com piscina, esplanada, ginásio, sistema integrado de segurança 24/24 horas, além de elevadores inteligentes e circuito fechado de TV.

Há seis meses no mercado, o grupo presta também serviços de consultoria, venda de imóveis e construção de complexos habitacionais.

Projectos inovadores

Além do condomínio "Ilha Flor", o grupo participa da construção de outros edifícios residenciais e comerciais na capital. No município de Cacuaco, a Casimóveis trabalha na edificação do condomínio "Jasa Ville", com 94 vivendas, numa área total de cinco hectares. Todas as residências vão ter cinco a três quartos, com escritórios, WC, cozinha e ainda equipadas com fogão, exaustor, armários básicos, piscina e área para estacionamento...

Primeiro no município

O empreendimento, o primeiro de grande porte a surgir naquele município, contará ainda com uma zona reservada para um espaço comercial com diversos tipos de lojas, serviços bancários e escolas.

Enquanto o grupo Casimóveis constrói as casas na zona da Ilha de Luanda e de Cacuaco, na rua Rainha Njinga surgirá o "Indiango", um complexo de duas torres, de 14 andares cada, e que ocupará uma área total de 1.550 metros quadrados, com vista privilegiada para o centro da cidade.

Ainda irá contemplar apartamentos do tipo T3, um espaço amplo para lazer, proporcionando espaços diferentes como ginásio, restaurante, salão de festas, piscina colectiva, campo polidesportivo, geradores e reservatórios de água.

Alta Vista

"Alta Vista" é o outro condomínio que está a ser construído na zona do Benfica, junto ao Lar Patriota, com 64 vivendas, do tipo T3 e T4, numa zona de três hectares. A zona habitacional irá ofertar aos moradores uma loja de convivência, ginásio, salão de festas, piscina colectiva, bar molhado, reservatório de água, um grupo gerador e segurança 24/24 horas.

Segundo Celso Correia, todas as casas estão a ser erguidas com a mais moderna tecnologia, respeitando sempre os padrões mais recentes de construções adoptados internacionalmente.

Apesar de a empresa desenvolver vários projectos imobiliários na capital, a fonte avançou somente os preços das casas do "Ilha Flor". Nesse projecto, os imóveis custam USD 416 mil a 448, com o pagamento a ser efectuado até 24 prestações. "O valor dos empreendimentos varia em função do tamanho de cada apartamento, ou seja, para compra ou reserva de uma unidade será depositado 30% do valor sobre o imóvel desejado", afirma Celso Correia. Para a concretização dos planos, o grupo empresarial conta com a parceria de consórcios nacionais e estrangeiros. Além disso, o grupo Casimóveis beneficiou de um empréstimo de uma instituição bancária indiana.

6.9 Empresa lança projecto habitacional de média e alta renda nos Ramiros

Jornal de Angola 21 de Março de 2009

A empresa Southnet Angola vai construir 816 vivendas em Luanda. Designado "Praia da Onça", o projecto habitacional está orçado em 690 milhões de dólares norte-americanos.

O projecto foi lançado terça-feira e segundo o sócio-gerente, Amadeu Silva, vai empregar mais de 4.500 jovens. Aquele responsável acrescentou ainda que serão criados 500 postos de trabalho por tempo determinado.

Situado a 25 km a Sul de Luanda, junto aos Ramiros (Barra do Kwanza), o projecto vai ser implementado por empresas chinesas e sul-africanas. A fiscalização estará a cargo de empresas nacionais.

Dirigido a pessoas de média e alta renda, o projecto

habitacional terá casas de vários modelos, indo de 250 a 450 metros quadrados. As residências de topo custarão 1,8 milhão de dólares. A sua construção estará terminada num prazo de três anos num terreno já loteado.

"O empreendimento vai ser edificado com infra-estruturas urbanas e principais serviços disponíveis, como lojas, áreas de lazer, banco comercial, hotel, entre outros serviços de capital nacional", acrescentou Amadeu Silva.

O empresário disse que o projecto é de angolanos com parceria estrangeira a vai construir 600 casas de luxo a serem comercializadas ao preço de dois mil dólares por metro quadrado. "O objectivo do projecto é também o de descentralizar administrativamente os serviços prestados na cidade de Luanda".

Amadeu Silva esclareceu que a empresa vai alargar os prazos de pagamento para além do período de construção, de modo a diminuir o valor das prestações mensais, normalmente suportadas pelos clientes.

6.10 Sita José quer parceria privada para o programa habitacional

Jornal de Angola 23 de Março de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, Sita José, trabalhou na cidade do Huambo, para sensibilizar e mobilizar empreendedores do sector privado a participarem no Programa Nacional de Habitação, previsto para os próximos quatro anos.

Sita José, que encerrou também a visita de trabalho de três dias levada a cabo pelo seu Vice-ministro, José Ferreira, reuniu com empresários locais, com quem dialogou sobre as estratégias em termos urbanísticos para o quadriénio 2009/2012.

No encontro, que foi testemunhado pelo governador do Huambo, Albino Malungo, o ministro referiu que as actuais condições da economia angolana levam à constituição de parcerias estratégicas entre os sectores público e privado para promover o projecto global habitacional de um milhão de casas, 500 mil das quais para a zona rural.

Sendo metas genéricas nacionais, o sector, de acordo com Sita José, precisa de ter uma visão clara sobre o défice ou necessidades quantitativas de habitações em zonas urbanas e rurais, para definir o esforço a realizar na execução do programa, no âmbito das reservas fundiárias.

"Estamos a dialogar com os empreendedores privados, porque temos conhecimento de iniciativas e de algum interesse por parte deles, que precisam de enquadramento para que juntos alcancemos os objectivos sociais do programa habitacional", reiterou Sita José.

A filosofia do Ministério da Habitação e Urbanismo é realizar urbanizações em zonas fundiárias de modo a que todas as famílias sejam enquadradas neste processo, sem exclusão social.

Foi criado o sistema de promoção habitacional de interesse social, que vai beneficiar as famílias de baixos e médios rendimentos, com acesso ao loteamento e arruamento de espaços, instalação dos sistemas de água potável e energia eléctrica e outros serviços sociais, como educação e saúde.

Outro sistema está ligado às urbanizações, destinadas a responder às necessidades das populações ou famílias de médio e alto rendimento, onde a construção habitacional é da iniciativa do sector privado.

Como encorajamento aos empresários privados, Sita José deu a conhecer que o Governo continua a elaborar o estudo de viabilidade para, numa primeira fase, instalar no país unidades de produção de material de construção civil, com vista a minimizar os custos.

O governador do Huambo, Albino Malungo, mostrou, na ocasião, disponibilidade em apoiar o Programa Nacional de Habitação, tendo em conta a necessidade habitacional com que a província se depara.

A delegação do ministro do Urbanismo e Ambiente já se encontra na capital do país e foi integrada, além do vice-ministro, José Ferreira, pelos directores nacionais do Ordenamento Territorial, do Ambiente; do Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola (IGCA) e do gabinete jurídico. A delegação trabalhou nas províncias de Benguela, Kwanza-Sul e Huíla, antes de se deslocar ao Huambo.

6.11 Urbanismo quer parceria privada para lançar programas habitacionais

Jornal de Angola 24 de Março de 2009

O ministro angolano do Urbanismo e Habitação, Sita José, procurou, no sábado, na cidade do Huambo, sensibilizar e mobilizar empresários privados a participarem no Programa Nacional de Habitação previsto para os próximos quatro anos.

Sita José reuniu-se com empresários locais com quem falou sobre as estratégias do sector urbanísticos para o quadriénio 2009/2012:

No encontro, que, contou com a presença do governador do Huambo Albino Malungo, o ministro referiu que as actuais condições da economia angolana permitem, piorar parcerias estratégicas entre os sectores público e privado interessados em participar no projecto de construção de um milhão de residências, 500 mil das quais para a zona rural.

De acordo com Sita José, sector precisa de ter uma visão clara das necessidades de residências nas zonas urbanas e rurais, de forma a definir-se o esforço a realizar na implementação do programa, no âmbito das reservas fundiárias.

"Estamos a procurar dialogar com os empreendedores privados porque temos conhecimento de iniciativas, e de algum interesse por parte da classe, que precisam de enquadramento para juntos alcançarmos os objectivos sociais do programa habitacional", reiterou Sita José.

A filosofia do Ministério é realizar urbanizações em zonas fundiárias, de modo a que todas as famílias sejam enquadradas neste processo.

No quadro do programa foram criados dois subsistemas, um na vertente da promoção habitacional de interesse social, que vai beneficiar as famílias de baixa e média renda, com acesso ao loteamento e arruamento de espaços, instalação dos sistemas de água potável e energia eléctrica e outros serviços sociais, como educação e saúde.

O segundo subsistema esta virado para as família de média-alta e alta renda, onde a construção é da iniciativa privada.

Como encorajamento aos empresários privados, Sita José deu a conhecer que o governo continua a elaborar o estudo de viabilidade para, numa primeira fase, instalar no país unidades de produção, com vista a minimizar os elevados custos de importação.

O governador do Huambo, Albino Malungo, manifestou disponibilidade para apoiar o programa nacional de habitação, tendo em conta as necessidades que a província tem nessa área, onde existem muitos desmobilizados e populações com casas precárias.

6.12 Começou a ser desmantelada grua do prédio da Lagoa do Kinaxixe

Jornal de Angola 25 de Março de 2009

Os moradores do "prédio da lagoa do Kinaxixe", na Rua Luther King, vão ser alojados, dentro de dez meses a um ano, num local digno e seguro, disse, ontem, o vice-governador de Luanda para a área Técnica, Bento Soito.

Bento Soito fez a revelação quando assistia ao início dos trabalhos de remoção da grua de apoio às obras de construção do prédio, no local há mais de 30 anos.

Bento Soito disse não estar, ainda, definido local onde vão ser construídas as casas para os moradores do prédio inacabado, mas, garantiu, dentro de dez meses a um ano, estão criadas condições para eles serem transferidos para habitações dignas e seguras.

Os trabalhos de remoção da grua começaram ontem com a armação de cinco gruas auxiliares nas zonas laterais do edifício. Só depois é que se retira a grua maior, que tem provocado fendas no edifício, pondo em risco a vida dos moradores.

O prédio, de 16 andares, foi visitado no ano passado pelo Governo Provincial de Luanda, que pretendia, já na altura, proceder à remoção da grua, mas por questões de segurança não foi possível fazê-lo. Devido às obras, a rua vai ficar interditada durante uma semana, revelou o vice-governador de Luanda, Bento Saio.

"A primeira vez que cá estivemos tentamos que comessem os trabalhos de desmontagem da grua, mas verificámos que um cabo da grua apresentava pontos de ruptura. Por razões de segurança tivemos de adiar a operação", disse o vice-governador. Bento Soito sublinhou que várias empresas foram contactadas para a execução do trabalho, mas apenas a portuguesa Soares da Costa respondeu à proposta, por: ter condições para a execução do trabalho, que requer alguns meios técnicos e um certo grau de perigosidade.

6.13 Auto-construção dirigida foi alargada às comunas

Jornal de Angola 27 de Março de 2009

Os habitantes de algumas comunas da província do Kwanza-Norte vão beneficiar brevemente de projectos de auto-construção dirigida.

O vice-ministro do Urbanismo e Habitação, José dos Santos da Silva Ferreira, disse terça-feira, em

Ndalatando, que o material para a construção das casas de baixa renda será ofertado.

José Ferreira, que proferiu tais declarações durante um seminário de capacitação de administradores municipais sobre as reservas fundiárias, fez saber que áreas urbanas serão igualmente beneficiadas com projectos de auto-construção dirigida e que o material de construção será vendido a baixo preço.

O Ministério do Urbanismo e Habitação irá assumir o financiamento da urbanização da sede provincial, (Ndalatando), onde serão melhorados um total de 150 mil hectares.

Segundo o vice-ministro do Urbanismo e Habitação, as áreas onde houver casas velhas serão requalificadas, incentivando deste modo o desenvolvimento das províncias.

José Ferreira disse ainda que as casas de baixa renda ou sociais custarão cerca de 30 mil dólares e deverão ter uma área mínima de 80 metros quadrados. As de média e alta renda rondarão os 100 mil dólares.

6.14 A suja vida nos prédios degradados ou como ter a morte à espreita (fim)

Semanário Angolense 21 a 28 de Março de 2009

Quando, na penúltima semana de Dezembro do ano findo, nos propusemos descortinar a triste realidade de alguns prédios em Luanda e o modo de vida lastimável a que estão sujeitos alguns cidadãos da capital, não se podia prever as surpresas com que nos depararíamos. Foi preciso algum esforço para nos acostarmos às imagens que por muito tempo ficaram estampadas na nossa retina.

Para muitos angolanos, situações como as que vimos no Prédio Sujo do Marçal, no Prédio da Lagoa do Kinaxixe e até mesmo no Prédio da Cuca (também no Kinaxixe, não passam de relatos emocionantes. Os edifícios citados (que no fundo são reflexos de tantos outros) apresentam graves problemas: desde o saneamento básico precário à falta de energia eléctrica, passando pelas escadas sem corrimão e pelos montões de lixo que parecem «adorná-los» de uma forma geral, enfim.

Um sem número de situações hostis que perigam a sobrevivência de qualquer ser humano. Devido ao saneamento básico precário, os habitantes desses prédios, principalmente crianças, estão propensos a contrair inúmeras doenças. Algumas campanhas de

limpeza são organizadas no intuito de minimizar os riscos, mas mais parecem uma tentativa de se separar o fogo da gasolina com uma colina de palha. Foram três edições, três páginas.

Nada suficientes para retratarem na íntegra o modo de vida lastimável e o perigo que correm todos que fazem desses edifícios as suas moradias, tão pouco o sentimento de insatisfação que corrói a sua alma ou ainda o desejo de verem as suas vidas melhorada.

Segundo alguns especialistas na matéria, a degradação acelerada deriva, principalmente, da má conservação dos edifícios e da falta de manutenção.

O assentamento também figura na lista de factores que põem em risco a vertical idade dos edifícios. Quando muito acentuados, estes assentamentos podem culminar em desabamentos, Deus que seja surdo.

Há um no universo de métodos ligados à engenharia que permite estudar o estado do imóvel, determinar se ele sofreu um assentamento, se tem alguma desvio planimétrico. «Nos edifícios existem marcas que durante a construção se conhecem, chamadas de marcas de monitoramento. Elas permitem que, periodicamente, sejam realizadas observações nos edifícios com o objectivo, não só de determinar o assentamento do edifício, como também o seu tempo de vida», disse João Silva, geógrafo e docente universitário.

No caso do Prédio Sujo do Marçal, verifica-se que o edifício tem 10 por cento de assentamento lateral e uma enorme fissura. Sobre o caso, o nosso interlocutor disse que é preciso estudar a evolução do assentamento.

«No caso específico do Prédio Sujo do Marçal, não sei como foi determinado o assentamento, que meios foram usados para determiná-la, mas, de qualquer forma, quando se detecta que um imóvel está a sofrer um assentamento bastante elevado ou preocupante num período de tempo muito curto, é preciso que se tomem medidas para evitar consequências graves, que incluem o seu eventual desabamento», referiu. Entretanto, não se sabe ao certo se o assentamento do Prédio Sujo do Marçal tem avançado e em que ritmo.

A GRUA QUE RESISTE

Na segunda semana do mês passado, o Governo Provincial de Luanda anunciou a retirada da grua que fica junto ao Prédio da Lagoa do Kinaxixe, pouco depois da publicação do primeiro número dessa série. A medida foi bem aceite e aplaudida pelos cidadãos. «lá não era sem tempo», regozijou-se um morador do

prédio.

O edifício em análise tem a sua base de sustentação fragilizada, facto que coloca em risco a vida dos que escolheram aquele prédio inacabado para se abrigar.

Segundo o vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soyto, que falava para a Televisão Pública de Angola, a grua será removida por uma questão de segurança, já que «existem neste momento sinais de oxidação». A grua, com mais de 100 metros de altura, encontra-se no local há cerca de 36 anos. Foi a Soares da Costa a empresa escolhida para efectuar a sua remoção, sendo que no momento está a retirar os montões de lixo à volta do prédio, como preparação para a operação principal, cuja duração já ultrapassou os prazos inicialmente esperados.

Sobre este exercício muito foi dito, com algum pormenor até. Porém, o mais importante não foi dito: quando é que serão evacuados os moradores.

CONSELHOS ÚTEIS

É facto consumado que os moradores desses prédios correm sérios riscos e a medida do governo da província confirma isso. A questão é: será que estamos à espera que se repita o que ocorreu com o prédio da DNIC?

Ainda sobre o assunto, fontes ligada ao Laboratório de Engenharia de Angola garantiram-nos que os prédios da Cuca, Sujo do Marçal e da Lagoa do Kinaxixe já receberam visitas de técnicos do LEA, com base nas quais foram produzido relatórios sobre o estado das suas estruturas.

Em meio disso, João Silva aconselha a todos que têm moradias nesses prédios e noutros a pautarem-se pela preservação dos edifícios. A má conservação do imóvel pode acelerar a sua degradação e diminuir o seu tempo de «vida».

«É preciso evitar muitas cargas nos edifícios, evitar tanques de grande capacidade porque um prédio está preparado para suportar um determinado peso. Evitar também obras complementares que se vão fazendo nos edifícios, especialmente nos terraços», aconselhou.

6.15 Carta à governadora de Luanda

Semanário Angolense 21 a 28 de Março de 2009

Exma. Senhora Governadora da Província de Luanda
Queira aceitar os meus cumprimentos.

Não sei o que lhe diga. Nasci fora daqui mas as circunstâncias da vida trouxeram-me para cá. Não me tornei Caluanda, mas por dever de cidadania passei a

interessar-me pela forma como Luanda é Governada. Li a sua entrevista de 23.01.09 ao Novo Jornal, que achei recheada de moderada dose de bom senso, com afirmações tímidas do género não prometo nada. Estranho, mas ainda assim espero que não seja o contraste com o que vi ser feito, logo a seguir. Que não seja só para "fazer de conta».

Vejamos porquê?

1 - Então aquilo que se fez no Kinaxixe faz-se? Tanto aparato, com tanta gente vestida à maneira, equipas de TV, de jornais e rádios em directo, fazendo relatos da descida virtual da grua como se de um desafio de basquetebol se tratasse, o trânsito impedido dias seguidos e as escavadoras a removerem o fétido lixo de anos, com os moradores em entrevistas inquietados pela possibilidade de serem igualmente removidos junto e como se fossem a mesma coisa. E no final de contas, nem a grua desceu, nem o lixo saiu e pelo contrário, o lugar ficou ainda pior do que estava antes. A rua virou lagoa, as ratazanas ficaram assustadas e fugiram, os gatos e as garças continuaram a alimentar-se e as pessoas, sempre tratadas como trapos velhos, ficaram mais inseguras sobre o seu destino. Ou V. Exa acha que as cóleras, os paludismos, os tétanos e a raiva são obra do Kapeta?

2 - O despotismo do derrube do mercado do Kinaxixe consumou-se! Não seria mais sensato preparar um lugar onde os moradores da zona pudessem passar a guardar os seus automóveis, em substituição dos lugares que lhes foram subtraídos? Por exemplo, nas traseiras do prédio CUCA que também é só e também lixo?! E os passeios para as pessoas, cadé?! Ou elas não vão circular mais? Ou esse não é um dever da Municipalidade?

E isto no lugar onde a nossa história nos lembra, e bem, o orgulho de termos tido uma Rainha como N'Jinga M'Bandi. Que respeito lhe venera a Sra. e os seus antepassados, todos cúmplices na profanação dos mais sagrados dos nossos valores, com tanta simplicidade e em meio a tanta impunidade? O que se está a passar com o surto de raiva, Sr." Governadora aperta o coração dos mais empedernidos e aumenta a «RAIVA» de qualquer um. Ao menos sinta como as médicas que de impotência e de dor choram, por não ter como tratar e salvar os seus doentes, crianças imprescindíveis à vida de suas Mães, a serem-lhes arrancadas para sempre.

Não negue os seus munícipes, não escarneje dos seus anseios, não despreze as suas necessidades. Doseie a soberba e a indiferença que caracterizou a acção de todos quantos lhe antecederam. São certamente essas as atitudes que germinam os rancores, que alimentam os

ressentimentos duradouros e que abrem inexoravelmente possibilidades ao direito à desobediência.

3 - O trânsito na cidade é uma rin'binza. Não sei o que lhe aconselhar, mas ao menos sugiro-lhe o que não deve consentir.

Não conceda as fachas de rodagem para que estaleiros de obras se possam instalar livremente. E quando for estritamente necessário que o faça, ao menos aplique uma taxa dissuasora do desleixo, para quem mantiver blocos e tapumes por tempo indefinido, mesmo depois da obra pronta. O que esperava pois que viesse a acontecer, com o que foi consentido ao longo de toda a Av. Rainha N'Jinga? E na descida da Robert Hudson? (esta de fechar a rua dos Coqueiros dias a fio, para pintar os prédios com grua por causa do CAN, oh senhora Governadora! l. Disfarçar o quê?

A cidade está cheia de obstáculos à fluidez, que sem dúvida são um dos maiores contribuintes para o caos que está enraizado na agonizante cidade. Ou essas horas e as consequentes perdas não são para contabilizar no cálculo do produto nacional? Lembre-se que também há o caos organizado e o caos irreversível. Veja o que se passa em Lagos, Nova Deli e Banco que.

4 - Não mantenha as equipas de agentes de trânsito com o desempenho que os caracteriza. Lestos e notoriamente mal preparados, sempre juntos aos grupinhos de quatro, seis e mais, mas nunca onde são precisos; sempre ávidos de pentear candongueiros que, claro, criaram as suas defesas e os subornam, ganhando com isso o estatuto de intocáveis; eles mesmos um obstáculo pela má acção e pela inacção que não raro mais complicam que ajudam. Acordam tarde mas dormem cedo. E a Municipalidade sua refém, porque não tem transporte público alternativo. A TCUL é a mais insignificante das empresas de transportes urbanos.

As motinhas lindas em que se deslocam deixaram de lhes dar a aura de respeito e autoridade persuasiva que esses instrumentos conferem. Só os corredores Bus não vão resolver tudo; é preciso criar hubs na periferia, oferecer transporte colectivo alternativo de qualidade e taxar o estacionamento na baixa. E não é com parque zinhos de 120 lugares que vamos lá! Introduza à coordenação terra ar; a Policia tem uma frota razoável de helicópteros. As medidas paliativas circunstanciais não se destinam a modificar as conjunturas. Claro que se podem ter melhores agentes sem grande investimento! Experimente pedi-los à FAA, que tem o exército hoje felizmente organizado e disciplinado e ocioso, mas que não produziu só os bons Generais. Unifique as polícias e dê-lhes a mesma farda. Disse-lhe condições de fiscalizar e não de perseguir.

5 - Não gaste tanto em propaganda. Invista mais em programas de educação cívica. Bem estruturados, dirigidos por especialistas nacionais, com a presença de convidados líderes de audiência, a passar na TV na rádio e nos Jornais, com out doors sim mas visando educar, formar, disciplinar para civilizar. Não esqueça que temos um gravíssimo deficit de qualidade na educação que os seus responsáveis teimam por maldade ou por ignorância, não sei, omitir.

a coeficiente de exposição pública que vai demonstrando ter (à parte a sua beleza) reserve-o para quando estiver certa de uma apreciação mais segura da sua gestão. De contrário tornar-se-á mais vulnerável, porque sempre será comparada com o que terá feito já, de diferente. Não queira V. Exa. esquecer que os projectos têm de ter utilidade e justificação. Não basta anunciá-los, ter dinheiro e arrancá-los. A hipotético aeroporto por exemplo?!..... Bem nem dá para acreditar! A assim continuar a ser, jamais vamos poder alcançar a solidez estrutural das nossas contas públicas, o que em consequência fará que nunca conquistemos os atributos no plano internacional, por não estarmos a fazê-las depender dos créditos que tenham as nossas políticas internas.

6 - O projecto da Marginal, com franqueza! Ir fazer empréstimos de terras ao mar para construir edifícios exóticos, tipo das Arábias?! Quem responde por aquele espectáculo e quem seriam os moradores que iriam se pendurar naquelas janelas? Resta-nos a consolação de que a Kianda já ditou a sua sentença, como primeiro aviso: matou-lhe as palmeiras! Tenha cuidado, porque mesmo os reduzidos extractos da população que têm índices de consumo elevado têm maus padrões de vida.

7 - O abastecimento de combustível na cidade, parecendo ser um problema de somenos devia-a preocupar seriamente (queimam-se aí muitos milhões) pelo que transporta de efeitos induzidos. Ajude os incompetentes e pesporrentes homens da SONANGOL e exproprie terrenos para fins de utilidade pública, para que eles simplesmente possam instalar mais bombas de gasolina. E já agora porque não concessionam-las a outras marcas nacionais

E aproveite porque as maiorias servem também para esses actos de poder, saber e coragem. E quando sejam maiorias absolutistas, então!... Mude o discurso e aja diferente. Mas atenção Sra. Governadora ao produzir alterações de vulto retire da sua aura qualquer hipótese de a acusarem de ter pendor para o negócio e tineta para o enriquecimento.

Tudo indica que não terá recursos para tanto o que há a fazer. Essa e uma das condicionantes da dependência

do poder Central. Mas a sua oportuna condição de Ministra sem pasta, dá-lhe a vantagem de ter assento no Conselho de Ministros. Pois proponha a criação do Banco da Cidade, convidando para seus accionistas as empresas ricas do Estado (a ENANA é uma mina e o espaço à bancarização está aí todo aberto) as suas empresas municipais (coitadinhas só têm servido para dar dinheiro a ganhar às privadas) e os municípios por subscrição publica.

As classes dirigentes a que V. Exa. pertence e que têm pendor para o poder, alteraram os espaços de aproximação afectiva, pelo que hoje vivemos numa cidade que ignora o conceito de comunidade e de partilha, com demarcações por um lado dos guetos que ocultam injustiças e se tornaram alfobres de ressentimentos e por outro, os ditos condomínios cada vez mais fechados, onde as deformações sociais que os geraram demarcam bem as fronteiras entre os dois mundos em que Luanda se transformou. Excelência tem mais. Mas por hoje já me satisfaz que tenha lido estes meus sinceros desabaços.

6.16 No município da Ingombota edifícios clamam por socorro

Angolense 21 a 28 de Março de 2009

Na rua Comandante Valódia, no Kinaxixi, município da Ingombota, existem vários prédios com fissuras, as tintas gastas, alguns estão a descascar com o tempo, há um edifício, inclusive, que tem um buraco por baixo e outros têm amontoados de lixo.

Um exemplo disso é o prédio número 4, na rua Comandante Valódia. O edifício comporta seis andares e em cada andar existem dez apartamentos. As escadas estão esburacadas, há fissuras em todo o edifício, logo no primeiro andar existe um amontoado de lixo e cheira a nauseabundo.

"O nosso maior problema é esse lixo que vem do edifício ao lado. Este lixo misturado com água tem originado muitas doenças, por vezes nem nos apetece ficar em casa, devido ao mau cheiro. Tenho dificuldades em convidar os meus colegas para virem a que, porque tenho vergonha de viver num prédio, que está na cidade, mas cheio de lixo, preferia viver no musseque", lamentou Carla Mateus.

Suzana Azevedo, moradora, contou que já haviam arranjado um senhor para tratar da recolha do lixo, mas o mesmo se cansou. "Esses moradores do edifício ao lado não param de jogar lixo para aqui, por isso o senhor ficou cansado, já não sabemos mais o que fazer, nós vivemos num contentor de lixo, nos ajudem",

pediu.

O prédio número 147 e o 142, visto que ambos estão ligados. Este edifício tem sete andares e quarenta apartamentos. Logo na entrada se notam as rachaduras por tudo quanto é canto, as escadas não têm corrimão e nelas se encontra lixo, as paredes estão sujas.

No primeiro andar, deparamo-nos com alguns idosos, os primeiros habitantes do edifício. "Este edifício pertence a Defesa do Estado-maior General. Nós somos antigos combatentes e vivemos aqui desde o ano de 1978, o presidente Neto já nos deixou aqui", contaram.

Depois das apresentações os anciãos começaram a contar as dificuldades que enfrentam naquele edifício. "A que temos vários problemas, o prédio inteiro tem rachaduras, quando chove as águas entram nas casas e isso pode nos trazer doenças. Por vezes, penso que este prédio um dia vai cair. Por outro lado as escadas não têm corrimão e muitas crianças já cairão. Ainda na semana passada a minha neta caiu aqui, foi preciso levarmos-lhe no hospital, graças a Deus melhorou, mas não dá para continuarmos assim, se não um dia alguém vai morrer aqui", reclamou o ancião João Pedro.

Dionísio da Silva, outro idoso e morador do prédio 157, lamenta o facto de no seu apartamento não correr água. "A água aqui só corre até o segundo andar do terceiro ao sétimo não, para termos água temos que vir cartar aqui no primeiro e subir com os baldes até ao sexto, numa escada que não tem corrimão. Os que têm dinheiro compram mangueiras e colocam na torneira do primeiro andar e fazem subir até ao seu andar. Também sou angolano e quero ter água a correr no meu apartamento", pediu o mais velho.

Joana Diogo, outra moradora, lamentou o problema de infiltração, segundo ela essa situação se arrasta há mais de dois anos trazendo várias consequências. "Essas rachaduras que temos nas paredes se deve a infiltração, há também uma abertura que mede 15 centímetros exactamente na área que dividi os dois edifícios. Como vêm todos os vidros estão partidos e temos muitos problemas de energia, porque desde o ano passado que o quadro geral que abastece o prédio queimou até hoje os da EDEL não vieram reparar, por isso as constantes falhas de energia. Agora dependemos de puxadas, mas também não há sempre", explicou.

Domingas João, outra moradora, falou do problema de esgoto e de educação por parte da vizinhança. "A que muitos vizinhos quando vão despejar água misturam com lixo e acabam por prejudicar o sistema de esgoto.

Por outro lado a fossa tem dado muitos problemas, por vezes nem dá para passar ali em baixo, porque fica cheia e começa a transbordar", contou.

Depois de registadas as preocupações dos edifícios 157 e 142 rumamos para o edifício 107. O mesmo comporta seis andares e em cada andares existem oito apartamentos. As reclamações são as mesmas. Segundo Alberto Adão, morador, as intervenções para o embelezamento do edifício é feito pelos próprios moradores, mas só podem fazer alterações na parte interior, a exterior só o Governo pode mexer.

"Aqui há muitas rachaduras, já houve vezes em que parti alguma parede e nós contribuimos para a reestrutura-la.

Gostaríamos de poder melhorar a imagem da parte de fora do nosso edifício. Ai em baixo há grande buraco, as tintas das paredes de fora estão muito velhas, mas não nos permitem mudar", lamentou.

Diogo Coelho, morador, disse que tem vezes que nem a energia nem a água correm. "Ultimamente a energia falha muito, a água por vezes nem corre, somos obrigados a ir buscar água distante", lamentou.

O prédio 45 na rua Frederick Welwitschia, o problema maior e a construção nos terraços. Dois rapazes decidiram construir no terraço e isso está a causar bastantes embaraços na vizinhança. "Essa construção fez com que parte do nosso teto desabasse, quando chove aqui é como se estivéssemos na rua", reclamou Joana Sebastião, moradora. Disse depois que quando os novos moradores do terraço tomam banho, toda água suja cai para o seu apartamento. "A quilo está uma lixeira, a casa as vezes cheira fezes", frisou.

Domingas, outra moradora, disse que com as construções ficaram limitadas e ninguém mais tem acesso ao terraço. "Agora já não podemos organizar nada no terraço, porque eles ocuparam, mesmo quando temos festas somos obrigados a nos apertar nos apartamentos, porque eles são os donos do prédio", lamentou.

6.17 Antigos moradores do lar "Kikalanga" vivem em casebres

Angolense 21 a 28 de Fevereiro de 2009

Cem meninos, órfãos de guerra, provenientes de várias províncias, encontraram desde o ano 1991 até 2003 no lar Kikalanga uma residência, onde reconstruíram laços familiares, encontrando nos novos vizinhos companheiros na luta por um recomeço.

Durante doze anos esses rapazes eram cuidados pelo

Ministério de Reinserção Social e sobreviviam graças as doações e a pagamentos de alguns trabalhos que foram aprendendo como a serralharia, jardinagem, mecânica, entre outros. No lar eles dormiam em quartos comuns, com beliches, mas tinham energia, água e mesmo quando a comida faltasse bastava ir à rua que logo aparecia alguém interessado em algum trabalho como lavar carros ou ajudar alguém a trocar pneus ou a levar as compras para casa.

Num belo dia do ano de 2003, contaram os rapazes, receberam uma carta assinada por Maria do Céu, na altura responsável pelo MINARSS, dizendo que eles deveriam abandonar o lar, porque o espaço seria cedido para a construção de uma clínica adstrita a Sonangol e que numa primeira fase foram presos.

Inácio Mocivi, um rapaz que chegou no lar com nove anos de idade, proveniente do Bié, conta que foi preso por decidir permanecer no lar. "Isso aconteceu em 2003, estava com vinte anos. Após receber a carta da senhora Maria do Céu, dizendo que iríamos para as tendas, criamos um grupo e fomos ter com ela, na direcção do MINARSS, lhe avisamos que não sairíamos da nossa casa e que se isso tivesse que acontecer, então iríamos viver na direcção do MINARSS", começou por contar. Dada a reacção dos rapazes, segundo a fonte que temos vindo a citar, a responsável apresentou queixa a polícia e alegou que os rapazes haviam invadido a direcção.

"As vinte e três horas fui surpreendido, no lar, pelos polícias, completamente armados. Os polícias alegaram que tínhamos invadido a direcção do MINARSS e nos levaram para quarta esquadra, do Cassequel. Ficamos presos nessa esquadra durante vinte dias, depois fomos encaminhados para comarca de Luanda, onde ficamos mais dez dias. Depois de estarmos presos durante trinta dias, recebemos uma visita da comissão da dona Maria do Céu que nos pediu desculpas pelo que aconteceu e retirou a queixa.

O relato do jovem prossegue com as lembranças do que aconteceu naquela altura. "Levaram-nos de volta ao lar e nos prometeram que as primeiras casa seriam entregues aos que foram presos", contou. Acrescentou em seguida que postos no lar receberam cobertores para sobreviverem nos primeiros dias. Ficaram nesta situação durante uma semana, visto que na semana seguinte apareceu um camião de mudança, para sete famílias, mas que levou cem rapazes para o Camama, no condomínio da cams.

Uma equipa do

I

Angolense dirigiu-se ao referido condomínio para ver de perto como vivem esses rapazes. Foram necessários mais de quinze minutos para sairmos do Camama sede até ao condomínio da "Cams" (nome adoptado, segundo os moradores, pelo facto de o empreiteiro ter sido uma empresa contratada pela Sonangol que tem o mesmo nome). A via está muito esburacada. Enquanto caminhávamos nos deparamos com várias outras construções habitacionais, como o condomínio do BCI, BPC e do Jardim do Éden.

Chegamos ao condomínio da "Cams" quando o relógio marcava doze horas. As casas foram erguidas num amplo terreno que não foi adoptado, não têm quintal, as ruas não são asfaltadas. Percorremos um longo caminho dominado pelo capim intercalado por casas gémeas, a maior parte delas não rebocadas. O calor por aquelas paragens é intenso, apenas amenizado por algumas árvores.

Os moradores aguardaram-nos debaixo de um cajueiro. Foram eles que nos guiaram na visita que fizemos ao condomínio, sob um sol ardente que chega a ferir os olhos. A primeira residência que visitamos tem portas de chapa do mesmo tipo que foi usado no teta. Entretanto, a cobertura não é segura, pois as chapas não foram grampeadas. Dois quartos, uma sala, uma cozinha e um quarto de banho são as divisórias da casa que já apresenta sérias fissuras, ameaçando cair a qualquer instante.

Segundo os moradores, essa situação se deve ao facto de, na construção, o empreiteiro não ter usado pilares e vigas. No quarto de banho havia uma latrina (um buraco feito de cimento que se utiliza na ausência de uma sanita) e um espaço para o banho, feito de cimento.

De acordo com os moradores, o calor que faz naquelas residências é insuportável. "Todas as noites a minha bebé não consegue dormir devido ao calor", lamentou Rui Adão Simão, responsável pela comissão dos moradores.

Enquanto conversávamos, dentro daquela residência, um dos moradores começou a sentir-se mal devido o nervosismo. "Ele se preparou para falar convosco sobre o nosso sofrimento, como não conseguiu, ficou nervoso, por isso está a passar mal", explicou-nos um dos moradores, no momento pias e está pintada de cor castanha e as paredes de cor creme. As portas estavam fechadas, mas, pelos vidros da janela, deu para ver que o chão tem mosaico e que no quarto de banho, diferente dos outros, há uma sanita e um lavatório.

Depois de terminamos as visitas, sentamos em baixo

dum cajueiro e os moradores começaram a falar das suas dificuldades e do seu descontentamento.

Rui Simão, responsável pela comissão dos moradores, disse que não estão satisfeito com a empresa encarregue das obras porque não honraram com o acordo, visto que foram apresentadas casas modelo bem construídas, enquanto que a construção não condiz com o que inicialmente foi prometido.

"Para além da falta de energia eléctrica e de água potável, não temos nenhuma segurança. As nossas casas foram feitas sem quaisquer sustentação de pilares, alicerces, nem estão rebocadas. Poderão ver, senhores jornalistas, as grandes rachaduras dentro e fora das casas. Em pleno século XXI, usamos latrinas, as nossas casas cheiram mal, a fossa está entupida. Porquê que até agora não temos água canalizada, nem postos de energia?", interrogou Rui, com lágrimas escorrendo pelo rosto. Lembrou depois que quando foram viver naquele bairro o local era dominado por capim. "Quando chegámos aqui as cobras e os coelhos é que nos faziam companhia. Tudo isso era uma mata. Só para apanhar o táxi íamos a pé até ao Golf II. Agora, depois de sofrermos tudo isso, é assim que nos pagam? A culpa é do responsável pela obra, que para além das má condições em que vivemos, ainda se beneficiou de dois blocos que equivalem a oito casas, que estão fechadas e estão sobre controle de seguranças completamente armados, quando estas residências poderiam muito bem ser dadas para deslocados que carecem de ajuda", acusou. O morador lamentou, por outro lado, que o salário que ganha não chega para sustentar a sua família. "Ganho quinze mil kwanzas e tenho de sustentar seis pessoas. Por semana gasto novecentos kwanzas de táxi só para poder chegar até a cidade, aumente a papa, o leite e a água que tenho que comprar. Se não fosse por alguns trabalhos extras que faço não conseguiria sobreviver", disse.

Fernando Van-Basten, de trinta e dois anos de idade, Secretário da comissão dos moradores, também mostrou a sua preocupação no que diz respeito à falta de saneamento básico, à falta de uma escola e de um posto médico.

"Somos obrigados a defecar no capim, porque a água é muito cara, um baldo custa 80 Kwanzas. Apesar de sermos deslocados também merecemos ter uma vida estável, nessas condições nos sentimos excluídos do nosso próprio país.

Os nossos filhos não conseguem estudar porque aqui não temos nem escola, nem posto médico, corremos risco de vida. Não quero que os meus filhos tenham a pouca sorte que eu tive, peço que o Governo faça

alguma coisa em prol deles", pediu com os olhos marejados de lágrimas.

De acordo com os moradores, dadas as péssimas condições de vida a que estão expostos, um senhor acabou por morrer. "Um vizinho, depois de um ano vivendo aqui, por falta de apoio para sobreviver, chegou, inclusive, a ser abandonado pela mulher. Devido a fome, o senhor suicidou-se. Dois dias depois apareceu morto em sua própria casa, contaram.

"Quando viemos parar aqui prometeram-nos que receberíamos casas em condições e com os bens de primeira necessidade, como com cama, beliche e fogão mas por azar dos azares não tivemos acesso à esta quantia, porque sentimos que as pessoas que deram este processo ficaram com tudo", acusaram. Informaram, no final, que estão a fazer um abaixo-assinado para o Presidente da República, com o objectivo de verem os seus problemas resolvidos. "Estamos cansados de sofrer, por isso estamos a fazer uma campanha de recolha de assinatura de todos os descolados do condomínio para enviar ao Senhor Presidente da república para ver se nos ajudem a minimizar o nosso problema, concluíram.

Dirigimo-nos à sede da Sonangol na segunda-feira, 16, às dez horas da manhã, para recebermos esclarecimentos sobre o caso, mas a recepcionista disse-nos que devíamos nos dirigir ao edifício antigo para falar com a doutora Conceição. Assim o fizemos. Já no local, a secretária disse-nos que a mesma não se encontrava e que devíamos voltar para a sede, porque as matérias de construções são tratadas na direcção de engenharia. Mais uma vez seguimos as instruções mas sem êxito, porque a recepcionista disse-nos que devíamos falar com o director de Comunicação e Imagem. Entretanto, o mesmo não se encontrava na empresa, pelo que nada podia fazer. Decidimos ligar para o telemóvel do director de Comunicação e Imagem, mas não fomos atendidos em nenhuma ocasião.

7 TERRA

7.1 Vice-Ministro do Urbanismo avalia as reservas fundiárias

Jornal de Angola 20 De Março de 2009

O vice-ministro do Urbanismo e Habitação, José Manuel Ferreira, está na província do Huambo para averiguar as reservas fundiárias disponíveis para a execução do programa habitacional do Governo angolano, previsto para o período 2009-2012.

José Ferreira, acompanhado de uma delegação técnica, chegou ontem ao Huambo e foi recebido pelo governador Albino Malungu com quem tratou questões relacionadas com o desenvolvimento de projectos de urbanização que vão ser executados nas reservas fundiárias, cujo programa foi aprovado em 2008 e sobre a construção de casas.

O vice-ministro do Urbanismo deu a conhecer que o seu ministério vai financiar a urbanização das reservas fundiárias das capitais das 18 províncias de Angola, por isso, visita as direcções provinciais do sector.

Os trabalhos de urbanização vão incidir no loteamento dos terrenos disponíveis e instalação de sistemas de energia eléctrica e água canalizada.

No Huambo, o vice-ministro, que efectua uma visita de trabalho de três dias, vai visitar as reservas fundiárias dos municípios do Huambo, Caála e Bailundo.

José Ferreira, que já efectuou actividades do género nas províncias

de Benguela, Kwanza Sul e Huíla, vai ter hoje uma reunião com os administradores municipais, comunais e autoridades tradicionais para esclarecer quais são os responsáveis com competências para emitir títulos de licença a nível das áreas de jurisdição.

Para hoje está programada uma reunião com empresários locais do sector imobiliário. O encontro é presidido pelo ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José.

No quadro da execução do programa habitacional, que inclui também projectos ambientais, o vice-ministro do Ambiente, Mota Liz, efectua, também, uma visita de trabalho à província do Huambo.

7.2 Um olhar às terras do fim de Luanda

Agora 21 de Março de 2009

Quando se fala da província de Luanda e da sua divisão em nove municípios, gente há que, por só conhecer o centro da cidade e os bairros que a circundam, não fazem ideia da dimensão do território assim designado e muito menos do que se vai fazendo nesses espaços.

Numa altura em que muito se fala de requalificações e de melhorias das condições de vida dos cidadãos e moradores de Luanda, coisas há que se vão fazendo e que não se compreende muito bem. Enquanto em alguns locais constroem-se bairros, condomínios, moradias e demais infra-estruturas devidamente organizadas, urbanizadas e qualificadas, em outros, as coisas são feitas como cada um quer, deixando antever a anarquia dos antigos musseques, alguns dos quais já alistados para requalificação. Mas, o que vale requalificar bairros antigos, com todos os gastos e transtornos que isso causa, enquanto nos espaços vazios, mesmo naqueles considerados reserva, estão a aparecer novos bairros sem o mínimo de condições necessárias à vida humana, sob o olhar de quem devia, ao menos, pôr ordem na irregularidade?

Tudo começa com uma invasão de terrenos por algumas pessoas, sobretudo militares ou polícias, e logo de seguida começa a venda de parcelas ao gosto e poder financeiro de cada um. Assim vão aparecendo aglomerados de casebres, sem terraplanagem e organização do terreno, sem alinhamento, sem previsão de ruas, estradas e largos, muito menos há preocupação com o saneamento e afins.

Contudo, nessas áreas, assim que começa a tomada de terrenos por populares, grandes extensões são de imediato ocupadas e vedadas por, alegadamente, instituições governamentais, sendo a Casa Militar da Presidência da República a mais referenciada.

Numa reportagem efectuada pelo AGORA à comuna do Kikolo e outras áreas do município do Cacucaco, a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança Rural ADACRU mostrou algumas insuficiências que se vive nos bairros que vão aparecendo desgovernadamente.

Como já referenciado noutra edição deste jornal, esta associação tem como objecto alvo as crianças desamparadas ou carentes, sobretudo as provenientes do meio rural, a quem apoiam com escola e meios de subsistência. Porém, a sua actividade, por necessidades da população, estende-se por diversas áreas como apoio à saúde, sensibilização e educação para os cuidados a ter com a Sida, com o saneamento básico, prevenção rodoviária e recolha, sensibilização e educação de crianças e jovens envolvidos com delinquência, droga e

prostituição.

Acompanhada pelo presidente da associação, a nossa reportagem percorreu diversos bairros da comuna do Kikolo e chegou até ao Rio Seco no Mulenvos de Baixo. Nos sítios percorridos, a mesma característica: construções atabalhoadas, casebres de chapa, casas enviesadas, uma completa confusão. As ruas são carreiros feitos em função dos carros que passam, porque na ânsia de ocupar terrenos, vender ou construir, as pessoas esquecem-se do essencial e básico. A administração municipal ou comunal nada faz no sentido de, ao menos, pôr ordem na divisão dos terrenos, nos armamentos e decidir onde depois deve ficar a escola, o centro de saúde, o mercado, a igreja, os espaços de lazer e tudo quanto seja necessário à um bairro habitacional. As ruas e becos, já que não são terraplanados, estão atapetados com lixo. Não há electricidade, mas nos bairros mais próximos do Kikolo, vê-se um emaranhado de cabos eléctricos, uns a rasar o chão, outros no ar, em improvisados postes, de puxadas efectuadas pelos moradores. A água potável é um problema muito sério, como, aliás, acontece em toda Luanda, embora existam chafarizes com reservatórios espalhados pelos diversos bairros. Na altura que a nossa reportagem por ali passou, todos os chafarizes apresentavam enormes bichas. Os populares dizem que os chafarizes são poucos e, algumas vezes, nem sempre há água em todos ao mesmo tempo, o que provoca grandes aglomerações.

Os únicos meios de transporte naquelas zonas são motos - táxi. Os carros só vão até os pontos mais acessíveis, por falta de ruas ou caminhos transitáveis. Num espaço entre os municípios de Cacuaco e Viana, situa-se o Mulenvos de Baixo, vulgo Rio Seco, uma zona que foi povoada de lavras, pomares e hortas. Apesar da invasão e ocupação dos terrenos, ainda se pode ver algumas lavras e o resto de algumas árvores de fruta, sobretudo mangueiras, cajueiros e bananeiras. Num terreno acidentado, com muitos altos e baixos, só se vê casebres e quatinhos de chapa de zinco (que demonstra que o espaço está ocupado). Aqui e ali, casas simples de blocos de cimento. Mais acima, uma vedação pintada de verde fecha um grande espaço e uma tabuleta indica que é pertença da Casa Civil da PR. Não há energia eléctrica, nem puxadas, mas há chafariz.

Segundo Alberto João, presidente da comissão de moradores, a comunidade conta já com cerca de duas mil pessoas, mas o que se precisa mais ali é um centro médico, porque em caso de doença, os moradores têm que recorrer ao Cazenga ou Cacuaco, com a agravante de não haver transporte. Existe uma pequena escola primária, mas sem condições e pode-se notar aglome-

rados de jovens desocupados que depois acabam na delinquência.

AADACRU vai dando uma ajuda e a população cedeu-lhe um terreno para a construção de um centro de estudos sociais, mas o que mais preocupa a associação é a saúde, estando a envidar esforços para a rápida construção de um centro médico.

Assim vai andando Luanda, com os velhos hábitos a persistir. Primeiro, deixam fazer tudo como cada um quer, para depois partir, indemnizar e realojar. Qual a lógica? partir, indemnizar e realojar. Qual a lógica?

7.3 Kuanza-Norte Incentivada Criação de reservas fundiárias

Jornal de Angola 27 de Março de 2009

O Vice-ministro para o Urbanismo e Habitação, José Ferreira; orientou em Ndalatando, as autoridades administrativas da província do Kwanza-Norte a identificarem espaços, que vão servir de reservas fundiárias do Estado, destinadas à constituição de zonas urbanizadas.

Em declarações à imprensa, no final de uma visita de trabalho de dois dias à província, destinada à identificação de espaços nos municípios do Cazengo e Lucala, o Vice-ministro José Ferreira anunciou que a província tem disponíveis entre 50 a 150 hectares de terrenos para urbanização.

"Todos os municípios devem identificar áreas para que poderemos resolver o problema da habitação" frisou o Vice-ministro, acrescentado que as zonas em causa devem oferecer condições de habitabilidade e a possibilidade de receberem água canalizada e luz eléctrica.

Identificadas as áreas, disse, cada município deve elaborar um projecto de urbanização, seguido do loteamento dos espaços para a construção de habitações.

José Ferreira estava a Acompanhado do director Nacional do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), Domingos Armando, entre outras responsáveis do Ministério do Urbanismo e Habitação.

7.4 Centro de Estudos de Terras já é uma realidade

Angolense 21 a 28 de Março de 2009

O Centro de Estudo de Terras é uma unidade técnica

do projecto criado no âmbito deste programa e funciona na Faculdade de Ciências Agrárias do Huambo. A criação desse centro e mediante o desempenho das pessoas que nele trabalham vai certamente fornecer aos decisores imputes para a elaboração de uma política nacional de terras, gestão e exploração agrícola familiar. O estado actual do Centro é razoável, foi recentemente equipado com meios de que necessita para o seu funcionamento. A direcção da Faculdade com a qual o Projecto Terra tem trabalhado arduamente na criação do Centro tem se desdobrado em actividades de pesquisa e colecta de material bibliográfico. Uma equipa desta unidade orgânica da Universidade Agostinho Neto já efectuou visitas de estudo a várias províncias do país, incluindo Luanda.

O Projecto Terra prima pela criação de capacidades dentro das estruturas dos governos provinciais e das administrações municipais para levarem a cabo 2S actividades iniciadas pelo projecto depois de Agosto de 2009. Prova disso foram criados ao nível dos 13 municípios das províncias de implementação do projecto (Benguela, Huambo e Huíla) órgãos denominados de Gabinetes Terra. Eles são constituídos por quadros dos Gabinetes de Estudo Planeamento e Estatística das Administrações municipais. Estes técnicos receberam várias formações no domínio da lei de terras e legislação conexas, formação em GISjGPS e cursos básicos de informática. Ainda assim quer os gabinetes terras quer as estruturas das EDAs serão apetrechadas com vários equipamentos desde materiais informáticos e outros equipamentos para o apetrechamento dos respectivos escritórios. n

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Rede de distribuição de água começou a ser toda reabilitada

Jornal de Angola 6 de Março de 2009

A rede de distribuição de água potável da cidade de Malanje está a ser reabilitada no quadro de um projecto financiado pelo Banco Mundial e avaliado em mais de sete milhões de dólares.

O director provincial de Energia e Aguas, José Muhongo, disse ao Jornal de Angola que o projecto inclui a montagem de 40 quilómetros de tubagem nas artérias da cidade e a construção de 41 chafarizes nos bairros da Katepa, Carreira de Tiro, Maxinde, Vila Matilde, Kizanga do Bungo, Retondo, Quizanga do Buraco e Canâmbwa.

A nova rede de fornecimento de água potável visa a substituição das cacimbas como fonte de abastecimento das populações. A água é imprópria para consumo e tem provocado doenças, principalmente às crianças.

Segundo o director provincial da Energia e Aguas, as obras do centro de captação, onde foram igualmente erguidos dois tanques reservatórios com uma capacidade de dois mil metros cúbicos cada um, começaram em 2002.

De acordo com José Muhongo, está também programada a reabilitação e construção de mais de 1.500 ligações domiciliárias.

O director de Energia e Aguas denunciou alguns consumidores que se furtam ao pagamento do consumo de água, prejudicando a empresa.

8.2 Governadora apresenta projectos para o melhoramento da capital

Jornal de Angola 13 De Março de 2009

O Grupo de Mulheres Parlamentares reuniu ontem com a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, para se inteirar dos projectos em curso na capital, designada mente de saneamento básico, água saúde, educação e energia eléctrica.

Francisca do Espírito Santo referiu que o encontro com as deputadas serviu para as pôr ao corrente, dos desafios do Governo Provincial de Luanda para este ano e pedir-lhes solidariedade em tarefa em que possam contribuir para. Melhoria e oferta dos serviços básicos à

população da capital.

As deputadas, depois da explanação de Francisca do Espírito Santo colocaram várias questões, com ênfase para a fraca fiscalização das obras, a distribuição de terrenos, o elevado índice de violência doméstica, a mortalidade infantil, a burocracia nos serviços públicos e as questões do lixo e do tráfego rodoviário.

Francisca do Espírito Santo, levantou o problema da subordinação dos diversos intervenientes na obra, pelo que, disse, é escusa de pensar que tudo depende somente de Governo Provincial de Luanda.

"Fiquei satisfeita porque ficamos com a noção de que as senhoras deputadas estão atentas ao que se passa, nesta Luanda. Conhecem as preocupações da população, dos eleitores estão disponíveis para trabalhar connosco, no sentido de podermos viabilizar os problemas que ainda existem", disse a governadora.

O vice-presidente do Grupo das Mulheres Parlamentares, a deputada Lúcia Maria Tomás, que encabeçou as dezassete deputadas na visita ao Palácio do Governo provincial, mostrou-se satisfeita com as informações que receberam e prometeu que o seu grupo vai colaborar com a governadora.

"Nós conseguimos reter a preocupação da senhora Governadora; de Luanda, nós, como fiscalizadores, vamos até ao ponto fulcral destes actores, vamos fiscalizar e falar com eles", prometeu.

Apercebemo-nos do que se está a passar. Nós vamos trabalhar neste sentido de fazer com que as coisas se cumpram.

Nós no Parlamento nos apercebermos que a governadora de Luanda tem estes projectos mas nós vamos fazer sentir disse a deputada Luzia Inglês, I das participantes ao encontro.

A deputada Welwitschia Santos considerou o encontro positivo, porquanto tomou conhecimento mais pormenorizado dos projectos que estão a ser executados na capital do país.

"Por exemplo apercebi-me que o GPL trabalha com associações juvenis que organizam em conjunto uma série de actividades para ocupar os tempos livres da juventude".

"Se a governadora de Luanda tem estado a demonstrar vontade, e capacidade para combater os vários males que assolam a nossa sociedade, os problemas da burocracia nos serviços públicos creio que deve

merecer todo apoio das deputadas", disse aditada Welwitschia dos Santos.

O Grupo das Mulheres Parlamentares existe desde 1995 e é como por 86 mulheres de todos os partidos com representação parlamentar.

8.3 É difícil enviar comida aos sinistrados

Jornal de Angola 18 de Março de 2009

Três pedras e quatro paus fazem

O alicerce de uma casa no bairro Hoji-ya-Henda 11, no município de Kuvelai, a 180 quilómetro da cidade de Ondjiva. Pertence a um professor. Ele e a sua família estão em perigo. Desde as chuvas torrenciais que a vida desta gente é precária.

Isabel da Costa, a vizinha ao lado, diz que todos rezam para que não volte a chover. "Tal como o professor, nós também estamos a sofrer, a chuva vai encontrar-nos mesmo aqui. Não temos para onde ir."

Isabel olha em volta e apenas vê água barrenta que ficou das chuvas fortes: "Nós precisamos de ajuda. Se tivéssemos chapas e tendas, podíamos construir os nossos abrigos. Pedimos ao Governo que ponha aqui mais alimentos, porque somos muita população".

No Kuvelai, a situação é ainda mais preocupante, porque as populações vivem em pequenas cubatas que não resistem sequer aos fortes ventos. Uns abrigam-se em casas de vizinhos e amigos, outros são obrigados a permanecer entre as paredes sem tecto. Se não ficarem entre as ruínas só lhes resta aquele mar silencioso e barrento que cerca Kuvelai.

Todas as vias de acesso a Kuvelai foram destruídas pela fúria das águas. A dificuldade começa logo à saída de Ondjiva. A estrada entre Kuvelai, Chamutete e Casinga está intransitável. A via para Mucolongonjo, Calonga, Muquete e Icuongo também não dá passagem. De Kuvelai para Muconlongondjo, Cubate, Caundo e Mavete Pequeno Cunene não se passa.

A chuva caiu 21 dias seguidos e provocou as maiores cheias que alguma vez se vira no Cunene. Na comuna de Kuvelai as inundações destruíram 1.500 hectares de campos cultivados e 310 casas. Vários quimbos desapareceram nas águas. As cheias deixaram estradas e picadas submersas. O Cunene é um grande mar.

As cheias ainda amedrontam o povo. As águas do rio Kuvelai já transpuseram a ponte de pedra, construída em 1961. É a única que resistiu à fúria das águas.

O rio Kuvelai está a dar muito peixe. Os candongueiros das cisternas abastecem-se destas águas barrentas. O povo toma banho e lava no rio. A Protecção Civil proibiu o trânsito sobre a ponte durante a noite. Pode ser perigoso.

Este é o segundo ano que a província se depara com esta situação. Em 2008, as lavras foram inundadas, depois vieram as pragas e não houve colheitas. Este ano, a desgraça repete-se. Este ano é pior porque muitas pontes foram levadas pelas enxurradas e é difícil fazer chegar alimentos às populações cercadas pelas águas.

A terra desapareceu

Isaque da Graça, administrador de Kuvelai, revelou que o apoio do Governo está a chegar com muita dificuldade ao município: "temo que comece a morrer gente com fome, nas aldeias isoladas pela água. E o que chega cá vem tarde". Mas há outras localidades do município onde ainda não chegaram abastecimentos: "se demorarem a levar lá comida, a população vai morrer de fome, disse o administrador.

Além de alimentos, os sinistrados das cheias em Kuvelai precisam de botas, chapas, tendas e outros meios para construir casas temporárias.

"Ainda vem mais chuva forte por isso queremos proteger o que sobrou e a nossa preocupação é que sejam céleres nas medidas de protecção queremos proteger a nossa os alunos da terceira classe, enquanto os da quarta classe aguardavam pelo professor dentro da escola.

"Nós não podemos deixar de dar aulas porque as crianças querem ir pescar para o rio e isso é perigoso. Os pais já estão preocupados porque perderam os seus haveres, não vamos deixar também as crianças correr perigo", disse a professora Aida da Conceição.

Felizarda Lumunoquene, aluna da terceira classe, apesar de sua casa estar inundada não faltou à escola. "A nossa casa inundou, mas o pai disse para eu não faltar à escola, por isso vim."

Aida da Conceição aproveitou para informar que as enxurradas destruíram escolas "e agora os alunos estudam em condições péssimas. É urgente reconstruir as escolas aqui no município. Há muita criança a estudar debaixo das árvores e já vão no seu terceiro ano nesta situação."

O município do Kuvelai tem uma população de 24.352

habitantes, 97 escolas, das quais 12 estão inundadas. Conta com um hospital municipal e três centros de saúde e ainda postos sanitários em todas as aldeias. Muitos estão debaixo de água.

Segundo um relatório apresentado pelo administrador do Kuvelai, Lopo Bravo, o município necessita de combustível para abastecer os geradores, reforço de medicamentos, instrumentos agrícolas, mosquiteiros, botas, máquinas para conter as ravinas que tendem a alastrar-se por toda a localidade.

8.4 Programa de registo gratuito abrange milhares de crianças

Jornal de Angola 18 de Março de 2009

Mais de duas mil crianças até aos cinco anos foram registadas no município do Namibe, desde Janeiro, no quadro do programa de registo gratuito de menores.

Segundo um documento chegado ontem à Angop, das crianças vacinadas, 1.367 são do sexo masculino. O registo realizou-se nas localidades de Giraúl, nos bairros 5 de Abril e Valódia e em diversos centros materno-infantil.

A província tem 29 instituições de atendimento à primeira infância, entre as quais 11 centros infantis e 18 Programas Infantis Comunitários.

O Governo Provincial realizou, no último fim-de-semana, um encontro para analisar o grau de cumprimento dos "11 Compromissos sobre a Criança", que contou com a participação de administradores municipais, directores provinciais e parceiros sociais.

Durante o encontro, foi avaliado o trabalho efectuado pela Comissão Provincial do Conselho da Criança, em relação aos 11 compromissos sobre a criança, a nível da sede provincial e dos municípios.

8.5 Esconder o lixo dos olhos do Papa

A Capital 21 de Março de 2009

MAS não é só na esplanada da Cimangola que os trabalhos decorrem em passo de corrida. Também no trajecto desde Luanda são visíveis os trabalhos de limpeza na estrada e nas bermas, onde, aqui e ali, estão depositadas toneladas de entulhos e lixo. Em algumas partes do trajecto, devido à grande dimensão dos montes de entulho, os operários de empresas de limpeza optaram, devido à dificuldade de remoção, por colocar tapumes.

Só não se sabe ainda se Bento 16 vai se deslocar da sua residência oficial, na Nunciatura Apostólica de Luanda, à esplanada da Cimangola, por terra ou de helicóptero, mas se a opção for por estrada, o que o Papa vai ver é algo diferente, daquilo que vê o comum dos cristãos, quando usam este acesso rodoviário.

E no local da santa missa, o papa terá à sua espera um palco com 600 metros quadrados, onde têm, no limite, lugar para duas mil pessoas e, mesmo nas laterais, duas arquibancadas laterais com 528 lugares sentados. São 50 mil toneladas só de metal, uma mistura de aço e zinco, como explicou à Lusa António Lampreia, responsável pelas estruturas, da empresa angolana de capitais luso-angolano, Puromix. Lampreia, além de garantir que tudo estará «impecável» no dia da missa, dá ainda outra garantia a Bento XVI: «Se chover, tanto no palco (altar) como nas arquibancadas laterais, não haverá problema». E tem chovido muito em Angola por estes dias.

Também Albino Cloré, responsável pelo som da Puromix, garante que as 11 torres já montadas vão permitir que em todo o local de 20 hectares, as palavras de Bento XVI vão chegar com «qualidade» graças aos mais de meio milhão de watts distribuídos pelo espaço. Para chegar, no domingo, ao local, numa das vias onde o trânsito é mais difícil em Luanda, com engarrafamentos grandes, a igreja católica aconselha chegar cedo porque, apesar das centenas de agentes da polícia que vão garantir a fluidez do tráfego automóvel, as dificuldades estão garantidas.

E nas orações dos milhares de peregrinos que se deslocam de todo o país para Luanda por causa deste dia, avolumam-se os pedidos para que São Pedro ajude com o clima. Neste momento, o boletim meteoro lógico aponta para a possibilidade de chuva.

9 AMBIENTE

9.1 Primeiros meios de socorro chegaram ao Cunene

Jornal de Angola 2 De Março de 2009

Famílias desalojadas, kimbos isolados, escolas e centros de saúde encerrados, bem como lavras e vias de comunicação destruídas constituem o cenário que a província do Cunene apresenta devido à chuva.

Ajuntar a isto, há o natural aumento do caudal de rios, o que provoca a submersão de matas, numa repetição do cenário de dor e de desespero vivido há, precisamente, um ano. A causa da quantidade de água, que inunda grande parte da província, pode estar no transbordo de alguns rios provenientes da Huíla, também ela fustigada pelo mau tempo.

A circulação entre Ondjiva e o município de Cuvelai, na zona Leste, está interrompida devido à destruição de pequenas aquedutos. As ligações entre a capital da província e as comunas da Mupa e do Evale estão, igualmente, cortadas, o que impede o funcionamento das escolas e o apoio a doentes.

Fontes das administrações das duas comunas dizem que a fome começa a grassar, devido à inundação das lavras, que os doentes deixaram de receber assistência e as escolas de funcionar. A sede da comuna do Cubati, também no Cuvelai, está completamente isolada há cerca de um mês.

O governador da província, António Didalelwa, garante que a situação assumiu contornos alarmantes, que ultrapassam a capacidade de intervenção local das autoridades.

Uma equipa da Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), chefiada pelo coordenador executivo, Eugénio Laborinho, encontra-se, desde sexta-feira, na província, para inteirar-se da situação causada pelas cheias e procurar, com as autoridades locais, encontrar soluções.

A CNPC, após reunir com o governo local, iniciou uma visita às áreas da cidade inundadas, que terminou no centro que acolhe às vítimas das chuvadas do ano passado.

Eugénio Laborinho disse que a situação na província do Cunene "está a tornar-se insustentável", o que "preocupa bastante o Governo Central". O responsável da CNPC concluiu que a cidade de Ondjiva está,

praticamente, submersa, pois além das águas pluviais, há, também, a registar as fluviais, o que está a causar uma total saturação do solo. A equipa, integrada por vários especialistas de diferentes áreas, trabalha hoje no município do Cuvelai e na comuna do Evale, para se inteirar dos estragos causados pelas cheias.

Primeiros apoios já chegaram

Os primeiros apoios, em géneros, para as vítimas das cheias no Cunene, vindos de Luanda, por via aérea, chegaram já a Ondjiva.

Entre os apoios contam-se três mil chapas de zinco, duas motobombas de alta potência, cem sacos de feijão, 40 de arroz, 20 de açúcar,

200 Caixas de sabão em barra e outras tantas de óleo, 80 kits de sobrevivência e 44 atados de roupa usada. O lote é composto, também, por 15 caixas de botas, 100 baldes infiltradores e 50 baldes de água, 10 kits de cozinha e quatro bidões de hipoclorito de potássio para desinfecção da água de consumo. Do Lubango são esperados, ainda hoje, 400 tendas.

Fuzileiros navais estão a ajudar

Uma equipa de 30 fuzileiros navais, com botes, está, desde sexta-feira, a colaborar no salvamento e no transporte de pessoas que se encontram em locais isolados. Uma das áreas é a via Ondjiva/Anhangá/Evale/Mupa/Cuvelai.

9.2 Biocombustíveis devem recuperar, segundo Merrill Lynch

O País 13 de Março de 2009

A expectativa de alta nos preços do petróleo e a redução nos estoques de biocombustíveis devem proporcionar uma recuperação da indústria de combustíveis limpos nos próximos meses, de acordo com uma avaliação do banco de investimentos Bank of América Merrill Lynch. Um estudo realizado pela instituição mostra que, com os cortes de produção realizados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o mercado de petróleo deverá rapidamente retomar o equilíbrio. "O mercado de gasolina nos Estados Unidos foi o primeiro a reagir e nós acreditamos que o mercado global do crude também já começa a entrar em equilíbrio", diz a instituição em relatório.

A queda nos preços do petróleo verificada nos últimos meses figura entre as principais causas da redução na procura de biocombustíveis. Com a gasolina mais barata, os consumidores trocaram os combustíveis limpos pelos derivados de petróleo.

As metas fixadas para a redução na emissão de gases tóxicos devem contudo fazer com que a procura pelos biocombustíveis volte a subir. A Merrill Lynch destaca que os governos de todo o mundo continuam vendo o bio-combustível como uma forma de reduzir a dependência de petróleo, mas também não deixa de reconhecer que os governos não costumam ser muito felizes na escolha do melhor caminho para a eficiência energética. "Com medidas proteccionistas, como a aplicação de taxas e tarifas, qualquer mudança no sentido da adopção de tecnologias mais eficientes poderá ser lenta.

O aumento na capacidade de produção deve ocorrer, mas é improvável que, nos próximos três anos, se assista a uma redução na dependência das fontes tradicionais de energia", refere o banco. Nos Estados Unidos, o governo Obama demonstrou interesse pelo assunto ao direccionar USD 800 milhões para o desenvolvimento da próxima geração de bio-combustíveis. A expectativa é de que a segunda geração de combustíveis limpos represente um significativo aumento na eficiência de produção, representando uma melhoria no uso de recursos como água, energia e solo.

Até o momento, estima-se que o país tenha investido cerca de USD 1,5 bilhão na nova tecnologia, valor considerado baixo em comparação aos investimentos em outras áreas.

Com a fuga de capital do sector, a Merrill Lynch acredita que haverá um segundo round na disputa entre alimentos e combustíveis, que pode acontecer já no próximo ano. " Se os preços do petróleo começarem a recuperar em 2010, nós poderemos assistir a uma estabilização de 2007 e 2008", diz.

Na perspectiva do banco, as margens de lucro da indústria continuarão fracas até que essa disputa aconteça. Nos últimos 12 meses, os preços das commodities apresentaram grande volatilidade, levando as margens de lucro da indústria, ora para o campo negativo, ora para o campo positivo. Segundo a Merrill Lynch, apenas as produtoras americanas de etanol de milho obtiveram margens positivas no período, graças aos subsídios do governo.

" Nós acreditamos que a maioria das fábricas em todo o mundo precisará que o petróleo suba acima de USD 60 por barril para que possam sustentar-se sem ajuda governamental", afirma a instituição.

A falta de crédito com que o sector se debate nos últimos meses colocou as empresas numa situação delicada. Muitas delas se viram obrigadas a fechar fábricas e a lutar contra a falência.

9.3 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola 16 de Março de 2009

As chuvas que caíram na semana passada na comuna de Carimba, município da Banga (Kwanza-Norte), destruíram 50 casas, deixando 247 pessoas desalojadas.

O representante municipal dos Serviços de Protecção Cível, Paulo Sangue Cassule, disse ontem que as áreas residenciais mais afectadas foram a própria vila de Cariamba, a sede comunal, e os bairros "Povoação" e Mbanza Cariamba.

Temendo a ocorrência de novas destruições e perda de bens, a julgar pelas constantes chuvas que caem todos os dias sobre a comuna, Paulo Sangue Cassule solicita a ajuda da Direcção Provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social.

Sangue Cassule disse que são necessárias 300 chapas de zinco para a reabilitação dos tectos das casas atingidas. Esta é a segunda vez que as chuvas destroem casas no município da Banga, em menos de 15 dias. Antes tinham sido destruídas também duas escolas nos bairros Kindanji e Kimamone.

9.4 Chuvas torrenciais em Angola são provocadas por depressão

Jornal de Angola 16 de Março de 2009

As chuvas torrenciais muito acima do normal para a época que estão a cair em vastas zonas e Angola devem-se a uma depressão equatorial que se instalou no país nos últimos tempo e provocou forte instabilidade, disse ontem em Luanda o chefe do Departamento de Vigilância Meteorológica do INAMET, Francisco Osvaldo.

Em declarações à Angop, o meteorologista esclareceu que "apesar de esta época do ano ser considerada como aquela em que a precipitação no nosso país atinge os seus picos máximos, as chuvas torrenciais que têm provocado inundações em várias zonas do país devem-se sobretudo a uma depressão equatorial que se estende às zonas climáticas dois, três e quatro".

O meteorologista explicou que a "zona dois" compreende as províncias da Lunda-Sul, a parte sul da província do Zaire, o Kwanza-Norte, Malanje, Moxico, Uíje, Bié, Huambo e Huíla.

Em meteorologia, a "zona três" compreende Luanda,

Bengo, Kwanza-Sul, Benguela, Namibe e Cunene. E na parte sul desta zona que se verifica uma precipitação acima do normal e que provocou as inundações do Cunene, que destruíram campos cultivados, milhares de casas e fizeram várias vítimas humanas por afogamento. A região meteorológica designada por "zona quatro" abrange a província do Kuando-Kubango."

Nos últimos tempos as províncias do Cunene, Kuando-Kubango, Uíje e Moxico têm sido fustigadas por enxurradas que deixam desalojadas milhares de pessoas, causando vítimas mortais e danos materiais avultados.

A província do Uíje a Norte e do Cunene, no extremo Sul, são as mais fustigadas pelas chuvas torrenciais. No Cunene há mais de 20.000 pessoas desalojadas que foram alojadas em centros de acolhimento pela Protecção Civil.

O meteorologista Francisco Osvaldo esclareceu que os indicadores do Instituto nacional de Meteorologia (INAMET) apontam para chuvas acima do normal até Abril, decrescendo ao Norte para o Sul do país até desaparecerem completamente em finais do próximo mês, altura em que o clima começa a mudar em função do início da estação seca. As depressões equatoriais são baixas pressões atmosféricas associadas à ascensão de ar na Zona de Convergência Inter-tropical. A ascensão do ar quente do Equador provoca uma depressão equatorial e, à medida que o ar sobe, formam-se nuvens e ocorre precipitação. No caso de Angola, a chuva é acima do normal.

9.5 Previsão das catástrofes

Jornal de Angola 16 de Março de 2009

O Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) tem instrumentos técnicos e científicos para fazer previsões do tempo com grande rigor. Um meteorologista dos serviços deu uma explicação técnica para as chuvas torrenciais que se têm abatido sobre o país nas últimas semanas.

Uma depressão equatorial está formada sobre o território angolano e provocou um regime de baixas pressões. O ar quente do Equador sobe, forma nuvens que depois desabam em aguaceiros violentos. As populações do Cunene não precisam de explicações técnicas para perceber o fenómeno meteorológico que inundou milhares de hectares de campos agrícolas, destruiu casas e ceifou vidas humanas...

O Cunene tem aldeias inteiras submersas, centros de saúde estão inundados, escolas sem telhados, crianças isoladas pelo subir das águas dos rios que tudo

inundaram.

As casas destruídas no Uíje, no Huambo, no Moxico, na s Lundas, no Kuando-Kubango, enfim, em todas as "zonas" meteorológicas do país deixaram muitos milhares de angolanos ao relento ou alojados precariamente nos centros de acolhimento onde têm o apoio dos serviços de Bombeiros, da Polícia Nacional e da Protecção Civil.

E é aqui que regressamos aos técnicos do INAMET e às suas previsões meteorológicas. Segundo um técnico qualificado dos serviços, as chuvas torrenciais vão continuar a cair em todo o território nacional até ao final de Abril. Sendo uma má notícia para os camponeses que vão ficar com as suas lavras inundadas, colheitas destruídas ou casas derrubadas, é uma previsão que pode ajudar a salvar vidas humanas, se forem retiradas rapidamente das zonas de risco pessoas que vivem em casas precárias que de casas só têm mesmo o nome.

Sabemos que as chuvas torrenciais vão continuar a cair. Sabemos que a pluviosidade está muito acima dos valores normais da época, ainda que os antigos dissessem que em Março a chuva arrasa o capim e em Abril águas mil. Este ano, pelos vistos, o capim está mais arrasado que o habitual e as águas de Abril vão ser ainda mais abundantes que o habitual.

Esta previsão meteorológica tem de servir de guia de acção aos serviços da Protecção Civil e às administrações municipais e comunais. São as autoridades locais que sabem onde existem habitações precárias. São as autoridades locais que devem, em primeira instância, retirar as pessoas que vivem em zonas de grande perigo e alojá-las, ainda que seja em tendas, onde estejam, em segurança.

No Cunene e noutros pontos do país, pessoas que viviam em zonas de risco acabaram por morrer afogadas porque foram levadas pelo ímpeto das enxurradas. Com a preciosa informação segundo a qual as chuvas torrenciais vão continuar pelo menos mais três semanas, as administrações, os governos provinciais, os Bombeiros, a Protecção Civil e a Polícia Nacional podem agir a tempo e com eficácia, colocando as populações em segurança...

A Protecção Civil tem levado informações preciosas às autoridades locais sobre a situação meteorológica excepcional que vivemos. Esperamos que esta tragédia que se abate sobre vastas regiões de Angola sirva para que os Governos Provinciais dêem mais atenção às comissões locais da Protecção Civil e se habituem a

prevenir as crises, antes das populações mergulharem na desgraça.

No Cunene, o Governo Provincial e a Protecção Civil agiram correctamente. Mais de 22.000 pessoas foram retiradas dos locais inundados e levadas para centros de acolhimento com o mínimo de condições. Esperamos que nas restantes províncias este exemplo seja seguido. As chuvas torrenciais vão continuar a cair em todo o território nacional até ao final de Abril esta previsão meteorológica tem de servir de guia de acção aos serviços da Protecção Civil e às administrações municipais e comunais.

9.6 Chuva provocou inundações na capital

Jornal de Angola 18 de Março de 2009

A chuva que se abateu sobre a cidade de Luanda voltou a causar consequências aos munícipes. O nosso jornal constatou que em alguns municípios há casas submersas, ruas alagadas e intransitáveis.

O trânsito automóvel, às primeiras horas de ontem, estava mais congestionado do que o costume, nas principais ruas que ligam ao centro da cidade, com destaque para a Estrada de Catete, Avenida Deolinda Rodrigues, Petrangol, Samba, 21 de Janeiro, Ngola Kiluanje, Comandos e Frescangol.

Várias ruas nos bairros suburbanos e no centro da cidade estavam alagadas ou cobertas de lama. Esta situação impediu a circulação dos maximbombos da Macon, Angoaustral e Tcul.

No bairro do Cazenga várias as ruas ficaram intransitáveis e as águas da chuva invadiram casas e estabelecimentos comerciais.

Ainda no Cazenga a Rua H, que liga o Embondeiro à linha-férrea e J'/{ Embondeiro ao mercado do Asa Branca, era um caos total.

No município do Kilamba Kiaxi, na comuna do 0 Camana, a rua do Hospital Central de Luanda e a que liga os bairros de Viana e o Golf II encontravam-se intransitáveis e muitas viaturas ficaram submersas nas águas. Face a esta situação, houve grandes engarrafamentos de trânsito e as paragens dos táxis estavam cheias de passageiros à espera de um transporte que estava preso no caos do trânsito.

No bairro de São Paulo, o cenário era igual. A Rua Senado da Câmara actualmente, Rua comandante Mandume, encontrava-se totalmente submersa.

No Rangel, as principais ruas do interior do bairro, nomeadamente as ruas da Vaidade, do Paraná e do Ngongo estavam intransitáveis para automobilistas e os peões. Na Terra Nova, as ruas da Ilha de Cabo Verde, Madeira e Goa também ficaram inundados. Nesta zona, algumas casas foram invadidas pela.

O município da Samba, localidade considerada crítica no passado, não registou grandes problemas. As valas de drenagem foram limpas antecipadamente o que fez com que as águas provenientes dos bairros Rocha Pinto e Prenda mesmo transportando lixo, não causaram danos.

A zona do Camuxiba, na Samba, merece especial atenção da Protecção Civil, caso as chuvas continuem a cair sobre Luanda, porque apesar das obras de saneamento, ainda é uma zona de risco, por se encontrar ao nível do mar. As recentes obras de saneamento com a rede de águas pluviais foram postas à prova e passaram no teste.

Escolas suspendem aulas

A chuva de ontem obrigou algumas escolas de Luanda a suspenderem as aulas devido às inundações. A reportagem do Jornal de Angola constatou ontem, no município do Cazenga, que na escola 7.030 os alunos foram dispensados das aulas devidos a uma inundação provocada pela chuva que caiu de madrugada.

Isidro Manuel, professor da escola, disse que a inundação impediu o funcionamento normal das aulas. "Nessa condições, nenhum professor consegue dar aulas, razão pela qual fomos forçados a mandar os alunos para casa", disse.

A escola 7.005 da Igreja do Santo António, no bairro Hoji-ya-Henda tinha o pátio do recreio completamente alagado mas as aulas prosseguiram normalmente. Segundo um dos professores da escola, que pediu o anonimato, "muitas vezes quando chove somos forçados a mandar os alunos para casa devido às inundações".

Obras à chuva

A chuva não impediu o curso normal das obras de reabilitação das vias de acesso ao interior do bairro Hoji-ya-Henda e de restauro da igreja de Santo António, templo que vai receber, no domingo, o Papa Bento XVI quando reunir com as mulheres da Igreja Católica.

Máquinas e operários trabalham para terminar as obras no prazo estipulado. Celso Rodrigo, trabalhador da

empresa encarregada de reabilitar e asfaltar as vias de acesso à Igreja de Santo António disse que vão trabalhar noite e dia para acelerarem as obras para estarem pronta até sexta-feira.

Ontem a Igreja de Santo António recebeu a comissão preparatória da visita de Bento XVI a Angola, chefiado por D. Filomeno Vieira Dias, que integrou ainda o ministro das Relações Exteriores, Assunção Afonso dos Anjos, segundo comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida e de altas patentes das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional.

9.5

A Protecção Civil tem levado informações preciosas às autoridades locais sobre a situação meteorológica excepcional que vivemos. Esperamos que esta tragédia que se abate sobre vastas regiões de Angola sirva para que os Governos Provinciais dêem mais atenção às comissões locais da Protecção Civil e se habituem a prevenir as crises, antes das populações mergulharem na desgraça.

No Cunene, o Governo Provincial e a Protecção Civil agiram correctamente. Mais de 22.000 pessoas foram retiradas dos locais inundados e levadas para centros de acolhimento com o mínimo de condições. Esperamos que nas restantes províncias este exemplo seja seguido. As chuvas torrenciais vão continuar a cair em todo o território nacional até ao final de Abril esta previsão meteorológica tem de servir de guia de acção aos serviços da Protecção Civil e às administrações municipais e comunais.

9.7 Caudal das águas está a baixar

Jornal de Angola 19 de Março de 2009

O nível das águas que inundaram varias localidades da província do Cunene, tendo causado numerosos danos às populações; está a baixar consideravelmente, em consequência da pausa das chuvas.

Ontem, a quantidade de água andava à volta dos 400 mm contra os anteriores 800 mm, um nível que já foi considerado pela Comissão de Protecção Civil como animador.

Na cidade de Ondjiva reina, nos dias que correm, um ambiente de tranquilidade. As águas que ameaçavam invadir o centro da cidade, onde está concentrada a maior parte da população e as instituições do Estado, deixaram de tirar o sono aos habitantes.

Em vários pontos da província, a circulação rodoviária

foi restabelecida. O risco já é menor. Mas muitas estradas continuam cortadas, o que está a impossibilitar a ligação por terra entre os centros urbanos e outros lugares do interior da província.

A ligação entre a cidade capital e Kuvelai, Evale e Mupa, bem como entre Namacunde e a comuna do Chiedi, continua a preocupar as autoridades e a Protecção Civil.

Nestas vias, vários pontões foram arrastados pelas águas, o que faz com que continue a fazer-se o transbordo de pessoas e mercadorias de uma margem para a outra através de botes e canoas apoiadas por fuzileiros navais.

Nesta altura, as autoridades da província estão a aproveitar a pausa das chuvas para reforçar com entulha a barreira de protecção contra as águas, construída no ano passado à volta da cidade. A medida visa assegurar que as águas não cheguem ao centro urbano, já que ainda se esperam aguaceiros nos últimos dias deste mês.

A barreira anterior não foi capaz de travar a fúria das águas.

Famílias desalojadas

Pelo menos 127 famílias ficaram sem abrigo e vários campos de cultivo foram inundados no município de Ombadja, província do Cunene, em consequência das fortes chuvas que caíram sobre a região nos últimos dias.

Boa parte das famílias afectadas é residente na vila de Xangongo, sede municipal, cujas casas são precárias.

Centenas de crianças encontram-se privadas de estudar por causa do desabamento e alagamento de escolas. As autoridades do município indicaram que estão 74 escolas inundadas ou destruídas, outras ainda isoladas pelas águas, o que faz com que muitos alunos estejam privados de aulas.

No município, vários campos cultivados estão submersos. As perdas são incalculáveis. Para as autoridades, as colheitas vão ser fracas uma vez que as culturas agrícolas ficaram danificadas, o que faz antever uma crise alimentar nos próximos meses.

Segundo o administrador municipal de Ombadja, Manuel Domingos Tabi, o governo não cruzou os braços e está já a socorrer com bens alimentares as mais de cem famílias afectadas pelas chuvas.

9.8 Estrada sem estudos de impacto ambiental em Benguela

Agora 21 de Março de 2009

A obrigatoriedade na execução dos estudos de impacto ambiental nos projectos de obras públicas e privadas de grande dimensão que se desenvolvem no país vai apanhar em contra mão organismos do Estado e particulares, devido ao estado de graça que o país viveu até aos dias de hoje.

Num seminário sobre urbanismo e ambiente realizado recentemente em Benguela em que participaram membros do governo e empresários ficou provado que grande parte dos projectos de ordem económica e social não se fizeram acompanhar dos respectivos estudos de impacto ambiental.

A reabilitação e ampliação da estrada Benguela/Lobito a cargo da construtora portuguesa Mota/ -; Engil serviu de exemplo para o efeito negativo que resulta da inexistência do estudo antes da aprovação da referida empreitada.

Orçada em cerca de 34 milhões de euros (cerca de 36 milhões de dólares) depois de sucessivas revisões, a via, é hoje responsável pela morte constante de cidadãos que residem próximo da mesma. São apontados defeitos desta empreitada devido aos acessos difíceis às instituições instaladas nas bermas. As manobras perigosas dos automobilistas e a falta de iluminação são outros factores que tem provocado a perda de muitas vidas humanas.

O governador Armando da Cruz Neto, assegurou a propósito que o seu executivo já intercedeu junto do Ministério das Obras Públicas para a revisão do projecto. Nesta ordem de ideias, a fase final da obra, ou seja o troço Catumbela/Lobito já será devidamente acompanhada e serão instalados candeeiros eléctricos e passagens áreas.

"Não faz sentido, que uma via desta envergadura ceife vidas humanas como tem ocorrido nos dias de hoje", declarou o governador. Esta preocupação também já foi reiterada pelo comando provincial da polícia. As estatísticas da corporação apontam para a morte diária de duas pessoas.

A revisão do projecto para se adequar ao estudo proposto deverá acarretar enormes custos ao erário público que, no entanto ainda não foram revelados. Fonte contactada pelo AGORA diz que estas omissões são geralmente propositadas, já que a revisão e a consequente alteração de um projecto do género, envolve sempre milhões de dólares e a "regra" das chorudas comissões acabam sempre por engordar os bolsos dos principais envolvidos.

Soube-se que na província, apenas a construção da refinaria do Lobito mereceu prévio estudo ambiental, além de ter sido discutida em público com o

envolvimento da sociedade civil.

José Manuel, em Benguela

9.9 Cidade de Benguela anseia melhorias

Angolense 21 a 28 de Março de 2009

Em declarações prestadas ao Angolense, o administrador municipal de Benguela, Manuel Francisco, admitiu que hoje, dois anos depois da assinatura dos contratos com as operadoras de saneamento, a questão do lixo já deveria ter sido riscada do mapa de preocupações. "Infelizmente é esta a realidade", asseverou o administrador, convicto, para lá de factores como a insuficiência de equipamentos, que a produção actual ultrapassou as expectativas. Com uma população estimada em 747 mil habitantes, Benguela, cidade capital da província, está a produzir cerca de 600 toneladas de lixo por dia, cifra considerada de "muito preocupante". É que a Administração Municipal esperava que cada habitante produzisse uma média diária não superior a 250 gramas, mas a prática mostra que cada cidadão vai em cerca de 1quilograma.

Perante este cenário, Manuel Francisco reconhece que há uma grande inquietação, sobretudo quando se olha para a realidade em pontos sensíveis da urbe, mas assegura que "alguma coisa está a ser feita". Crente num futuro promissor, afirmou que os munícipes devem ganhar a cultura de colocar o lixo em locais apropriados. "Temos de primar pela organização, já que nos deparamos com problemas financeiros e de falta de equipamento", apelou .•

9.10 Benguela recorre ao lixo para produzir energia eléctrica

Angolense 21 a 28 de Março de 2009

Ainda a braços com sérios problemas no domínio da recolha de lixo, passados que estão cerca de dois anos do arranque do seu "Programa de Saneamento», a província de Benguela tem garantida a construção de empreendimentos que se ocuparão do tratamento de resíduos, sendo que um, como que a juntar o útil ao agradável, produzirá electricidade para fins industriais.

Traduzidas em focos de lixo em ruas das principais cidades do litoral da província, chegando-se a situações em que os próprios locais de depósito rebentam pelas costuras, essas insuficiências levantam a velha questão ligada à prestação da Sanágua e da Ambiente, as únicas operadoras deste sector.

Cientes do quadro real, as autoridades anunciaram o

aumento do número de empresas na recolha de resíduos, o que ajuda a perceber o cerne do problema, mas não se deve ignorar as dificuldades materiais por que passam as duas existentes. Aliás, o director da Sanágua, António Barbio, chegou mesmo a apontar uma dívida do Governo de Benguela como estando na base da falta de capacidade de resposta. Ainda assim, estão já criadas as bases para passos significativos no domínio do tratamento do lixo, prevendo-se a construção de dois aterros sanitários e uma incineradora, cuja finalidade terá reflexos no sector da indústria, conforme informou o director provincial do Urbanismo e Ambiente, Miguel Maiato. Os aterros, locais onde o lixo será entulhado, serão erguidos nas cidades de Benguela e do Lobito. Com quatro empresas candidatas à construção, o Governo provincial trabalha já na conclusão dos estudos do projecto, seguindo-se o lançamento do concurso público, garantiu Miguel Maiato.

Sem ter revelado datas para o início das empreitadas, revelou que um investimento nacional proporcionará uma incineradora (para queima do resíduo) na área do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela (PDIC). "Ela vai produzir energia para as áreas adjacentes", assegurou o director do Urbanismo e Ambiente. De resto, salientou que a proliferação do lixo deve ser vista como uma preocupação do Governo e parceiros que trabalham na luta pela melhoria da situação ambiental da população. "Ainda não estamos satisfeitos com a prestação destas duas empresas, mas devo dizer que acreditamos em dias melhores", frisou.